IDEIAS PARA O PENSAMENTO POLÍTICO DA VIA CAMPESINA NA AMAZÔNIA

Pela construção de um bloco camponês e popular

MAB, ABEEF, CEPASP, Movimento Juruti em Ação, Movimento dos Trabalhadores na Mineração MTM, FEAB, MST, CPT, MAM.

Charles Trocate (org.)

IDEIAS PARA O PENSAMENTO POLÍTICO DA VIA CAMPESINA NA AMAZÔNIA

Pela construção de um bloco camponês e popular

1ª edição

Editorial iGuana

Marabá, dezembro de 2014

Título original: *Ideias para o pensamento político da Via Campesina na Amazônia.*
Capa, projeto gráfico e diagramação: ZAP Design/Mariana V. de Andrade
Impressão e acabamento: Cromosete

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

I19 Ideias para o pensamento político da Via Campesina na Amazônia: pela construção de um bloco camponês e popular / Charles Trocate (org.).—1.ed.—Marabá, PA : Editorial iGuana, 2014.
240 p.

ISBN 978-85-688-190-05

1. Campesinato – Amazônia. 2. Camponês – Amazônia. 3. Via Campesina. I. Trocate, Charles, org. II. Título.

CDU 316.334.55

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

1ª edição: dezembro de 2014

Editorial iGuana
Sociedade Editorial Iguana
Folha 27
Quadra 05
Lote 27
Cep: 68.507-570
Nova Marabá
Marabá-Pará- Amazônia- Brasil
editorialiguana@gmail.com

Dedicamos este livro
À Mamede Oliveira da Silva
Em memória

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Está nesse livro, no revelado, o melhor das nossas combinações Amazônicas pelos últimos dez anos e por isso ela nos duplica nessa quadra histórica. Primeiro pela compreensão do tempo histórico e o que dele resulta. Exigida esta articulação, foi- se fazendo às duras penas, e tal motivação já se soma como esforço muito singular e universal e ao particularizar, recompõe em linhas o que estamos denominando de formulação Amazônica. Segundo, estão as assertivas do processo como também seus limites do que se conformam as lutas sociais e as suas criações de negação e superação na região. Fixa-se assim o esforço empenhado, entendido como parte de muitas partes que já não se separam como outrora, mas se dialetizam na realidade extrapolada em ritmo de alienação e exploração.

Este é um livro (de) e para a agitação das ideias, num esforço de interpretação e convocação para as a lutas sociais e tem um caráter eminentemente conjuntural, em diálogo com intelectuais e formulações imperiosas ao alcance Amazônico. Ele se propõe abrir chaves interpretativas, reelaborando e reinterpretando o lugar político da luta Amazônica, expondo em traços fecundos o que foi a nossa inteligência sustentada em luta de resistência e o seu estilo literário feito a quente, sem vieses e direta, é mensagem de muitas mensagens e numa hora de distopia como se revela agora, está posto seu intento, prolongar-se nos acontecimentos e nas lutas de caráter regional como

também advertência, que precisamos formular o sentido de uma luta ainda muito mais prolongada.

Há uma insuficiência organizativa na esquerda social da Amazônia Brasileira apenas para caracterizar o espaço geográfico onde o capital se reabilita em inúmeros processos de saque e espoliação. Ajustar as táticas e empreender esforços para projetar organizações é o centro destas ideias e formulações: fazer lutas criativas superando a estagnação histórica é o que mais marcam a nossa articulação entendendo que só a politização dos conflitos produz consciência de classe e organizações de classe. Estamos certos de que essa pretendida formulação Amazônica, num contexto ainda muito específico, não será só obra dos Amazônidas.

Das tensões que se revelam nas lutas sociais Amazônicas, não se pode deixar de mencionar os fatores que lhes são decisivos: como se reelaborar extraindo lições, engendrar-se de saberes de outros saberes, de histórias de muitas histórias, fundando pontos de partida de muitos pontos em curso, revigorar da pauta mínima a sua pauta máxima, criar elos, construindo alternativas e em conversão, interligar na luta o tempo regional Amazônico com o tempo nacional.

Há uma vida prática social na Amazônia com seu marco civilizatório, agora em desmantelamento pela ideologização do capital e do apossamento dos seus espaços vitais pela tecnicidade destrutiva dos investimentos e pela imposição do objeto supérfluo e sempre de caráter imperialista.

De uma realidade tão desvirtuada, demarcar em análise as visões da Amazônia nos parece tarefa obstinada, sobretudo quando a 'ideologia do desenvolvimento sustentável' impõe aos Amazônidas (o lugar sofrível) um mundo de consentimento e de desraizamento, desterritorialização e fissuras irreparáveis dos ecossistemas e biodiversidades legitimados na espetacularização do binômio 'desenvolvimento e progresso'. A judicialização dos saberes e a apropriação dos

tempos indígenas, ribeirinhos, caboclos e quilombolas, dos nômades da cidade da floresta monotonizadas, endêmica como em outros períodos de apropriação da mais valia social, cidade empresa, cidade negócio, cidade fábula, para os pobres não cidade.

O capital enquanto modo sistêmico hegemônico na Amazônia, seus traços estão em todos os ritmos da vida, está longe de realizar a sociedade regional ou realizando em todas as suas possibilidades o existirá, desloca os destinos da região pela acumulação primitiva e o polo de estrangulamento é um só, de fora para dentro. E quanto mais destrava o ritmo de extração dos recursos naturais, mais faz dependentes as massas de pauperizados e mais se retroalimentam delas, mais os simplifica pelo subconsumo e pelas mesmas razões mais os extinguem pela escassez numa cidade do capital.

O esforço intelectual para interpretar o atual momento é perceptível, mas não é suficiente. O limite é exatamente este, de reconhecê-la como espaço pluricultural, portadora de conhecimentos, mas em tendência sempre explicitá-la em dogma, do desenvolvimento das forças sociais produtivas, e em subordinação constante aos interesses macroeconômicos. O que haveria mesmo de novidade numa esquerda social tardia?

A incapacidade de potencializar pautas sociais e suas questões de dentro para fora, a absorção do capitalismo verde e o seqüestro da consciência Amazônica numa rendição ao medíocre e ao pêndulo do poder como cumpridores de ordens externas são alguns dos sintomas que agora se revelam em pontos nevrálgicos, de modo geral, cindidos.

Estamos entre o conflito da modernidade numa fronteira revisitada e o consentimento de motim político colonial, mas disso deriva outros desencontros, pois não são conciliáveis e a mediação sempre mal sucedida projeta o esgotamento de um comportamento histórico que é de participarmos do tempo político Amazônico, mais de fora dela, do que de dentro dela para ela mesma.

Apossamento e mercantilização da natureza influem enfim sobre os modos de vidas campesinos em suas formações históricas, indígenas, ribeirinhas, caboclos e quilombolas e os da fronteira em expansão de muitas fronteiras projetadas onde o capital se realiza destituindo-os de sentido e lugar. E de qual lugar podem falar os camponeses, a que projeto de muitos projetos se assemelha? O capital ao assentar sua forma de apropriação e alienação dos bens naturais faz dos campesinatos, (no seu plural), polo antagônico, concorrendo em lutas sociais para a sua própria superação?

Desde a tática do empate e das inúmeras formas de luta construída pelos seringueiros sobre a animação do Chico Mendes, das lutas indígenas fulguradas na índia Tuíra em Belo Monte e das lutas pela terra dos posseiros da fronteira e dos Camponeses sem terra, dos atingidos por barragens e pelo monopólio mineral da Empresa Vale, dos garimpeiros de Serra Pelada e de tantas resistências anônimas, da luta dos repatriados em cidades espontâneas surgidas nas últimas décadas e em mutação constante, nos faz observar, aos Amazônidas, que a luta social sempre teve e tem caráter multifacetado, de volume e densidade radical e o que mais importa fonte de criações possuidoras de novos ritmos históricos.

Foram necessárias algumas décadas para que derrotassem com o novo Código Florestal na Amazônia o eco socialismo de Chico Mendes, em parte por uma esquerda ambiental que dele se nutriu e fez usos e abusos da sua imagem. Os seringais imaginados por Chico Mendes era um dos muitos núcleos da vida prática Amazônica, dali poderiam continuar experimentando outros tantos modos de sociabilidades. E a tática do empate (força e técnica) foi a mais inventiva forma de poder dos de baixo, que sem mediação expuseram criticamente o capitalismo ambiental e mais, inauguraram formas de lutas coerentes com seus modos de vida e com a sua força. Mas que lugar este empenho histórico ocupa agora?

Os Camponeses na Amazônia estão órfãos de formulações e de aliados? O que podem fazer os indígenas em luta corporal contra o Estado da ordem que nasceu sem eles e contra eles? Que tarefas têm os indígenas quando o conflito tem em seu aspecto cultural, a impossibilidade de outra verve civilizatória nos marcos do capitalismo senão seu tempo e o seu fetiche. A Amazônia de agora se desprende de si mesma, subjugada pelas forças do Capital e objeto de retórica não pode esperar da intolerância nacional de um reformismo fraco seu único fim. Precisa recriar, reabilitando todos os seus sujeitos políticos com formulação original, ajustando tarefas históricas com tarefas conjunturais e a luta social em seu limite último.

Tem o Campesinato Amazônico uma dupla tarefa; de se reconhecer enquanto sujeito político antagônico ao projeto sistêmico do capital (buscar alternativas frente à mercantilização da natureza numa luta de saberes e de poder) como também situar-se de maneira radical na Amazônia urbanizada, esforçando-se para atuar com os explorados das cidades e das empresas, construindo um novo campo popular, nutrindo-se de todos os processos da luta e da resistência assim como produzir o seu mundo cultural, sua ciência organizativa e o seu programa estratégico. O atual padrão da luta de classes na Amazônia tem estas implicações, e que assumi-las ou reassumi-las é uma verdade.

Sem que seja algo contingente, o fato das revoluções regressivas coexistirem na sua forma impeditiva dos direitos humanos, da soberania popular e de subordinação burguesa local por uma lógica imperialista, resolve de uma vez por todas o sujeito político, não podendo ele carregar o espírito da revolução burguesa local como quer o ‘pensado de fora’, que a nossa sorte está no desenvolvimento regional, já desnecessário ao capital, e não pode mirar nela, mas o seu esforço é para superá-la, implicado a construir força que a destrone no presente momento. A isso digo, está ai a conformação do

novo bloco histórico Camponês e Popular, que criando o imaginário para outras tarefas, nos separe de vez do que até agora somos, força auxiliar de projetos políticos distantes do nosso projeto dentro e fora da Amazônia.

Subordinados nos limitamos a ser o que fomos deslegitimados do poder e rebaixados pela violência, órfãos no próprio terreno da luta. A débil aliança de uma débil conformação ideológica que volta a se repetir. Possuir opinião política própria e ter posição organizada numa compreensão de que o período já deslocou a luta para outro patamar.

As reflexões constatam de que há um espaço em aberto na luta política Amazônica, e que estamos em tempo de criar, envoltos a um jogo de forças, pelas mesmas razões, impossibilitados de irmos adiante de maneira isolada, mas sofisticando com as lições das lutas anteriores, o que agora se torna mais definitivo. O que o momento provoca em muitas e diversificadas bandeiras de lutas é arrancar da letargia, do anonimato os sujeitos políticos que podem para além do tempo esperado, do dado como incerto irromper-se transmudando a ordem.

Charles Trocate,
Marabá, novembro de 2014

IDEIAS PARA O PENSAMENTO POLÍTICO DA VIA CAMPESINA NA AMAZÔNIA[1] - 2004-2013

Introdução

Ao longo dos últimos anos, sobretudo do início dos anos 2000 quando tomados pela percepção de mudança na natureza do enfrentamento político e ideológico com o Estado e com o latifúndio do tipo Amazônico[2], querendo ainda do ponto de vista imediato, extrair ideias sobre o Campesinato e o funcionamento da sociedade regional. A época na militância destes estados e na prática política do MST as ações se delimitavam à retomada da luta pela terra.

Por este período, o limite era possuir análise que potencializasse outras incursões na região e isso pressupunha em inequívoco abrir-se para uma nova articulação, alianças para além do local do conflito. Lentamente surge a relação com o Campesinato histórico[3] e a apro-

[1] Embora estejamos nos desenvolvendo no Pará, a apropriação do termo "Amazônia" corresponde ao sentido mais amplo da articulação que estamos envolvidos, na luta politica e no território. As organizações que fazem parte dessa articulação são: MAB, ABEEF, CEPASP, Movimento Juruti em Ação, Movimento dos Trabalhadores na Mineração - MTM, FEAB, MST, CPT, MAM.

[2] Percepção advinda de início no MST organizados no Maranhão, Pará e no Tocantins, em diálogo com outras analises, (religiosas, acadêmicas, e populares) e dos diversos momentos políticos, vão estimular a análise, da sociedade Amazônica.

[3] Essa denominação inicial vai ganhar no processo de articulação outra

ximação com outras lutas e suas pautas políticas, do sindicalismo e do posseiro da fronteira[4] (onde nasce o MST) e de outros processos *campesinos* por toda a Amazônia que até então eram desconhecidas.

Ainda neste período reificaram outros fatores da ordem da macroeconomia neoliberal e neodesenvolvimentista de reorganização do capital e do trabalho estimulando outro tipo de inserção da Amazônia com imposição da espoliação, mercantilização da natureza e destituição dos direitos em âmbito estatal das sociedades nativas. Os massacres de Corumbiara em Rondônia e Carajás no Pará, nos anos de 1995 e 1996[5], respectivamente, demonstram o caráter do Estado: intolerância com as reivindicações populares e ampliação da barbárie do capital em todos os quadrantes Amazônicos. Assim como outra sistemática para movimentos sociais e organizações Camponesas, desdobramentos ainda que particularizados vão ganhar outras atribuições nas possibilidades de organização e de superação que se colocam deste impasse e que ao longo destes anos mereceram muitas observações.

O que fica caracterizado, ainda que seja em aspecto conjuntural, é o de um movimento em retirada duplamente sentido nos Camponeses e nas suas organizações. O abandono das pautas *progressistas pelas forças organizadas*, a assimilação das ideologias do desenvolvimento

conceituação para além do convencional, como forma de nos encontrarmos na análise, de posseiros, de povo das águas e da floresta, para Campesinato, *Indígena, Ribeirinho, Caboclo, Quilombolas e de Fronteira.* Campesinato enquanto identidade de classe, sem a hierarquia das 'identidades' da sociologia pós-moderna.

4 GUERRA, G. A. D. O Posseiro da Fronteira: Campesinato e Sindicalismo no Sudeste Paraense. Belém: UFPA / NAEA, 2001, 169 p.

5 Dia 17 de abril, o dia do Massacre de Eldorado do Carajás, em que foram assassinados 19 Trabalhadores na curva do "S" no município de Eldorado do Carajás, no Pará. E foi definido em agosto do mesmo ano numa reunião da Via Campesina no México, como o dia Internacional de Luta Camponesa. E em 2002, ainda no governo do FHC como o dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária.

e progresso tardio, absorção das teses do desenvolvimento sustentável emplacadas com forte conteúdo cientifico através de pesquisas, inúmeros simpósios e publicações por um lado e ordenamento jurídico por outro como a intervenção modernizadora revelam as geoestratégias[6] de acumulação do capital revigoradas em inúmeras medidas intervencionistas sobre os ecossistemas e biodiversidades da região.

Estas transformações ocorridas nas zonas de colonização histórica e nas novas fronteiras econômicas do espaço Amazônico pela ofensiva do capital vão impor, em sucessivo enfrentamento o ciclo de riqueza do capital como expressão do momento burguês e concomitante o ciclo de pobreza social. Ao mesmo tempo, as dificuldades manifestadas em setores importantes da sociedade - inclusive pela falta de uma formulação Amazônica - nas organizações, na intelectualidade e nos dirigentes políticos como também os retrocessos da pauta sindical. A dispersão política ocasionada pela repressão estatal, os assassinatos de Camponeses, as perseguições e as prisões são faces de um mesmo dilema.

Somadas a isto, as implicações do programa da via eleitoral[7], como tática de acúmulo de força que fazem fortes ecos no interior

[6] "Fatalismo de mercado", decorrência "natural" do processo de "globalização" (...) que atinge indistintamente todas as regiões do planeta; (...) disputa pelo controle da região no contexto da expansão capitalista mundial, porém, marcando as singularidades de cada momento e o papel desempenhado pelo Estado nacional e pelas diferentes forças políticas atuantes na região. "O ABCI da internacionalização da Amazônia" Elder Andrade de Paula.

[7] (...) A luta pela terra os partidos se contrapuseram, sem muita convicção, à bandeira da reforma agrária. Mostraram-se divorciados dos movimentos camponeses e não conseguiram traduzir a luta pela terra em um projeto político. Essa dificuldade está relacionada com o fato de que os nossos partidos políticos são em geral, frentes partidárias, combinações heterogêneas de interesses variados em nome de identificações ideológicas muito débeis. Se considerarmos que os vários partidos de esquerda, inclusive os partidos comunistas, abrigaram-se no PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) durante a ditadura, onde abrigaram também proprietários de terra. Pode-se entender porque o Partido ao chegar ao poder, não teve a menor condição de efetivar um programa

das organizações, em especial as de origem Camponesas. Levadas, assim, ao limite pela falta de conquistas e os seus impactos nos desdobramentos da política ambiental, agrária, agrícola, energética e mineral vão marcar o projeto de análise suscitado nesse período 2004/2013, no campo organizativo e nas mobilizações coletivas necessárias como articulação de uma nova força social com e a partir do campesinato regional.

No fundamental, este documento vai posicionar a memória política como também buscará estruturar a 'gênese' deste pensamento. Objetivamente, o ponto de partida e sua consequência prática representam os princípios básicos dessa articulação no tempo político Amazônico que denominamos 'Ideias para um pensamento político da Via Campesina na Amazônia'[8] e do que ele pode representar. Não se trata de plataforma política ou mesmo o programa estratégico, são ideias pensadas que ganham desdobramentos bem particulares resultando numa busca pela autonomia política e na inserção da atualidade dos conflitos e enfrentamentos de caráter Amazônicos.

De onde partimos: a nossa articulação no tempo político Amazônico

Talvez passe despercebido a muitos, inclusive aos estudiosos e aos pesquisadores do tema e ao pensamento político da atualidade sobre a formação do Campesinato Amazônico e paraense em suas multifaces. A formação Amazônica e a sua estrutura territorial, jurídica

agrário e, menos ainda, um projeto de mudança política que reconhecesse a importância das bases e dos movimentos sociais na nova realidade brasileira. Nem o quis. Caíram assim sob a hegemonia da própria burguesia rentista, que, no que se refere à questão agrária, têm posições muito atrasadas em relação á dos próprios governos militares. José de Souza Martins a "Chegada do Estranho" 1993.

[8] Ao longo desse documento os elementos estruturantes, "projeto de analise coletiva, unidade de ação e principio de ação," representam o embrião do que denominamos "ideias para o pensamento da Via Campesina na Amazônia".

e econômica obedece à regra básica fundada há muito na história, na qual a região sempre esteve ligada aos ciclos de desenvolvimento nacional e internacional – enquanto fornecedora de matéria prima. A dinâmica da luta pela terra possui diversos bloqueios históricos da verve colonial até o último período de expansão dos grandes investimentos de capitais, fases retroalimentadas de uma mesma lógica.

Transferiu-se intencionalmente duas dinâmicas para o desenvolvimento da região, a primeira de ordem nacional que subjuga ao papel de território e o enxerga apenas como frente de expansão reabilitada em inúmeras fronteiras econômicas de lucro extraordinário do capital. E a segunda refere-se à subserviência do Estado Brasileiro em um nível de concessão política e jurídica avançada (lei de barragens, regularização fundiária, lei de florestas públicas e o novo código florestal e mineral), impostas por organismos internacionais que resultam numa crescente especulação, principalmente sobre o ecossistema e a biodiversidade, componentes básicos para a acumulação capitalista.

São sobre estas duas dinâmicas que situam a atual fase da luta pela terra e pelo território, seguramente mais complexas revelando contradições no interior dos movimentos e organizações que se agrupam em torno dessas duas perspectivas: a primeira que é a Reforma Agrária e a negativa do Estado de tê-la como política de desenvolvimento, sobretudo na área exponencial da fronteira (pilhagem de capital natural, confrontação jurídica de capitais, migração de massas pauperizadas e escassez do Estado). Deixando pouco ou nenhuma margem para a existência de movimentos dentro da ordem, de organizações institucionalizadas[9].

[9] As lutas de massas não se enquadram dentro de estruturas verticais e concentradoras de poder, orientadas por diretorias que sobrevivem de mensalidades de seus associados. As lutas de massas, além de serem abertas, seus integrantes se vinculam pelo interesse e pelo compromisso de luta e não

A segunda pelo território[10] e desterritorialização, território como lugar de reprodução de uma ordem social com suas vertentes demarcadas – indígenas, cabocla, quilombola, ribeirinha e de fronteira – sendo a última de uma configuração social mais complexa e as primeiras oriundas de uma civilização cuja base é a coletividade da terra, dos rios e das crenças, quando o lugar da propriedade e a constitucionalidade das coisas são nulas e não os definem e nem impõe o ritmo de protagonismo e de desenvolvimento linear. E o Camponês da fronteira num paradoxo de negação da sua existência e da sua reprodução social pela formação do latifúndio e abrangência dos seus poderes cada vez mais crescente que lhes retira a perspectiva do território e o modelo de desenvolvimento econômico que o transforma em operário simplificado, semi-operário e lupém social[11].

simplesmente por fazerem parte de uma categoria corporativista. Sendo assim, as diferenças são enormes, tanto na estrutura quanto nos métodos de ação que existem entre os movimentos ou organização social, e uma entidade política ou sindical. Desta forma, podemos afirmar que os movimentos que desenvolveram a luta pela reforma agrária atrelados a entidades sindicais, Ong´s, partido político e etc não terão futuro como organização. Essas entidades, para acompanharem as mudanças e o dinamismo das mobilizações permanentes das massas, terão que mudar de caráter, métodos e os objetivos, ou seja, negarem a si próprias, coisa que parece ser impossível, haja visto os hábitos e costumes que assimilaram nessa trajetória política. Ademar Bogo, As Lições da Luta pela Terra. Memorial das Letras, Salvador, Bahia, 1999, (p,34).

[10] O conceito de TERRITÓRIO segundo Milton Santos é "O lugar – não importa sua dimensão – é a sede dessa resistência da sociedade civil, mas nada impede que aprendamos as formas de estender essa resistência às escalas mais altas. Para isso, é indispensável insistir na necessidade de conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico desse seu aspecto fundamental que é o território (o território usado, o uso do território). Antes, é essencial rever a realidade de dentro, isto é, interrogar a sua própria constituição neste momento histórico. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro". Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

[11] Os trabalhadores desempregados, subempregados, vivendo do trabalho precário ou "por conta própria" representam o extremo da frente neodesenvolvimentista. Esses trabalhadores formam aquilo que a sociologia

Assim, a tríade do projeto de desenvolvimento capitalista na região é determinada por: a) a aplicação do grande capital (nacional e estrangeiro) na espoliação dos bens da natureza: da água, da terra, da floresta e da biodiversidade; b) precarização do trabalho, pelo baixo uso de ciência e tecnologia e do desenvolvimento das forças sociais produtivas e c) a concentração de riquezas que monopoliza os recursos frente à pobreza, numa crescente marginalização da sociedade. Embrutecida pela violência, apática pela expressão do desenvolvimento, progresso tardio e conservador[12], a sociedade Amazônica se encontra

---

crítica latino-americana já denominou "massa marginal", massa cuja existência e amplitude indicam a incapacidade do capitalismo dependente brasileiro de explorar produtivamente, para o próprio capital, os recursos humanos disponíveis no país. Convém distinguir dois setores na massa marginal. Parte dessa massa é social e politicamente desorganizada. Ela foi incluída na frente neodesenvolvimentista graças às políticas de transferência de renda que possuem uma amplitude muito maior nos governos Lula e Dilma. Essa massa desorganizada forma uma base eleitoral passiva, mas tem tido um peso decisivo na eleição dos candidatos da frente neodesenvolvimentista. Outra parte da massa marginal está organizada em movimentos populares como movimentos por moradia e movimentos de desempregados. As vitórias desses movimentos na luta reivindicativa aparecem, no plano da ação direta, nas ocupações urbanas que conseguiram se colocar fora do alcance da repressão e, na política nacional, em medidas de política habitacional como o programa "Minha casa, minha vida" criado no final do governo Lula. Armando Boito Jr, Fonte: http://adrianonascimento.webnode.com.br

[12] O Pará transcende a sua própria capacidade de gestão. É produto de matrizes e variáveis que só circunstancialmente se cruzam com os mecanismos decisórios locais. O Pará é o efeito de vontades externas. Na origem das decisões se encontra também a sua destinação. Como se o jogo para valer fosse de bumerangues. Por serem lançados a partir de fora, lá fora é que está o seu ponto de chegada. O Pará é uma circunstância de si mesmo, numa típica caracterização colonial. O circuito mais importante dessas engrenagens é controlado pela antiga Companhia Vale do Rio Doce. O valor de mercado da empresa é duas vezes e meia maior do que o PIB (Produto Interno Bruto) do Pará. Seu lucro líquido no ano passado excede em mais de 10 vezes a capacidade de investimento do governo estadual. O Pará é um dos 12 Estados da federação nos quais a empresa atua, mas é o segundo de onde ela mais extrai receita e o primeiro em saldo líquido de divisas. Se o Pará tem perfil colonial, a Vale é quem mais o modela. O Pará Atrasado, artigo Lucio Flavio Pinto. Agência Adital Noticias. 2009.

no limiar dos seus dilemas fazendo nenhum juízo ao alcance comum dos seus principais problemas.

***

Concorrente a estes fatores, há uma necessidade de superar a crise e recolocar o movimento Camponês no enfrentamento das questões que lhes são estruturais. Primeiro identificando os bloqueios políticos e ideológicos que impedem o avanço das lutas mais gerais como condição a todos, quando o limite não é só confeccionar o diagnostico político da situação, e segundo como rivalizar organizadamente com o capital construindo alternativas assim como outro imaginário coletivo destes processos. Estes elementos revigorados na história e nas contradições fazem parte da complexa engenharia da luta pelo poder e são sobre estas premissas que se inscrevem em nodal o que é comum a todos:

Formular análise política que oriente a ação entre as forças sociais da Amazônia e especialmente entre os movimentos Camponeses, que transija o atual imaginário marcado por sucessivas derrotas.

Estimular organizações duradouras e buscar soluções pela classe dos vários conflitos em curso na Amazônia.

Manutenção intransigente dos territórios históricos livre do capital. Reivindicação das pautas populares, notadamente anti-imperialistas, Demarcação das terras Indígenas, Reforma Agrária, Projeto Energético entre outros e etc.

Ressalta-se como característica deste momento global que o padrão da luta de classes na Amazônia tem (ainda que não creditado), assento fundamentalmente no Campesinato, não sendo ele secundário no processo de espoliação capitalista, com objetivo da extração do lucro extraordinário, onde cada vez mais aumenta o seu poder e isto passa pela modernização do sistema de repressão, pela ideologização dos seus modos de vida e negação e da sua reprodução

sócio histórica, que ou se comprimem a esta faceta do capital ou estimulam lutas de reivindicação e superação.

Desde então é possível afirmar, pela formulação coletiva[13], que:

1. Inconclusa é a formação do Campesinato Amazônico do seu bloco histórico. Única alternativa ao paradoxo da sua existência na atual quadra histórica hegemonizada pelo capital;

2. Tarefas unitárias enquanto articulação e posição no mundo, os desafios de ser classe na unidade da diversidade;

3. Formulação anti-hegemônica, fazer história com sua própria síntese.

A busca de uma estratégia política Camponesa na Amazônia

Nada a este tempo foi uniforme e muito do imaginado ainda se encontra remetido à realidade caótica de interpretação e elaboração do que fazer de um Campesinato dilacerado e fora da disputa pelo poder, destituído de centralidade. No contraditório, força auxiliar servindo aos diferentes interesses conservadores e ignorados na sua existência, no universo de resistência (o que sempre lhe caracterizou) acuado pela violência de classe numa ofensiva de guerra amplamente declarada, por governos, latifundiários e empresas de mineração entre outros capitais.

No entanto, em síntese, há três questões centrais da leitura conjuntural e ação programada que devem ser dinamizadas de forma permanente, colocando-as como referência:

a) No universo da luta política e ideológica na Amazônia o conceito político pluricultural que pode rivalizar e ao mesmo tempo ser

[13] Carta ao governo do Pará, em janeiro de 2007. É o documento de apresentação publica, enfatiza as características políticas e o acumulo da articulação, é um documento fundador, expõem o programa imediato e as organizações que fazem parte da Via Campesina na região e porque se diferenciam em nível nacional.

antagônico ao imperialismo ecológico ambiental se dá em torno do conceito de Campesinato;

b) A compreensão inadvertida que a atual fase da luta política é de resistência com guerra. O local do conflito será sempre decisivo para o conteúdo da pauta, de negação ou superação. Nem toda luta se transformará em negociação da pauta dentro da ordem;

c) A alternativa está fora da ordem e a desobediência civil é o seu elo fundamental. As lutas devem portar essa natureza mesmo as que possuem caráter econômico devem possuir seu núcleo de conspiração;

***

Não se pode afirmar a duração destas formulações, cada uma delas possui seu momento histórico e alcance referencial com desdobramentos importantes no interior de cada processo, de cada organização e cada coletivo político. O período é de sustentação do projeto de análise num nível de complexidade amplamente admitido e estás argumentações representam no geral os pontos embrionários para a aglutinação comum e o caráter das lutas, a política de alianças com as outras forças, para a elaboração teórica[14] e construção do programa de formação de quadros, militantes e dirigentes nas organizações.

a) O imperialismo ambiental que impacta a sociedade, o capital natural da região Amazônica, e em especial o Pará;

b) Formas de exploração por espoliação, saque, mortes e roubo, marcando um novo tipo de conflito, de desterritorialização dos Camponeses e criminalização dos seus modos de vida;

[14] Foi estabelecidos contatos com intelectuais, estudiosos e professores da Amazônia e fora dela numa busca pela formulação coletiva do pensamento critico Amazônico, o que circulou de varias formas, teses, artigos textos, até criamos a Editorial Iguana, editora e revista para a disseminação da formulação Amazônica.

c) Governos das mais diferentes matrizes ideológicas são na região 'gerentes' modernos do capital. Para a pauta de reivindicação e superação será necessária construção de força social mobilizada;

d) Monopólio do pensamento e da ideologia do desenvolvimento sustentável, vinculados desde os centros acadêmicos e das instituições de pesquisas, sobre a prática política e social das organizações. Território, organização, economia e cultura;

e) A sociedade Amazônica está impactada por esse modelo de desenvolvimento econômico, a ideologia do progresso e da produção da barbárie social. Os programas de assistencialismo do capital buscam preservar a passividade diante das contradições históricas;

f) Refluxo nas organizações sociais mesmo quando as ações do capital impõem uma nova geografia de luta e resistência;

Natureza da articulação Camponesa Amazônica e seus desafios

É necessário afirmar questões de entendimentos caros e desdobramentos dramáticos para explicar, inclusive, a formulação que resultou deste período, a perspectiva de conformação de um bloco Camponês e Popular Amazônico[15], como força social organizada e com outras características, a primeira, do tipo teórico: identificar no dia a dia a corrente de análise e de formulação do pensamento político que, a rigor desvele o imperialismo ecológico ambiental[16] ideologia

[15] Quando se fala em Bloco Camponês e Popular, nesse contexto da luta de classes na Amazônia e dos seus desafios, essa necessidade e a sua possibilidade de avanços se dará também, como condição da classe trabalhadora de se inserir no processo. Isso mostra o desafio do bloco camponês, de se vincular e participar ativamente na construção dessa articulação campo e cidade. O trabalhador urbano não está mais só na cidade, e a indústria não está mais só na cidade. As barragens são uma indústria (muito lucrativa e especializada), e o agronegócio montou suas indústrias no campo. Rogério Paulo Hohn, dirigente do MAB.

[16] Outra contradição básica do sistema capitalista de controle é que ele não pode separar 'avanços' de destruição, nem 'progresso' de *desperdício*- por

do desenvolvimento sustentável, o Estado, o governo e as Ong´s. O segundo, a constituição do movimento/bloco fora da ordem de caráter unitário e de enfrentamentos que se expresse na luta de novo tipo como articulação indígena, ribeirinha, cabocla e quilombola e de todos que estão em contradição com o capital.

Certamente há outras exigências e uma delas é perceber que toda luta na Amazônia entendida como região de expansão dos processos migratórios de desterritorialização das sociedades nativas e avanços do metabolismo do capital[17], se converteram em luta de caráter anti-imperialista, na sua forma, no seu conteúdo e nos seus resultados.

Ao longo deste período, procurou-se inserir o caráter anti-imperialista como análise e posicionamento político nas lutas gerais da sociedade Amazônica. Cada organização e movimento estabeleceu sua dinâmica seja na reivindicação ou na elaboração de uma plataforma política.

---

mais catastróficos que sejam os resultados. Quanto mais destrava força de produtividade, mais ele desencadeia o poder de destruição; e quanto mais amplia o volume de produção, mais deve enterrar tudo sobre montanhas de lixo sufocante. O conceito de *economia* é radicalmente incompatível com a de 'economia' de produção de capital, que, por necessidade, piora ainda mais as coisas, primeiro esgotando com desperdício voraz os *recursos limitados* de nosso planeta, e então agrava ainda mais o resultado *poluindo e envenenando* o meio ambiente humano com seus resíduos e efluentes produzidos em massa. Issac Deutscher Memorial Lecture, *The Necessity of Social Control,* delivered at the London School of on january, 26, 1971,). Citado por; István Mészáros, II Encontro de São Lázaro, FFCH/UFBA, julho de 2.011.Conferencia de abertura.

[17] O capital é em si mesmo um modo geral de controle; o que significa que ou controla tudo ou implode como sistema de controle reprodutivo da sociedade. Consequentemente, o capital enquanto tal não pode ser controlado em alguns de seus aspectos enquanto deixa os demais no lugar, (...) e, para mencionar apenas mais uma das implicações catastróficas do desenvolvimento sistêmico do capital "avançado", devemos ter em mente a *transgressão ecológica global* proibitivamente devastadora do nosso modo de reprodução sociometabólica não mais sustentável no mundo planetário finito, com a exploração voraz dos recursos materiais não renováveis e a destruição cada vez mais perigosa da natureza. Crise estrutural necessita de mudança estrutural, István Mészáros, II Encontro de São Lázaro, FFCH/UFBA, julho de 2.011.Conferencia de abertura.

Como necessidade histórica inaugurou-se, por assim dizer, três ideias que se repercutem até os dias de hoje na assimilação coletiva dos desafios, na compreensão do terreno da política e na disponibilidade para as tarefas. É sobre estes desafios que se assentam construção de uma força social camponesa e popular na Amazônia!

São elas:

1. Um bloco de organizações Camponesas não acontece por acaso. É fruto das contradições do capital, do modelo de desenvolvimento e, sobretudo, em períodos como o atual onde o capital estimula a formação do seu bloco de dominação, devemos estimular o bloco Camponês e popular para fazer a contraposição com as características que lhes são necessárias;

2. No interior desse bloco, a política não pode ter argumento sectário e nem ingênuo, mas indicar que força política e social construir. Ajustando a tática e o método de trabalho organizativo ao alcance de uma alternativa política de negação e superação;

3. O bloco não é homogêneo e nem está dado, ele é consequência do enfrentamento político e sua construção é permanente. Possui diversidades que variam das táticas aos métodos, seguindo os ritmos das forças políticas e das organizações envolvidas com unidade de análise e princípio de ação;

Noutra perspectiva do que é conjuntural e decisivo aos processos em curso (ideias/desafios) o que se deva levar em consideração é:

• Territorializar as organizações, convertendo-se numa contradição ao capital;

• Que a frente Camponesa tenha na sua territorialização a manutenção dos territórios históricos;

• Que toda e qualquer luta na região se converterá numa luta anti-imperialista;

• Ajustar a tática de enfrentamento nas organizações;

• Ter uma plataforma política convergente com outras forças pautando a unidade;

• Um programa de formação;

Deste esforço chegou-se a espaços da Amazônia e Pan Amazônia[18], os debates e as reflexões animaram novas táticas de luta e dinamizaram concepções organizativas, incorporaram preocupações no diagnostico e com criatividade foram realizadas as Assembleias dos Movimentos Sociais da Amazônia que se conformaram num espaço unitário necessário ao nosso tempo político Amazônico. O Fórum Social Carajás[19] e as reuniões da Via Campesina Amazônica, os cursos, seminários, encontros e o estabelecimento das lutas avançadas[20]. A este tempo foi deliberado à construção do *Instituto Latino Americano de Agroecologia Amazônico-IALA*[21], da Escola Nacional Florestan Fernandes/Amazônia[22] e o esforço desempenhado na construção do MAM[23], Movimento Nacional pela Soberania Popular frente à Mineração,

[18] Nossa participação do Fórum Social Pan Amazônico.

[19] Nos dias 24 a 26 de janeiro de 2009, no município de Parauapebas com participantes de 36 países.

[20] Por serem potencialmente novas. A ocupação da Estrada de Ferro Carajás por movimentos da Via Campesina em 2007. A ocupação das Instalações da hidrelétrica de Tucuruí realizadas pelo MAB, em 2006, a ocupação das instalações da ALCOA pelo Movimento Juruti em Ação, no baixo amazonas, em 2009. As ações do MTM em Serra Pelada contra Colossus, empresa subsidiária da Vale. Mobilização das mulheres em varias partes da Amazônia contra o capital. Além das inúmeras reações organizadas entorno da construção da hidrelétrica de Belo Monte, que perduram mais de três anos consecutivos.

[21] Instituto Latino Americano de Agroecologia Amazônico, IALA-Amazônico, está estabelecido no Assentamento Palmares II, no município de Parauapebas, no sudeste Paraense, com atividades iniciadas em 2011, em parceria com a Universidade Federal do Pará, Campus de Marabá, hoje Unifesspa, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

[22] Em agosto de 2009, com o seminário "Desafios da Formação de Quadros na Amazônia", foi inaugurada a Enff/Amazônia. Em Marabá, Pará.

[23] Em abril de 2012 foi realizada a primeira reunião nacional de construção do Movimento Nacional pela Soberania Popular frente à Mineração-MAM, no município de Parauapebas, no Pará, com delegados de 08 (oito) Estados. O seu caráter está em texto na parte dos documentos orgânicos deste livro.

esses elementos estão colocados na conjuntura e indicam superações, quem bem dizemos na tática das organizações e nas lutas Amazônicas.

Contra o Imperialismo, Soberania Popular na Amazônia!

Coordenação da Via Campesina/Amazônia
IALA/AMAZÔNICO
Assentamento Palmares II
Vicinal do Limão
Fevereiro de 2014

ANÁLISES DA REALIDADE AMAZÔNICA

Água, minérios e modelo energético: para quê e para quem?

Movimento dos Atingidos por Barragem-MAB

Este documento procura trazer alguns debates em torno de três bens naturais estratégicos: a água, os minerais e a energia. Atualmente, a maioria dos países vive numa sociedade chamada capitalista. E como sociedade capitalista o que interessa à classe dominante é apenas o lucro. O sistema capitalista foi crescendo e dominando. Nas ultimas décadas, o capitalismo avançou mais ainda, atualmente ele está no que chamamos de fase imperialista. Na prática, quer dizer que grandes bancos mundiais e grandes empresas multinacionais é que enriquecem e buscam dominar o mundo todo, dominam o sistema financeiro, as maiores indústrias, o comércio, a agricultura, os bens naturais estratégicos, mandam em muitos governos e até dominam vários países ao mesmo tempo. Em nome deste 'progresso' e 'desenvolvimento' estão destruindo a vida do planeta como nunca visto na história da humanidade, a tal ponto que a cada seis pessoas que vivem no planeta, uma passa fome.

Estas corporações, geralmente estão sediadas nos países ricos (EUA, Europa e Japão), mas algumas são dos chamados países em desenvolvimento, caso do Banco Bradesco, da Odebrecht e da Votorantim,

brasileiras. O único objetivo destes grandes grupos tem sido garantir altas taxas de lucro. A filosofia dos capitalistas hoje tem sido "*investir no lugar onde a taxa de lucro é a maior e onde ela se realiza com o menor tempo e com o menor risco possível*". Na prática o capital internacional prioriza:

• Investir na esfera financeira (atualmente está investindo na especulação do petróleo e dos alimentos);

• Investir no endividamento público e privado (para antecipar a apropriação da mais-valia e obter altas taxas de juros);

• Busca ir onde a Força de Trabalho tem o menor valor, ou seja, onde a mão-de-obra é mais barata (significa maior extração de mais-valia);

• Busca investir em locais onde há tecnologias de maior produtividade (hoje significa mais desemprego);

• Busca controlar as bases naturais vantajosas (de maior lucratividade), ou seja, aquelas regiões e/ou recursos naturais mais estratégicos.

• Guerras (EUA possui 823 bases militares no mundo todo)

O sistema financeiro está em crise e a crise está no centro do imperialismo.

Além da crise do sistema financeiro, e a conseqüente diminuição das taxas de crescimento da economia mundial, devem ser destacadas a crise energética, a crise ambiental, a crise alimentar, a superexploração dos trabalhadores/as, o desemprego estrutural, etc. Em fim, este é o atual momento e a natureza do sistema capitalista. Suas conseqüências, todos/as sabemos que recaem sobre os países e regiões mais pobres, em especial sobre os países da América Latina.

O campo é foco de disputa pelo controle dos recursos naturais estratégicos

A crise tende gerar concentração e centralização da riqueza nas mãos das corporações transnacionais e aumento de pobreza para

ampla maioria dos trabalhadores/as. Neste cenário, há em curso, nestes últimos anos, uma ofensiva das grandes empresas multinacionais e dos grandes bancos mundiais, sobre o campo dos países latino-americanos, especialmente para dominar os recursos naturais estratégicos: a energia, as terras (para produção principalmente de agrocombustíveis, celulose e 'alimentos'), a água, os minérios e a biodiversidade (especialmente as sementes).

Estas empresas instalam-se no Brasil e nos demais países da América Latina em busca, principalmente, de matérias-primas agrícolas, minerais e energéticas com fins de exportação (diga-se saqueio) para acumulação privada no contexto internacional. Ou seja, o papel atribuído pelo capital internacional na re-divisão internacional da produção e do trabalho para América Latina é de meros exportadores de matérias-primas agrícolas, minerais e energéticas.

Praticamente em todos os países latinos, os relatos são os mesmos: há um avanço das multinacionais para controlar as maiores reservas de água (e rios para construção de hidrelétricas), e também sobre as reservas minerais e sobre as terras.

As duas regiões mais importantes geopoliticamente no contexto internacional tem sido o Oriente Médio e a Amazônia. A primeira região, concentra aproximadamente 70% de todas as reservas mundiais de petróleo, a segunda (Amazônia), é uma das regiões mais ricas do mundo, com enorme diversidade, concentra minérios, biodiversidade, água, terras, petróleo, gás, etc. Não somente a Amazônia, mas a América Latina toda tem sido estratégica para garantir a acumulação privada do capital internacional.

A questão da água

Na América do Sul encontram-se quatro das principais reservas de água estratégicas para o futuro da humanidade: temos as Águas

Costeiras; temos a Bacia Amazônica e a Bacia do Prata, consideradas as duas maiores vazões hidrográficas da face da Terra, e temos o Aqüífero Guarani, considerado a maior reserva de água mineral do mundo, localizada no subsolo do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Nesta região, as multinacionais estão comprando áreas localizadas exatamente nos principais pontos de afloramento e recarga.

Á água é fundamental à indústria, à agricultura e à toda vida humana. Hoje, se consome cerca de 70% de toda água potável do mundo na agricultura e 20% na indústria. Devido às técnicas agrícolas de irrigação intensiva mais de 45 milhões de hectares de terras já foram danificados. No entanto, nos países industrializados (Estados Unidos, Europa, Japão, etc) suas águas estão praticamente contaminadas.

Tudo indica, que nos próximos anos a disputa pelo controle das águas potáveis estará no centro. As melhores terras agrícolas, principalmente para produção de agrocombustíveis, e/ou para celulose e/ou para produção das commodities agrícolas, e as melhores reservas hídricas localizadas nos países latinos, então sendo amplamente disputadas pelas grandes empresas multinacionais.

No caso dos Rios, o interesse principal é para construção de hidrelétricas, para gerar energia barata, para utilizar na extração dos minérios e da celulose.

A questão energética

Atualmente o debate energético gira em torno de três fontes: o petróleo , os agrocombustíveis e as hidrelétricas. Há o debate também da celulose, como potencial para produção de álcool futuro.

A nível mundial, o petróleo tem sido a principal fonte de “energia líquida” utilizada pelo conjunto da humanidade. A chamada energia líquida, possui como característica, a facilidade no seu transporte,

permitindo abastecer regiões deficitárias. São diversas formas possíveis de transporte, podendo ser terrestre (em tanques de combustível), marítima (em navios cargueiros), ou até transporte aéreo. No entanto, o petróleo é parte do conjunto das fontes energéticas denominadas de "energia fóssil", que levou milhões de anos para se formar e, ao ser consumida, suas reservas não se renovam. Além do petróleo, o gás natural e o carvão mineral são de mesma origem. As reservas mundiais de petróleo estão se esgotando ou se tornando de difícil acesso, passando ser cada vez mais caro, em menor quantidade e de pior qualidade.

Como vimos, o Oriente Médio concentra as maiores reservas de petróleo. Mas na América Latina, vários países são ricos em energia fóssil, principalmente a Venezuela, o Brasil, que se torna um gigante com as descobertas do pré-sal, e a Bolívia (gás).

As previsões, indicam que o consumo de energia no mundo crescerá 71% até 2030, no entanto há uma tendência para diminuição das reservas mundiais de petróleo, agravando ainda mais a corrida pelo controle de todas as fontes de energia economicamente viáveis.

O cenário mundial de crise energética, afeta principalmente os países centrais do capitalismo (Estados Unidos, Europa e Japão) pois são eles que consomem 70% de toda energia do mundo, apesar de possuir apenas 21% da população mundial. A solução que estes países estão buscando, tem sido a tentativa de encontrar novas matrizes, como a biomassa, a eólica, a solar, a hídrica...., no entanto é impossível atender a um padrão de consumo baseado nos países centrais.

Este cenário energético, trás várias conseqüências:

• Especulação com elevação dos preços internacionais do petróleo;

• Disputas mundiais imperialistas pelo controle das atuais reservas energéticas;

• Elevação do custo de produção dos alimentos, por termos um modelo de agricultura petrodependente;

• Transferência da indústria eletrointensiva (mineradoras e celulose) aos países periféricos;

• Corrida pelo controle das fontes energéticas estratégicas: terras para produção de agrocombustíveis, controle dos Rios para construção de hidrelétricas, etc.

• Mudança na função social da agricultura: em vez de produzir alimentos passam a produzir energia ao imperialismo, e

• Retomada e aceleração da construção de grandes obras de geração de energia elétrica nos países da América Latina, em especial as hidrelétricas e o avanço das multinacionais sobre as terras para produção de agroenergia.

Retomada e aceleração da construção de hidrelétricas

Essa corrida das multinacionais para construir e dominar as hidrelétricas se deve ao fato de que a energia hídrica permite as maiores taxas de lucro. No caso brasileiro, 2007 foi o ano que este setor conseguiu os seus maiores lucros da história do setor elétrico, perdendo apenas para os bancos. As 17 maiores companhias de energia elétrica tiveram uma receita líquida de R$ 64 bilhões, sendo que R$ 12 bilhões foi de lucro limpo.

A energia proveniente de hidrelétricas (da forma como tem sido a construção de represas), é considerada uma das fontes mais baratas. A energia hídrica apresenta uma "base natural vantajosa" em relação às demais fontes, motivo da brutal corrida das multinacionais para dominar este setor tanto na geração como na distribuição. Vejamos algumas características da fonte hídrica:

• A energia hídrica apresenta alta produtividade, ou seja, eficiência energética de 94%, enquanto a térmica, apresenta no máximo 30% de eficiência.

• Apresenta baixo custo de produção, a matéria prima utilizada nas turbinas (água) não apresenta nenhum custo de produção, ao contrário da energia térmica em que a matéria prima é o petróleo.

• É renovável, alterando apenas sua intensidade conforme as estações do ano, conforme a intensidade das chuvas, e permite o armazenamento da água em lagos para uso posterior.

• A mesma água de um rio pode ser utilizada diversas vezes, basta que sejam construídas diversas hidrelétricas num mesmo Rio.

• O chamado "Sistema Interligado", permite levar e ceder energia de uma região para outra, conforme a intensidade das chuvas, fazendo os lagos das hidrelétricas funcionar como uma grande caixa de água e obter ganhos de até 22% na eficiência. Ou seja, permite o controle sobre todo Rio, sobre a Bacia Hidrográfica, inter-bacias e inter-regiões, e entre países.

Com as privatizações, a energia elétrica passou a ser controlada e colocada a serviço das grandes empresas transnacionais. A geração elétrica de nossos países, tem como destino abastecer os grandes consumidores de energia elétrica, principalmente a chamada indústria eletrointensiva (celulose, alumínio, ferro, aço, entre outras) e os grandes supermercados (shoppings), oferecendo a estes energia subsidiada. No Brasil, atualmente, existem em torno de 665 grandes consumidores de energia e sozinhos consomem aproximadamente 30% de toda energia elétrica brasileira, além disso, recebem energia ao preço de custo real.

Exemplo: As mineradoras VALE e ALCOA e a produtora de celulose Votorantim, recebem (seus contratos são de 20 anos) energia do governo brasileiro a 4 centavos o kwh, enquanto a população brasileira paga 50 centavos de reais pelo mesmo kwh. Ou seja, com a privatização do setor elétrico as tarifas representam um verdadeiro roubo sobre toda população brasileira.

Em dez anos de privatização, os aumentos nas tarifas ultrapassam 400%, elevando desta forma os preços da energia elétrica do Brasil em patamares de tarifas internacionais (padrão petróleo/energia térmica), mesmo que nossa matriz tenha 80% da energia elétrica de fonte hídrica. O discurso de escassez, tem sido o principal argumento ideológico para justificar aumentos de tarifas, para justificar novas obras e também para garantir o financiamento público através do BNDES.

Atualmente a distribuição de energia elétrica está organizada de uma forma que permite a máxima exploração dos mais pobres e ao mesmo tempo privilegia os mais ricos (os grandes consumidores). No Brasil e em grande parte dos países latinos, o modelo energético permite ao capital internacional obter lucros extraordinários, para serem remetidos às suas matrizes nos países centrais. A SUEZ-Tractebel, multinacional francesa, em 2007 faturou no Brasil 3 bilhões de reais com a venda de energia, sendo R$ 1 bilhão de lucro.

Neste cenário de crise do petróleo, de busca de alternativas energéticas e o grande potencial hidráulico nos paises da América Latina e os altos lucros obtidos com a hidroeletricidade, observa-se uma aceleração na construção de hidrelétricas, seja de pequeno porte ou grandes.

No mundo existem mais de 45.000 grandes represas construídas e já expulsaram das terras mais de 80 milhões de pessoas, a maioria sem receber nada. Além disso, existem hoje cerca de 1.600 represas em construção no mundo. Essas obras movimentam aproximadamente 50 bilhões de dólares por ano.

O aproveitamento do potencial hidrelétrico no mundo revela que na maioria dos países ricos e desenvolvidos, os principais rios já foram utilizados para construção de usinas. Nestes países, o aproveitamento chegou em seu limite máximo, apresentando enormes dificuldades na construção de novas represas. Com isso, a indústria de barragens

(Siemens, Alstom, General Elétric, VA Tech, ...) obrigam-se encontrar novas regiões no mundo para manter seus negócios e faturamentos.

A China, que possui o maior potencial do mundo, é o país que mais constrói hidrelétricas no momento. Atualmente são 50.000 MW em construção e mais 30.000 MW para serem iniciados. Demanda apresentada em função de seu crescimento econômico e principalmente porque há uma acelerada transferência da indústria mundial àquela região.

No caso brasileiro, temos o terceiro (10%) maior potencial de hidroeletricidade do mundo, ficando atrás da Rússia (13%) e da China (12 %). Para os próximos 25 anos (até 2.030), conforme o "*Plano Nacional de Energia 2030*", há uma previsão de acrescentar mais 130.113 MW de energia elétrica ao sistema brasileiro. Deste total, 94.700 MW deverão ser de fonte hídrica (87.700 MW através de hidrelétricas de grande porte e 7.000 MW através de Pequenas Centrais Hidrelétricas). Em questão de investimentos, prevê-se a necessidade de U$ 286 bilhões (algo em torno de 500 bilhões de reais). Levando em consideração somente os próximos dez anos, *"O Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica 2007/2016, apresenta um conjunto* de 90 usinas hidrelétricas *a serem construídas, que totalizam uma geração prevista de 36.834 MW.*

Quem são nossos inimigos

O modelo energético, está organizado com mecanismos e lógica de funcionamento do "capital financeiro", organizado em um grande "monopólio" privado do capital internacional para permitir a especulação e as maiores taxas de lucro.

Atualmente, os chamados "donos da energia", tem sido uma fusão de grandes bancos mundiais (Santander, Bradesco, Citigroup, Votorantim, ...), grandes empresas energéticas mundiais (Suez, AES,

Duke, Endesa, General Eléctric, Votorantim, ...), grandes empresas mineradoras e metalúrgicas mundiais (Alcoa, BHP Billiton, Vale, Votorantim, Gerdau, Siemens, General Motors, Alstom, ...), grandes empreiteiras (Camargo Correa, Odebrecht, ...), e grandes empresas do agronegócio (Amaggi, Bunge Fertilizantes, Stora Enso, ...). Este bloco de capitalistas internacionais formam uma forte aliança em torno de três grandes blocos de capital: o capital financeiro, capital minero-metalurgico-energético e o capital agro-negócio. Ou seja, os grandes bancos internacionais e as multinacionais tem sido nossos principais inimigos.

Desafios

O problema central na questão da energia, é o atual modelo energético, que busca garantir as mais altas taxas de lucro em todas as áreas que compreende o setor elétrico. Na esfera financeira, as empresas energéticas exigem que se tenha uma "boa imagem" de cada empresa, que seja a mais rentável de todas batendo recordes de lucro a cada ano e que tenha uma imagem ligada a preservação ambiental, com isso, conseguem enormes ganhos no mercado de ações; na esfera da circulação de mercadorias, a tarifa de energia elétrica tem sido uma verdadeira mina de ganhar dinheiro em cima de toda população, porque cobram preços que representam um verdadeiro roubo; e na esfera da produção de mercadorias, a construção das hidrelétricas e a geração de energia também se tornou um dos negócios mais lucrativos do atual sistema, pois lucram com a venda de máquinas e equipamentos, lucram porque o Estado é quem financia quase a totalidade das obras e lucram com a venda da energia gerada.

A construção de hidrelétricas, a multiplicação das mineradoras e de empresas de celulose está dentro de uma lógica. Vejamos: a) constroem-se hidrelétricas financiadas com dinheiro público, b)

vende-se esta energia gerada por preços internacionais ao povo de cada país para obter o máximo de lucro, c) no caso dos grandes consumidores, recebem energia subsidiada, a preço de custo, das empresas do governo, para abastecer suas indústrias eletrointensivas (minerais e de celulose), e d) a produção final destas indústrias é enviado (exportado) aos países centrais, a custos baixíssimos, inclusive com isenção de impostos. Ou seja: todos os planos de novas hidrelétricas, de mineradoras e de celulose estão minuciosamente articulados a serviço da acumulação imperialista.

Na esfera da produção (geração de energia) a luta contra as hidrelétricas e a luta para combater a exportação de produtos de alta densidade energética com fins de acumulação capitalista (as eletrointensivas - mineradoras e celulose) tem se transformado numa luta anti-imperialista, e por isso deve ser fortalecida, porque o enfrentamento se concentra contra as maiores transnacionais do mundo.

Na esfera da circulação, a luta das tarifas, apesar de seu caráter tático, também pode ser uma luta importante, pois afeta a esfera de realização dos lucros pelos capitalistas, além de afetar quase que a totalidade da população de cada país e possibilita estabelecer alianças com a população urbana. Pagamos uma das tarifas de energia elétrica das mais caras do mundo, enquanto isso, os grandes consumidores (multinacionais) têm recebido da mesma energia, a preços dez vezes mais baixo que a população em geral.

Afirmamos que o maior parte das obras em andamento está pensado na lógica do atual modelo energético, e portanto, são anti-povo. Combate-las, deve ser um compromisso de todo povo, do campo e da cidade.

Não se trata de uma luta apenas da população atingida pelas represas ou pelas mineradoras, assim como a luta das tarifas, toda população é afetada.

As riquezas naturais são do povo e devem estar a serviço do povo. A luta da energia e a luta em torno dos projetos minerais devem ser entendidas como lutas por soberania de cada país e ao mesmo tempo de caráter anti-imperialista. Estas lutas devem ser entendidas em sua totalidade, como parte da luta pela transformação do atual modelo de sociedade.

Na América Latina, os desafios são enormes, são centenas ou até milhares de projetos hidrelétricos e de mineradoras em fase de expansão. Ao mesmo tempo milhares de campesinos e populações originárias estão ou serão afetadas. Por isso mesmo, temos o desafio de fortalecer ou criar organizações e movimentos sociais em cada país, organizar e fortalecer este potencial de luta. Além de buscar fortalecer cada vez mais as articulações internacionais para construção permanente da unidade no campo e do campo/cidade.

Temos uma longa caminhada, e desde já deixamos o desafio de fortalecer a luta e a organização em torno destes setores estratégicos apresentados durante o desenvolvimento deste texto.

Água e energia, não são mercadorias!

O grande projeto: quando destruição/conservação convertem-se em "oportunidades de negócios"

Elder Andrade de Paula[24]

As denuncias das destruições ecológicas e socioculturais nos territórios atingidos pelos grandes projetos parecem ter esgotado o seu repertório na Amazônia nas últimas quatro décadas. Pior ainda, as incessantes noticias recorrentes sobre o problema tem levado a uma certa banalização da sua gravidade. Desse modo, em que pese a necessidade de seguir as denuncias, acreditamos que faz-se necessário ir mais além, no sentido de compreender o êxito dos ditos empreendimentos. Nesta perspectiva, optamos por apresentar neste artigo algumas notas direcionadas para explorar outro ângulo de análise do problema: a base de legitimidade construída pelo "grande projeto" que orienta a destruição e reconstrução permanente da vida e do mundo.

Resumidamente, denominamos como "grande projeto" aquilo que dá sentido a objetivação dos empreendimentos do capital em seu conjunto e o modo como se territorializam em múltiplas escalas. Da intensificação da exploração dos bens naturais e construção de infra-estrutura correspondente, até aqueles voltados para obras de re-urbanização tal como analisado por Harvey (2011). Ademais dessa expressão material ele envolve outras dimensões objetivas e subjetivas voltadas para as necessárias adaptações nas formas de dominação e construção de "consenso ativo" em torno da hegemonia burguesa.

Hegemonia esta, condicionada e subordinada aos fundamentos da "modernidade americana", tal como interpretada por Bolivar

[24] Professor Associado do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre

Echeverría (2008). De acordo com ele, (tradução nossa) a arrogância absoluta da "modernidade americana" consiste na pretensão de haver enfim uma subsunção total da "forma natural" da vida humana e seu mundo a "forma de valor". Subsunção que teria chegado não só a re-funcionalizar essa vida "desde fora e desde dentro"como também anular nela essa forma natural. "Se manifiesta en la vida práctica a través de la impugnación tacita de una "naturalidad" como fundamento del mundo de la vida; a través de la reivindicación, inherente a esta práctica, de la autosuficiencia de su "artificialidad (ECHEVERRÍA, 2008, 30).

Como ver-se-á mais adiante, é nessa versão da "modernidade americana" que se justificam e fundamentam as adaptações voltadas para esverdear o capitalismo. É assim que destruição e conservação deixam de figurar como elementos antagônicos e integram-se como componentes complementares da acumulação ampliada do capital. Passam a ser traduzidas como "oportunidades de negócios" no jargão de influentes ONGs conservacionistas transnacionais e seus satélites locais. É justamente aí que reside um dos segredos do sucesso do "grande projeto" na obtenção de legitimidade: destruição e conservação tem preço. Nas notas pontuadas a seguir, tomamos como referência a territorialização do "grande projeto" na Amazônia brasileira.

Amazônia na integração do saque permanente dos bens naturais

Estava coberto de razão Luiz Werneck Vianna quando alertou em uma de suas aulas no CPDA/UFRRJ (1999) para a necessidade de prestar mais atenção nos traços de continuidade que marcam a formação social brasileira. Eles poderiam lançar mais luzes sobre seu entendimento do que aqueles que privilegiam as possíveis rupturas aparentes em dados momentos conjunturais. No essencial, os governos Lula/Dilma revelam uma vez mais o vigor desse continuísmo,

como evidenciam entre tantos exemplos, o tratamento da política de "Integração da Amazônia" e da Questão Agrária no país como um todo. As obras do Plano de Aceleração do Crescimento–PAC articuladas com as projetadas e em execução no âmbito da Integração de Infra-estrutura Regional Sul Americana-IIRSA mostram com nitidez a retomada da empreitada inconclusa da ditadura militar (1964-84). Esta por sua vez, havia dado continuidade ao projeto de "integração nacional" esboçado pelo Império no século XIX, fortemente influenciado pela matriz colonial lusitana.

As políticas "integracionistas" levadas a cabo pelo Estado brasileiro no século XX, desencadearam-se nos dois momentos decisivos da modernização capitalista no país: a chamada "Revolução de 1930" e o golpe militar de 1964. Enquanto no intervalo de 1930 a 1964 as políticas de revitalização da produção de borracha natural, extensão de redes de comunicação, intensificação da presença militar voltavam-se mais para manter essa fronteira "ocupada", àquelas adotadas no pós-1964, além de projetar uma modificação no perfil dessa ocupação, anuncia as pretensões de ir mais além dessas fronteiras e afirmar-se como potencia regional. O papel desempenhado pelos governos Lula/Dilma na implementação do PAC e IIRSA parece ter dado passo significativo no cumprimento desta versão de um "destino manifesto" do Brasil na América do Sul.

No que diz respeito às implicações da IIRSA na geopolítica mundial, Ana Esther Ceceña (2008), mostra que ela insere-se no processo mais geral de acumulação mantendo as hierarquias estabelecidas pela hegemonia estadunidense e reforçando centros de poderes regionalmente hegemônicos, como é o caso do Brasil na América do Sul. A corrida pelo saque dos bens naturais envolveria uma trama de articulações envolvendo empresas transnacionais e suas associadas locais com o apoio do aparato estatal. Em uma entrevista posterior, concedida a Revista "Contra Corrente" (Publicação da Rede Brasil

sobre Instituições Financeiras Multilaterais, edição impressa de novembro de 2009. Brasília-DF.), Ceceña esclarece que as empresas brasileiras se internacionalizaram e passaram a constituir-se, portanto, em "empresas com capital brasileiro, mas que se nutriram de capital estrangeiro através de bolsas de valores internacionais (...) Essa entrada de capitais, muitos deles estadunidenses, coincidiu com a ampliação das atividades dessas empresas, colocando-as em um melhor lugar no mercado mundial".

As grandes obras em curso na Amazônia continental orientam-se para essa pilhagem dos bens naturais engendrada nesse mega projeto do capital. Alguns críticos como o equatoriano Alberto Acosta (2012) tem interpretado esse saque como atualização do extrativismo, denominado por ele de "*neoextractivismo*". De acordo com Acosta, as repúblicas primario-exportadoras da América Latina não chegaram alcançar estilos de desenvolvimento capaz de superar as armadilhas da "pobreza y del autoritarismo". Este seria, segundo ele, o grande paradoxo: existem países muito ricos em recursos naturais que continuam sendo pobres,

> Y son pobres porque son ricos en recursos naturales, en tanto han apostado prioritariamente por la extracción de esa riqueza natural para el mercado mundial, marginando otras formas de creación de valor, sustentadas más en el esfuerzo humano que en la explotación inmisericorde de la Naturaleza. En los últimos años, conscientes de algunas de las patologías enunciadas anteriormente, varios países de la región con gobiernos progresistas han impulsado algunos cambios importantes en lo que se refiere a ciertos elementos de la modalidad extractivista. Sin embargo, más allá de los discursos y planes oficiales, no hay señales claras de que pretendan superar realmente dicha modalidad de acumulación. A través de este esfuerzo esperan poder atender muchas de las largamente postergadas demandas sociales y, por cierto, consolidarse en el

poder recurriendo a prácticas clientelares e inclusive autoritarias (ACOSTA, 2012, 12).

Nessa perspectiva, parece ficar mais claro os objetivos e sentidos da exploração "grande projeto" também na Amazônia continental. É sob essa lógica regida pela espoliação ilimitada que deve refletir-se sobre a plausibilidade de fixar via medidas "condicionantes", limites para produção destrutiva do capital. Todavia, a reflexão a esse respeito deve levar em conta para mais além do processo de produção e exploração, as dimensões de ordem subjetiva. É a isso que nos dedicaremos a seguir, na tentativa de mostrar que o "*neoextractivismo*" está ancorado em outro "neo", o neocolonialismo, entendido também enquanto atualização do colonialismo, tal como interpretado por Casanova (2006) [25].

Capitalismo verde e neocolonialismo na Amazônia

Em trabalho anterior (PAULA, 2011), denominamos "capitalismo verde" o resultado das modificações operadas no capitalismo "no sentido de promover um movimento simultaneo de adaptação a nova divisão interncioanl do trabalho, ao re-ordenamento de natureza geopoltica, as re-configrações nas relações Estado-Mercado e a assimilação do ambientalismo no processo de acumulação global".

[25] Segundo Casanova (2006: 191-204) o desenvolvimento internacional se processa dentro de uma estrutura colonial: "la expansión de la "civilización", del progreso social y técnico de la occidentalización del mundo, de la evangelización, de la difusión de las ideas liberales y socialistas, ocurre en un cuadro de relaciones desiguales entre los países desarrollados y subdesarrollados". Y los motivos o motores de la colonización no solo son económicos, como es obvio, sino militares, políticos, espirituales (…) En las sociedades plurales las formas internas del colonialismo permanecen después de la independencia política y de grandes cambios sociales como la reforma agraria, la industrialización, la urbanización y movilización.

O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais - PPG7[26], criado em 1992 e finalizado em 2009, sob a batuta do Banco Mundial, consubstanciou de forma exemplar os nexos entre capitalismo verde e neocolonialismo na Amazônia. As parcerias institucionais envolvem os três níveis de governo (federal, estadual e municipal), ONGs, setor privado, agências de cooperação técnica e financeira bi e multilaterais (www.mct.gov.br/prog/ppg7/boletins/boletim11). A participação das ONGs nos chamados "Programas Demonstrativos" foi coordenada pelo Grupo de Trabalho Amazônico - GTA, uma rede concebida e criada no escopo deste Programa. O GTA agregava em 2009, cerca de 600 organizações atuantes na Amazônia, entre as quais destacam-se sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas, associações de camponeses, organizações indígenas, CNS e ONGs.

Constava como objetivo principal do PPG7,

> (...) demonstrar a compatibilidade do desenvolvimento econômico com a conservação dos recursos naturais da Amazônia e da Mata Atlântica, proteger a biodiversidade, reduzir as emissões de carbono, e criar um novo modelo de cooperação institucional para resolver um problema ambiental global, "fornecer um exemplo de cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento nas questões ambientais globais" (...) As linhas de ação ficaram assim definidas 1) Experimentação e Demonstração-projetos PDA, Pro Manejo, Pro Várzea; Proteger, PNS, PDPI 2) Conservação de áreas protegidas- Projetos: Resex, PPTAL, Corredores Ecológicos, Mata Atlântica; Fortalecimento Institucional Projetos SPRN, GTA,

[26] Com financiamento do "Grupo dos 7", União Européia e Países Baixos, esse Programa foi gerenciado "pelo Banco Mundial, através de um fundo criado para essa finalidade o "Rain Forest Trust Fund". Foi instituído pelo governo brasileiro em junho de 1992 e começou a ser implantado em 1995, finalizando oficialmente em 2009. Foram investidos um total de U$ 519 milhões, sendo U$ 463 milhões dos "doadores externos" e U$ 53 milhões provenientes do governo brasileiro. Deve-se ressaltar que as pretensões iniciais eram para incluir toda Amazônia Continental" (PAULA, 2011, 28)

> RMA e COIAB; 3) Pesquisa científica; Projeto SPC&T- lições e disseminação e Projeto "AMA" (PAULA, 2011; 28).

O objetivo essencial do PPG7 no sentido de criar as condições favoráveis para re-pactuar os interesses do capital no acesso e apropriação dos bens naturais da região, parece ter sido contemplado. Esse pacto concretizou-se graças ao amplo leque de articulação desse Programa no sentido de construir um consenso em torno do denominado "desenvolvimento sustentável". Ele envolveu a esfera governamental nos três níveis, comunidade científica e as mais diversas representações da sociedade civil: de organizações indígenas e camponesas até grandes grupos empresariais[27]. A re-territorialização, as adaptações institucionais e a imposição de uma agenda que definiu o modo de "pensar a Amazônia", constituíram-se no seu conjunto, como uma das mais ambiciosas iniciativas de cunho neocolonial na passagem do século XX para o XXI (PAULA, 2011).

Com uma mão, a reterritorialização instituída sob a matriz do Banco Mundial contemplou parte das demandas emanadas nas lutas de resistência indígena e camponesa, com a outra, retirou deles a "autonomia relativa" de gestão sobre os territórios conquistados. Isto é, promoveu-se uma monumental desregulamentação na legislação ambiental com vistas à "flexibilizar" a exploração dos bens naturais existentes nesses territórios pelas grandes corporações. A aprovação

[27] A iniciativa para a formação do "Fórum Amazônia Sustentável" ilustra bem a natureza desse pacto. Sua Comissão Executiva é composta por 15 organizações: Agropalma; Conselho Nacional dos Trabalhadores Extrativistas (CNS); Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab); Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn); Fundação Avina; Fundação Orsa; Grupo de Trabalho Amazônico (GTA); Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social; Instituto Centro de Vida (ICV); Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon); International Finance Corporation (IFC); Instituto Socioambiental (ISA); Projeto Saúde e Alegria (PSA); Vale; Wal-Mart Brasil (PAULA, 2011)

da Lei 11284/2006, que instituiu a concessão de Florestas Públicas para exploração privada, as mudanças em curso nos códigos florestal e de mineração expressam alguns dos exemplos mais emblemáticos.

As iniciativas recentes voltadas para intensificar a mercantilização e financeirização da natureza começam a se institucionalizar-se via Pagamentos por Serviços Ambientais-PSA[28] finalizam o "conjunto da obra". Especialmente na forma de comercio de créditos de carbono através dos mecanismos de REDD, Através desses mecanismos a destruição produzida pelas emissões de poluentes industriais passam a ser "compensadas" pela conservação de florestas. Mais ainda, as madeireiras que praticam o "Manejo Florestal Sustentável" podem participar do comercio de carbono por estarem "conservando as florestas".

Enfim, dado que os atos de destruir e conservar são passiveis de valoração monetária o que passa a estar no centro das preocupações são os preços a serem pagos. Não importa o tipo de exploração do

[28] Em seu Boletim de nº 175, o WRM apresentou uma edição especial sobre o PSA com o objetivo de aclarar o seu significado no âmbito da economia verde e suas repercussões junto as populações afetadas direta ou indiretamente. Em linhas gerais, diz o referido Boletim, "Serviço ambiental", também chamado de 'serviço' ecossistêmico, inclui o substantivo 'serviço', um termo bastante utilizado na economia capitalista de mercado, na qual atuam empresas e profissionais que prestam os mais variados serviços e cobram por isso. Portanto, o 'serviço ambiental' sugere que tem, por um lado, algo ou alguém que o presta ou providencia e, por outro lado, alguém que o recebe e o utiliza. Essa lógica parece se aplicar também no caso do 'serviço ambiental' e seu 'comércio'. Entretanto, há algo particular no caso do 'serviço ambiental'. Ele não é 'prestado' por uma pessoa ou empresa, é simplesmente 'ofertado' pela natureza e de forma gratuita. Os defensores dos 'serviços ambientais' dão como exemplo áreas de floresta que, devido à sua vegetação densa, conseguem 'armazenar' e 'produzir' o 'serviço ambiental' água que, por sua vez, garante o abastecimento de uma aldeia indígena que vive nessa floresta e de um pequeno vilarejo nas proximidades. Parece que a 'natureza' está, neste caso, sendo transformada em uma espécie de 'fábrica de água'! Como veremos depois, há muitos interesses corporativos vinculados a esse processo (veja Boletim mensual do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM), Nº 175, fev de 2012 http://www.wrm.org.uy, dedicado ao tema *serviços ambientais*).

"grande projeto" (mineração, hidrocarbonetos, hidro e agronegócios, extração madeireira etc), mas sim quanto e como paga para destruir e conservar. As denominadas "medidas condicionantes" parecem cada vez mais subordinadas a essa lógica. Como é em torno da adoção e implementação dessas "medidas condicionantes" que se tem concentrado os embates com o "grande projeto", lembrando a Sun Tzu, todas as batalhas encampadas pelos "de baixo" estão condenadas a derrota.

Parece ser nessa direção o recado dado pelos autores de dois contundentes documentos divulgados em 2012: 1) Dossiê: o Acre que os mercadores da natureza escondem (http://www.cimi.org.br/site/pt-br/); 2) "Carta de Belo Horizonte", resultante do Seminário "Formas de Matar, de Morrer e de Resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais e a garantia dos direitos humanos e difusos" (http://www.ufscar.br/neped/pdfs/novidades/CARTA_DE_BELO+HORIZONTE.pdf). Talvez, as únicas ações capazes de "condicionar o grande projeto" sejam aquelas emblematizados na Amazônia brasileira nos anos de 1980 pelo facão de Tuira kayapó no pescoço do presidente da Eletronorte para impedir kararaô (hoje Belo Monte), a dos mutirões de seringueiros do Acre armados de cartucheiras para realizar os "empates" (1970/80) contra a invasão de seus territórios pelos pecuaristas. No limiar do século XXI as marchas dos povos do TIPNIS na Amazônia boliviana contra a estrada que devassa seus territórios e a entrincheirada resistência na Amazônia peruana contra as hidrelétricas, com vitoria momentânea contra a construção da Hidrelétrica de Inambari acalenta nossas esperanças do triunfo da vida sobre a morte representada pelo "grande projeto".

Referências

ACOSTA, Alberto. Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. 2012.http://www.ecoportal.net/Temas_Especiales/Mineria/Extractivismo_y_neoextractivismo_dos_caras_de_la_misma_maldicion. Acceso em dezembro de2012.

AGAMBEN, Giorgio. (2004). Estado de Exceção. São Paulo. Boitempo Editorial.

CASANOVA, Pablo G. (2006). Sociologia de la Explotación. Buenos Aires. CLACSO

CECEÑA, Ana Esther (et al). Territorialidad de la dominación: Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA) www.geoplitica.ws

ECHEVERRÍA, Bolívar "La modernidad americana" (claves para su comprensión). In:___. (compilador). *La americanización de la modernidad*. Mexico-DF: Ediciones Era/UNAM, 2008

GRAMSCI, Antonio. Obras escolhidas. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

HARVEY, David (2004). O Novo Imperialismo. Ed. Loyola, São Paulo.

________________ (2011) O Enigma do Capital e as crises do capitalismo. Boitempo Editorial. São Paulo.

LEAL, Aluízio L Sinopse Histórica da Amazônia: Uma Visão Política. Cadernos do Centro de Estudos do Terceiro Mundo, FFLCH/USP. 1991.

PAULA, Elder A. Transgredindo fronteiras, Amazônia no espelho de Caliban. México: UNAM, 2011. México-DF, 2011. 108 p. Relatório de Pós-doutoramento.

___________; La doble cara de la destrucción de los bosques tropicales en America latina y el Caribe: las reveleciones de la 'economia verde' en Acre". Compedio Especial de la Revista Biodiversidad:

Biodiversidad sustento y culturas, editada por Alianza Biodiversidad & Amigos de la Tierra América Latina y el Caribe & WRM (2012).

PAULA, Elder Andrade de & MORAIS, Maria de Jesus Morais. Nos Labirintos das Fronteiras Amazônicas. In: VALENCIO, Norma; _________ & WITKOSKI, Antonio Carlos. Processos de Territorialização e Identidades Sociais. V. I. São Carlos: Rima, 2010.

RIBEIRO, Silvia (2011); Los verdaderos colores de la economía verde http://www.ecoportal.net/Temas_Especiales/Economia/Los_verdaderos_colores_de_la_economia_verde, acesso junho de 2012)

SCHMIDLEHNER, Michael F. (2012). A Função Estratégica do Acre na Produção do Discurso da Economia Verde. IN: CIMI. Do$$iê Acre: O Acre que os mercadores da natureza escondem. http://www.cimi.org.br/site/pt-br/ acesso julho de 2012.

SUN TZU ; A Arte da Guerra. São Paulo. Ed. Martin Claret (2006)

WORLD RAINFOREST MOVEMENT (2012). Boletim 175, fevereiro de 2012, http://www.wrm.org.uy/, (acesso março de 2012).

A Conjuntura da Mineração!

Raimundo Gomes da Cruz Neto

Nos últimos dez anos tem ocorrido um crescimento significativo da demanda a nível mundial por minerais metálicos ferrosos e não ferrosos, principalmente o ferro, cobre, bauxita, manganês, níquel e ouro. E isto tem feito com que os países que tem estes minérios em abundancia, da Ásia, África e América Latina, tem aberto oportunidades sem limites para as empresas mineradoras fazerem a exploração destas riquezas. "O agravamento do extrativismo é observado, particularmente em zonas onde se encontra os jazimentos mais acessíveis e as regulações mais frouxas e favoráveis ao investimento estrangeiro, tal e como sucede em muitos países da América Latina" (Delgado Ramos, 2012).

Além de países europeus os EUA, China e Japão, são os que mais demandam por recursos minerais, principalmente o minério de ferro. No Brasil é significativa a evolução da extração e exportação de minério de ferro nos últimos dez anos. Do ano de 2000 a 2010, a extração de ferro no Brasil saltou de 212,52 para 372,00 milhões de toneladas. E uma exportação de 157 para 311 milhões de toneladas no mesmo período. O preço por tonelada pulou de 28 para 140 dólares, chegando em 2011 a quase 200 dólares. Depois de uma queda até 85 dólares, estabilizou em torno de 135 dólares.

O curioso é saber para que está servindo a exportação de minério de ferro do Brasil, quando aqui vão se multiplicando os problemas ambientais e sociais e ao mesmo tempo EUA e China, ao lado de Israel, se tornam os maiores produtores de armamento do planeta. Sendo o Brasil um dos países maiores produtores de armas de fogo.

Durante o ano de 2011 dos 52 minerais importados pelo EUA, 20 foram da América Latina e 25 do Canadá, 85% do nióbio foi do

Brasil e 48% da bauxita foi da Jamaica e do Brasil. A Europa, em 2011, sua importação de antimônio quase toda foi do Brasil e Peru; o borato foi da Agentina e Chile; a metade do cobre foi do Peru e Chile. Bolivia e Peru chegaram a exportar o grosso do antimônio. O Brasil se tornou estratégico em abastecimento da Europa, de quase o total de nióbio e boa parte de tungstênio, como também boa parte de alumínio, bauxita, ferro, tantálio e berílio.

A América Latina é uma das regiões que tem as maiores reserva minerais do mundo, portanto a mais cobiçada, o que atraiu em 2011 um percentual de 25% dos investimentos em exploração mineral ocorrido a nível mundial.

Em todas as regiões onde ocorre a exploração mineral a realidade é a mesma, seja na África, na Ásia ou na América Latina. O modelo é baseado no consenso das Commodities e geração de divisas, com atividades de extração e exportação de bens primários em grande escala sem maior valor agregado, no máximo os minerais são transformados em produtos semi-acabados.

Este modelo é caracterizado pela consolidação de economias de enclave, sem encadeamento produtivo local e com forte fragmentação social, o que termina configurando espaços sócio-produtivos dependentes do mercado internacional e da volatilidade de seus preços.

O modelo é predatório e produz um grande acúmulo de passivos ambientais e sociais. Em vários países as empresas e o Estado usam da força e da violência contra as populações, como nos casos recentes da Bolivia e Argentina. No caso do Brasil a força se dá através do cumprimento à risca do Código de Mineração. Instrumento que garante o poder das empresas sobre as populações.

Os passivos ambientais são gerados por desmatamentos, pela poluição do ar, do solo e das águas, por os projetos serem da modalidade a céu aberto, utilizarem técnicas de processamento ou transformação

por lixiviação e/ou flotação com substancias químicas contaminantes, com o uso de grande quantidade de água e energia. Em 2008, das minas com produção de minério bruto a partir de 10.000 t/ano, 2.579 minas(98%) são lavradas na modalidade "céu aberto", 47 por meio de lavra subterrânea e três mistas.(PNM 2030).

Os projetos de maior risco são os de extração e transformação de níquel, cobre e ouro. No caso do cobre para produção do concentrado deste minério são usados arsênio, soda cáustica e outros produtos químicos, que são carreados para as barragens de rejeitos, contaminando águas superficiais e subterrâneas. No caso da exploração do ouro o risco ainda é bem maior devido o uso do cianeto.

"A toxicidade para o ser humano pelo contato com o CIANETO pode se dá pelo, seja na forma líquida, sólida ou gasosa, o corpo o absorve rapidamente pela pele e as superfícies mucosas. É mais perigoso quando se inala, porque se distribui mais rapidamente no corpo. Para o ser humano adulto, o CIANETO de hidrogênio ingerido oralmente pode ser mortal a partir de uma dose equivalente a um grão de arroz."(CEPASP, 2012).

Os conflitos sociais são a marca deste modelo, ocorrido entre as empresas e as populações diretamente atingidas, desde o México aos países da América Central(Guatemala, El Salvador, Honduras, Costa Rica, Panamá) e da América do sul(Equador, Peru, Colômbia, Brasil, Argentina, Chile e Uruguai).

Segundo o Observatório de Conflitos Minerais na América Latina (OCMAL) existem atualmente 120 conflitos que envolvem mais de 150 comunidades atingidas em toda a região. No Perú a atividade mineral concentra 70% dos conflitos socioambientais, o que representa 50% do total dos conflitos sociais do país. O modelo avança sem o consenso das populações, gerando todo tipo de conflitos sociais, divisões na sociedade, e uma espiral de criminalização e repressão das resistências.

No Brasil, os Estados de Minas Gerais e Pará são os maiores na extração e transformação mineral, sendo que o Estado da Bahia vem se destacando como o terceiro Estado com influência neste setor. Na distribuição regional das minas, o sudeste responde por 67% das grandes, 53% das médias e 41% das pequenas. A região Norte tem 10% das grandes, 2,7% das médias e 4,8% das pequenas.

Os projetos significativos da região norte são: de bauxita do Trombetas, Paragominas e Juruti(PA); de estanho de Pitinga(AM) e de Rondônia; de ferro, manganês, cobre e níquel de Carajás(PA); de alumina e alumínio de Barcarena(PA); de caulim do Jari(AP) e da bacia do rio Capim(PA); de ferro gusa ao longo da ferrovia Carajás/Ponta da Madeira(Marabá-PA, Açailândia, Santa Inês e Rosário-MA).

Na perspectiva de incentivar o setor mineral, em 2011 o governo brasileiro lançou o Plano Nacional de Mineração 2030, que tem como objetivo nortear as políticas a médio e longo prazos que possam contribuir para que o setor mineral seja um alicerce para o desenvolvimento sustentável do país nos próximos 20 anos.

Com o plano o governo pretende garantir investimentos na área da pesquisa, extração e transformação mineral, da ordem de U$ 252 bilhões (duzentos e cinquenta e dois bilhões de dólares), de forma que possa neste período triplicar e quadriplicar, em alguns casos, a extração de minérios, como ferro cobre e bauxita. No caso do minério de ferro deve saltar de 351 em 2008 para 1.098 milhões de toneladas em 2030. O cobre de 216.000 para 1.000.000 de toneladas. A bauxita de 26,8 para 79,3 milhões de toneladas. Mais investimentos estão previsto com recursos provenientes do Banco Mundial.

Outra investida do governo é alteração do Código de Mineração com o objetivo de criar um Marco Regulatório para a mineração que possa garantir ao Estado maior controle da atividade mas sem

alteração no que diz respeito ao predomínio das empresas sobre as populações onde incidem as jazidas e no seu entorno.

Populações dos Estados do Tocantins, Pará e Maranhão, vem sofrendo grandes prejuízos com a expansão da mineração. O estado do Tocantins com a construção das barragens para produção de energia e o plantio de eucalipto para produção de carvão para alimentar a produção ferro gusa. No estado do Maranhão as populações são atingidas, pelo plantio de eucalipto e a produção de carvão, poluição provocada pelas siderúrgicas de produção de ferro gusa, e os transtornos causados pela movimentação das locomotivas pela ferrovia que transporta o minério de Carajás ao porto, em São Luis. No estado do Pará os problemas são pela extração e transformação mineral, plantio de eucalipto, construção de barragens, e movimentação na ferrovia.

No estado do Pará a mineração nas modalidades de extração e transformação está distribuída nas regiões sul, sudeste, nordeste e oeste, com a exploração de ferro, cobre, manganês, níquel, bauxita, caulim e ouro, e a produção de ferro gusa, alumina e alumínio.

Os principais problemas: exploração da força de trabalho, atropelamentos com morte ao longo da ferrovia, apropriação de terras e do minério, desmatamento, poluição das águas superficiais e subterrâneas, abertura de enormes crateras, destruição de cavernas e sitios arquelógicos, desterritorialização das populações do campo, inchaço das cidades, e proliferação da violência.

Mas tudo que falamos até agora está relacionado com as consequências da exploração e transformação mineral, onde tem sido nosso campo de atuação na perspectiva de evitar que as populações continuem perdendo direitos para as mineradoras, ou seja, temos atuado muito no campo da compensação, sem avançarmos para compreender e enfrentar as causas, o que vou tentar fazer a partir de agora. Sem aprofundar na teoria da acumulação capitalista mas usando de algumas referencias teóricas a respeito do assunto.

A partir da segunda guerra mundial(1939-45) os Estados Unidos, que já dominava 50% da economia mundial, desenvolve suas estratégias para construção do império sob sua direção, domínio e controle. Com a recuperação das economias do Japão e Alemanha e a formação de um bloco com a participação destes dois países, do Canadá, Eua, França, Itália e Inglaterra, estava criada a hegemonia da nova ordem mundial.

A nova ordem define que os países das periferias da África, Ásia e América Latina seriam incluídos na economia mundial com o papel de simplesmente fornecedores de matéria-prima para o centro, daí o primeiro passo para a situação que vivemos até hoje e que não sabemos quando sair dela, haja vista a subserviência de nossos governos e da burguesia nacional.

Uma outra ordem aceita pelos governos capachos dos Estados Unidos, na América Latina, depois do inicio da crise estrutural do capital no final da década de 60 e início da década de 70, foi o consenso de Washiginton(1988), sob a determinação do neoliberalismo. Com isto os países aceitam a condição de neocolônias e assumem o papel de Estados agroexportadores.

E o Brasil é isto. Não passamos de fornecedores de matéria-prima(mineral e agrícola), hoje transformados em commodities, com a destruição da biodiversidade, exploração da força de trabalho, com trabalho precário e mal remunerado, impossibilitando o bem estar da atual geração e hipotecando o futuro de gerações vindouras.

Nós partimos da compreensão de que não podemos entender a situação sem buscar explicação na dinâmica do capital, explicada por vários marxistas, neste momento de crise estrutural.

Nos diz Meszáros, que estamos submetidos de diversas maneiras à crescente força destrutiva do capital que vai desde, o desperdício criminoso dos recursos materiais e humanos até ao tratamento impiedoso de milhares de milhões de seres humanos no mundo

"subdesenvolvido"; e desde a violação da natureza, potencialmente fatal, do imperialismo hegemônico global dos Estados Unidos.

Definido como contrário ao período de avanço de acumulação do capital, considerado como momento de "destruição produtiva", hoje com a crise de acumulação, com a financeirização da economia, o que nos apresenta é o momento do capital da "produção destrutiva".

Sobre esta condição, Marx já formulava críticas, em 1845, na sua obra A Ideologia Alemã, como recoloca Meszáros: "Nos desenvolvimentos das forças produtivas atinge-se um estádio no qual se produzem forças de produção e meios de intercâmbio que, sob as relações de produção vigente, só causam desgraça, que já não são força de produção, mas força de destruição(...)"

Para Mészáros, hoje, o desenvolvimento regressivo do sistema manifesta-se em desperdício alarmante, na medida em que o capital se aproxima dos limites do seu potencial produtivo. As tendências de desenvolvimento que despontam em direção diametralmente oposta à produtividade originária do capital podem resumir-se deste modo:

1. A incontrolável procura de recursos – quer dizer a irresistivelmente crescente "intensidade de recursos" do capital cujo apetite de energia é apenas um aspecto – que ignora e passa por alto todas as conseqüências para o futuro, tanto para o ambiente como para o reprimir das necessidades das pessoas atingidas pelas estratégias de desenvolvimento em curso;

2. A crescente intensidade do capital nos seus processos produtivos, quer dizer, a necessidade imanente à cada vez mais irracional concentração e centralização do capital, que contribui em notória medida para a produção do "subdesenvolvimento" não apenas na "periferia" mas no seu reino "metropolitano"...

3. O impulso acelerado para a multiplicação do valor de troca, antes simplesmente separado do valor de uso, mas agora abertamente

oposto a ele: quer dizer, o sacrifício das necessidades humanas para manter intacto o dominio do capital sobre a sociedade;

4. O pior tipo de desperdício, o desperdício das pessoas, ou então a forte produção de uma "população supérflua" que, como resultado dos desenvolvimentos produtivos do capital e das suas dificuldades crescentes no "processo de realização" não pode entrar já nos estreitos esquemas da produção do lucro e da multiplicação do valor de troca.

Estratégias de articulação de enfrentamentos á mineração a nível local, regional e internacional

A nível internacional muitas lutas tem sido desencadeadas contra as empresas mineradoras, sejam elas feitas por trabalhadores nas minas que reivindicam seus direitos trabalhistas e por populações que tem seus direitos violados com alteração e/ou perda de seus territórios, com remanejamentos forçados. Temos conhecimentos de levantes no Canadá, Moçambique, Indonésia e nos países da América Latina e Caribe.

Na América Latina e Caribe as lutas tem sido frequentes principalmente, no México, Guatemala, Equador, Bolívia, Peru e Argentina, com representações de povos indígenas, camponeses e populações tradicionais articulados, ou não em movimentos, uns mais antigos e outros criados mais recentemente.

Na década passada as consultas cidadãs em torno dos projetos minerais começaram a implementar-se na América Latina. A primeira foi a de Tambogrande no Perú no ano de 2002, logo em seguida ocorreu a consulta de Esquel na Argentina, Sipacapa na Guatemala, Rio Blanco/Majaz, novamente no Perú, é uma lista ampla de experiências de participação cidadã que com características próprias marcaram uma pauta de defesa de direitos que se desencadearam.

Alguns levantes mais recentes, entre o final de 2011 e começo de 2012: Em Moçambique, contra a Vale, populações remanejadas de áreas de exploração de carvão mineral; No Perú, a Marcha em defesa da água e da vida, contra um projeto para extração de cobre e ouro; Na Argentina, grande manifestação popular contra uma megaempresa de mineração colocou a problemática na agenda política nacional; No Panamá, grande repressão que culminou na morte de dois membros da comunidade indígena Ngabe Buglé; No México, manifestações contra a instalação de um grande projeto de mineração; Na Colômbia, manifestações se intensificam contra uma gigantesca mineradora de ouro; No Equador, grandes manifestações com a ocupação da embaixada da China, em Quito.

Todas as formas de resistência à mineração exigem a redefinição do modelo de desenvolvimento, que se promova uma democratização das decisões, com consultas públicas, audiências e plebiscitos, com a participação das populações, para decisões sobre implantação ou não dos projetos. No caso da Bolívia, Perú e Chile, que já tem uma longa tradição de exploração em larga escala a situação é muito complexa, por haver múltiplas visões sobre os territórios em disputa.

Alguns movimentos da AméricaLatina: CONACAMI – Confederación Nacional de Comunidades Afetadas por La Minería, criada em 1999, Peru; UAC – Unión de Asambleas Ciudadanas, criada em 2006, Argentina, que congrega umas setenta organizações de base que questionam o modelo mineral; ANAA – Asamblea Nacional de Afectados Ambientales, México, criada em 2008, com apoio da Unión de Científicos Comprometidos com la Sociedad – UCCS; MM4 – Movimento Mesoamericano, que vai do México ao Panamá; Coalición Nacional de Redes Ambientales y Sociales, em Honduras; Frente Campesino Contra los Embalses y Mineria da Cocley Colan – FCCEM, na Guatemala.

No Brasil, existem mobilizações com caráter de resistências a projetos de extração e transformação mineral, nas regiões que incluem os estados de Minas Gerais, Espirito Santo, Bahia e Rio de Janeiro, Pará e Maranhão, apoiadas pela CPT, ONG's, MST, sindicatos e associações locais. Recentemente em outros Estados estão surgindo mobilizações: Paraíba, Sergipe, Ceará e Pernambuco.

Nos estados do Pará e Maranhão é onde tem ocorrido maior acumulo de debate, estudos, produção de material, ações de resistência, com manifestações de rua, ocupações da ferrovia, rodovias, de instalações de empresas e garantias de direitos, em Barcarena, Juruti, Marabá, Parauapebas, Canaã dos Carajás e Ourilândia do Norte(PA) e Açailândia(MA).

Conseguimos também, através de um esforço feito pela CPT, CEPASP e Movimento Debate e Ação(movimento de estudantes do curso de Ciências Sociais no Campus da UFPa de Marabá), colocar o debate da mineração na pauta das discussões do Campus Universitário da Universidade Federal do Pará, em Marabá.

Movimentos e entidades que se articulam na região de Carajás, no Pará, em torno da Campanha Contra o Saque de Nossos Minérios : CPT, CEPASP, MST, MAB, FEAB, Justiça nos Trilhos, PJ, STTR de Canaã dos Carajás, Movimento Debate e Ação.

Mobilizações existentes e em construção: Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, além da luta nacional tem um caráter internacionalista; Mobilização Regional dos Atingidos pela Expansão e Consolidação do Capital, se articula nos Estados do Pará, Maranhão e Tocantins; Movimento dos atingidos por Mineração, mobilização das regiões sul e sudeste do Pará; Coletivo da Juventude Atingida por Mineração, mobilização da juventude dos Estados do Pará e Maranhão; mobilização para construção do Movimento Nacional dos Atingidos por Mineração.

A nossa experiência de quatro anos de acompanhamento de famílias que consideramos diretamente atingidas por mineração,

ou seja, famílias que estão em área de ocorrência de jazida mineral e em seu entorno, no sul e sudeste do Pará, tem nos levado a refletir sobre nossas práticas, diante dos pouquíssimos resultados que temos conseguido no sentido de transformar as lutas por sobrevivência em lutas de enfrentamento, por transformação da realidade.

Consideramos, que se nós não avançarmos no sentido de transformarmos as lutas defensivas em lutas ofensivas, mesmo continuando fazendo lutas defensiva, um outro mundo será sempre impossível, não conseguiremos nos articular com movimentos mais avançados da América Latina, e nem resolveremos os problemas das populações atingidas pela cadeia da mineração.

Entendendo, que estamos chamando de lutas defensivas aquelas que se darão sempre dentro da ordem e nos limites que o Capital e o Estado nos permitem, e as lutas ofensivas são aquelas que se darão com a negação da ordem, afirmando algo novo, o que pode ser a expropriação dos expropriadores, sem medo de desobedecer as leis que nos criminalizam e nos oprimem.

Como nos provoca Istvám Mészaros: "A crescente força destrutiva do capital à qual hoje estamos submetidos de diversas maneiras, coloca-nos perante o imperativo de criar uma alternativa positiva ao controle atualmente dominante das mudanças sociais".

Continua: "...o "momento da verdade" que atingimos nestes tempos difíceis quer dizer precisamente que já não é possível falar de mudanças significativas sem enfrentar as determinações fundamentais do sistema de reprodução social no seu conjunto, como Marx entendia, para encontrar respostas sustentáveis para a crise estrutural da ordem do capital em todo o mundo e não apenas neste ou naquele "pequeno recanto" específico do "capitalismo subdesenvolvido ou avançado".

Com isto reafirmamos a necessidade de criação do Movimento Nacional dos Atingidos por Mineração, de caráter classista, anti-

-imperialista e anti-capitalista, sem dogmatismo nem receita doutrinária, mas sim transformador.

Se assim entenderem, é grande o desafio, mas não impossível de enfrentá-lo.

Até a vitória sempre!

Marabá, 11 de maio de 2012.

Fontes consultadas:

Extrativismo: contradicciones y conflictividad; informativo América Latina em Movimento; Publicación Internacional de la Agencia Latinoamericana de Información, marzo 2012.

Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM-2030), Brasilia, 2011.

A exploração de ouro. CEPASP, Marabá, 2012.

O Impacto da Mineração em Canaã dos Carajás. CEPASP, CPT, Movimento Debate e Ação, Marabá, 2010.

Marx, nosso contemporâneo, e o seu conceito de globalização, Istiván Mészaros, 2004.

A Amazônia e meio ambiente e a atual fase do imperialismo ecológico ambiental.

Raimundo Gomes da Cruz Neto

A Amazônia é caracterizada, principalmente, pela biodiversidade que constitui este bioma nos oito paises da América do Sul. Neste momento vamos tratar apenas da Amazônia brasileira considerando os aspectos terra, água, floresta, seus povos e suas culturas, e as ameaças de destruição e de internacionalização.

A floresta, que ainda representa 80% de sua cobertura florística foi preservada por muito tempo pelos povos indígenas e populações tradicionais: caboclos, ribeirinhos, extrativistas, quilombolas e pescadores. Estes sempre viveram do uso do aproveitamento dos recursos naturais fundamentalmente como valor de uso para suprimento de suas necessidades, muito pouco como valor de troca.

A cobertura florística que representa a floresta guarda uma infinidade de espécies vegetais e abriga uma enorme quantidade de espécies animais, muitas delas conhecidas e imagina-se que muitas outras por ainda serem conhecidas. As espécies florestais são desde aquelas que podem ser usadas para fins madeireiros, frutíferas, uso medicinal e plantas ornamentais.

Sobre suas águas, é considerada uma região de rios caudalosos que constituem várias bacias, mais conhecida como bacia amazônica formada pelo rio Amazonas e seus principais afluentes: Purus, Tefé, Negro, Madeira, Tapajós e Xingu. Uma outra bacia, formada por rios que não são afluentes do rio Amazonas, é a do Araguaia-Tocantins, que deságua no rio Pará e daí no oceano Atlântico.

As terras são formadas por solos considerados rasos e frágeis, não recomendados para uso agrícola de forma intensiva sem manejo adequado. Mais há muitas ocorrências de terras conhecidas como

"terra rocha" e "terra de índio", consideradas de alta fertilidade, e ocorrências de outras formações propícias ao uso para agricultura.

No subsolo aparecem as mais diversas formações que deram origem a uma infinidade de minerais já identificados através de pesquisas minerarias: diamante, ouro, ferro, níquel, fosfato, calcário, caulim, bauxita, manganês, prata, berílio, molibidênio, urânio, nióbio, cassiterita, cristal e outros. A maior concentração hoje explorada está localizada no Estado do Pará e na província mineral de Carajás, no sul e sudeste do Estado.

Hoje as populações amazônidas são caracterizadas não apenas pelos seus costumes mas também pelas atividades que desenvolvem, são os: povos indígenas, ribeirinhos, pescadores, agricultores, garimpeiros, quilombolas, que resistem às frentes dos pecuaristas, madeireiros, grileiros, pistoleiros, mineradores, traficantes, contrabandistas, e o Estado.

A biodiversidade amazônica vem sendo ameaçada desde o inicio do século XIX pelos contrabandistas de pedras preciosas, de animais e peles de animais, de sementes e plantas. No século XX há uma intensificação com a exploração para fins comerciais dos seringais, castanhais, e implantação de infra-estruturas necessárias para possibilitar a expansão capitalista na região.

Estas infra-estruturas foram pautadas na construção de ferrovias, rodovias, portos, aeroportos, hidrelétricas, criação e expansão de cidades. Estas iniciativas estavam em função de preparar o espaço para futuros investimentos de espoliação e expropriação dos recursos naturais existentes na amazônia.

Após o golpe militar de 1964 os governos dos generais e coronéis se responsabilizaram pela implantação da política que interessava a grupos empresariais nacionais e internacionais de se apropriarem da riqueza natural preservada e conservada pelos povos indígenas e populações tradicionais.

O compromisso de implantação de infra-estruturas foi acompanhado com mudanças estruturais nas instituições governamentais locais a partir de 1966, que deu como resultado a criação da SUDAM--Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia, criação do BASA - Banco da Amazônia S.A e criação do FINAM – Fundo de Investimento na Amazônia.

Todos os grandes "empreendedores" que a partir deste período se deslocaram ou deslocaram suas empresas para a Amazônia, foram agraciados pelas políticas de incentivos fiscais pautadas na isenção de imposto de renda por até 20 anos, isenção de impostos sobre produtos industrializados, sobre produtos importados e isenção de imposto sobre circulação de mercadorias e serviços.

Era um conjunto de benefícios que possibilitava, a custo zero, aos amigos dos palacianos as condições para apropriarem-se e espoliarem como quisessem o solo, o subsolo, as águas a floresta e os povos da Amazônia. A SUDAM avaliava e aprovava os projetos, o FINAM viabilizava os recursos financeiros, o BASA repassava e órgãos públicos diziam que fiscalizavam.

Em 1970, sob a ditadura do general Emilio Garrastazu Médice, sob o discurso de que a "Amazônia era terra sem homens para homens sem terras", para substituir o IBRA – Instituo Brasileiro de Reforma Agrária foi criado o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que nunca fez colonização e nem reforma agrária.

Através do INCRA são deslocadas populações de agricultores pobres do nordeste e do sul do país para os Projetos Integrados de Colonização, criados ao longo da rodovia Transamazônica, que tem seu marco zero na Paraíba e termina no limite do Brasil com o Perú.

Estas frentes possibilitaram, com maior rapidez, a destruição da floresta amazônica, a poluição das bacias hídricas, a degradação dos solos, a descaracterização e redução de terras indigenas e a de-

sestruturação e desaparecimento de populações tradicionais, com a agricultura itinerante, a exploração madeireira e a expansão da pecuária extensiva. Onde era mata hoje é pasto ou área alterada, degradada e desabitada.

Outras frentes predatórias que avançam na Amazônia, também a partir da política da ditadura militar e incorporadas pelo governo Lula, são as construções de hidrelétricas, a exploração madeireira em Unidades de Conservação, a exploração mineral e a expansão da monocultura para fins energéticos.

São três complexos hidrelétricos que mais preocupam as populações amazônidas, e que o governo não abre mão de incentivá-los, agora com recursos do BNDES, todos eles voltados aos interesses internacionais, como está servindo a hidrelétrica de Tucurui, que fornece energia com preço abaixo de custo de produção para a Vale e para ALBRAS(japonesa) e ALCOA(americana).

Os três complexos são: do rio Madeira, no Estado de Rondônia, para construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antonio; do rio Xingu, no Estado do Pará, para construção da hidrelétrica de Belo Monte e mais outras quatro; e o complexo da bacia do Araguaia--Tocanrins, nos Estados do Pará, Maranhão e Tocantins, onde já foram construídas seis hidrelétricas e pretendem construir mais 26.

A expansão de monoculturas para fins energéticos vem se somar aos plantios de soja iniciados nos Estados do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso, nas décadas de 80 e 90. Acrescenta-se a estes os cultivos de cana-de-açucar, mamona, pinhão manso e eucalipto, para produção de agrodiesel, etanol e carvão vegetal para siderúrgicas de produção de ferro gusa e aço, instaladas no pólo Carajás, nos Estados do Pará e Maranhão.

Outra ameaça ao meio ambiente na amazônia é o avanço da exploração mineral, tanto pela sua ação predatória, a conivência dos governos, o desrespeito a legislação ambiental, a poluição do ar, das

águas e do solo e a expulsão de agricultores e povos indígenas que ocupam as áreas de interesse das empresas mineradoras.

Todos estes projetos possibilitam, de forma absurda, a internacionalização da Amazônia, através da permissão para pesquisa e lavra de áreas minerarias por empresas estrangeiras, a participação em consórcio para construção de hidrelétricas e apropriação da energia gerada, exploração madeireira, criação de gado, plantio de monoculturas, e aquisição de enormes áreas para projetos voltados à "preservação ambiental", através de ONG,s picaretas.

Portanto, para discutirmos sobre a Amazônia, os problemas sociais e ambientais que hoje se fazem presentes, entendemos que temos que levar em conta os elementos acima colocados, outros que meus limites não permitiram explicitar, e entender como atua as vontades capitalista e imperialista no Brasil e nesta região.

Marabá 13 de junho de 2008.

Alcoa em Juruti: mais um crime contra a humanidade.
Raimundo Gomes da Cruz Neto.

Alcoa Inc., empresa norteamericana que atua no Brasil há mais de quarenta anos, com projetos de redução de alumínio em Poços de Caldas(MG) e São Luis(MA), com participação no consórcio para construção da barragem de Estreito, no rio Tocantins(MA/TO), e a partir do ano de 2003 está se instalando em Juruti(PA) para extração de bauxita, com possibilidade de implantação de usinas para produção de alumina e alumínio. Atua na transformação da bauxita em consórcio com a Alumar e BHP Billinton. É a segunda maior fábrica de metal primário da América Latina, com a produção anual de 440 mil toneladas de lingotes. No mundo opera com 228 empreendimentos em 32 países.

Juruti, município localizado no Oeste do Estado do Pará, na margem direita do rio Amazonas, na mesoregião do baixo amazonas e microregião de Óbidos, que até o ano de 2000 tinha uma população de 31 mil habitantes, sendo 60% na zona rural, hoje conta com uma população de quase 40 mil habitantes, sendo 5 mil envolvidos nas obras da Alcoa executadas por várias empreiteiras, na implantação de infra-estruturas. A cidade sede do município não conta com saneamento básico, o esgoto é a céu aberto, com precário fornecimento de água feito pela COSANPA, com elevado índice de acidentes de trânsito, prostituição, criminalidade e tráfico de drogas.

Crime, por tratar-se de um ato digno de repreensão e castigo; Ato considerado, de conseqüências funestas e desagradáveis; o que a Alcoa está praticando com a implantação do seu projeto e vai praticar com a execução.

Humanidade, por considerar-se que a natureza humana será também diretamente afetada pelas conseqüências perversas que serão produzidas pelo projeto, não apenas de modo local, mas universal.

O projeto

O projeto inicial, sem levar em conta a usina de transformação, contará com o sistema: mina, ferrovia e porto. A mina está localizada numa área de floresta densa, nas cabeceiras do lago Juriti Grande, caracterizada por três platôs. A ferrovia atravessa dois projetos de assentamento de agricultores, criados pelo INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária,um deles é o Socó, com 420 familias, das quais 43 tiveram seus lotes atravessados pela ferrovia, receberam por indenização R$ 0,24/metro quadrado, por força de um acordo entre o sindicato e a empresa, enquanto reivindicavam R$ 3,00. O porto está colado à cidade sede do município de juruti, de onde tiveram que expulsar várias famílias estruturadas social e economicamente, do bairro Terra Preta.

O consumo de energia está previsto em 25 MW, sendo 20 MW mina/planta e 5MW no porto, ou 160 Gwh/ano. As águas, que serão captadas do igarapé Juruti Grande, serão consumidas em torno de 5.500 metros cúbicos por hora, com uma recirculação passando pela bacia de rejeitos com uma vazão de 504,8 metros cúbicos por hora. Serão consumidos 9.200 metros cúbicos de combustíveis e lubrificantes por ano. Serão construídas barragens de rejeitos ao longo dos vales.

A área de influência, que corresponde às porções territoriais suscetíveis de forma direta e indireta, soma 655.907,18 hectares, sendo 172.836, 29 há de Área de Influência Direta – AID e 483.070,89 de Área de Influência Indireta – AII. Na AID, serão atingidas 55 comunidades, com 15.000 pessoas, distribuídas em igarapés e lagos: lago Curumucuri(7),lago Preto(2), estrada translagos rio Branco(3), cabeceira do rio Branco(2), Parma do Balaio(2), lago Piranha(1), igarapé Araçá Preto(1), lago juruti Mirim(6) igarapé Juruti Grande(28), lago do Salé(1), lago Parintinzinho(1), cabeceira do igarapé

Marajá(1). A principal comunidade é chamada de Muirapinima, ou Juruti Velho, onde até a pouco tempo foi a sede do município, com 2.000 habitantes, uma escola de ensino fundamental e médio, uma unidade mista de saúde, com médico permanente, um micro-sistema de abastecimento de água, um centro comunitário e um campo de futebol onde são realizados os jogos dos times da comunidade e de outras quando da realização de torneios.Eles tem como seus ancestrais os índios Mundurucus e Murapinimas, e as primeiras famílias de não índios que chegaram para Juruti Velho, em 1818, que constituíram as comunidades de: vilaVinente(cabeceira do mocambo), vila Muirapinima, Capiranga, Suval, Pompom, Juruti Miri, Nova União, Pau D'arco, Prudente, Maravilha, Alemanha e Germano. Hoje os mais velhos destas comunidades estão com as idades que vão de 59 a 90 anos. Em 2001, na comunidade Surval, foi feito contato com dona Tereza Rodrigues, com a idade de 110 anos. A população de adultos e idosos representa 61,3% destas comunidades, e crianças e jovens 38,7%. Homens 59,15 e mulheres 40,9%.

A AID atinge todo o Projeto de Assentamento Agroextrativista, criado pelo INCRA, com uma área de 109.000 hectares, 40 comunidades, 1.900 familias e 9.000 pessoas. A população vive da mandioca(farinha), extrativismo(castanha-do-pará, óleos, madeira, cipó e palha), pecuária(pequena quantidade) e pesca. A vegetação: floresta(65,5%); áreas antrópicas(23%): capoeira(9,8%), pastagem(1,9%) e agricultura(12,1%); rios e lagos(10,7%). A diversidade da vegetação: dos estudos feitos na região, de 12 amostras, em 7 localidades, somaram até 226 espécies na localidade de Mutum, em áreas de várzea e terra firme. Confirmou a existência de 3.615 indivíduos, 256 famílias, 531 gêneros e 489 espécies. Apenas 11% das espécies foram comuns entre as áreas amostrais. Espécies em extinção: castanha-do-pará, pau-cravo e pau-rosa. Vegetação de 35-40 metros de altura com 100 cm de diâmetro sobressai: canaranapanaúba, mata-matá, castanheira,

Angelim pedra, aquariquara, mandioqueira e andiroba, De 20 -25 metros de altura, com 45-70 cm de diâmetro: itauba, pau d'arco, guariuba, ucuúba, jutaí e pau-cruzeiro.

A área de lavra do minério está localizada nos platôs Capiranga, Mauari e Guaraná. As áreas de instalação das estruturas de beneficiamento e do sistema de transporte do minério, são: igarapé Juruti Grande e tributários, a partir de seu trecho represado(a montante da comunidade Ordem) até sua foz no rio amazonas; margem direita do rio amazonas, no trecho compreendido entre a serra de Parintins na porção contínua no estado do Pará(a montante) e a sede urbana do município de Juruti, inclusive(a jusante); e a sede urbana do município de juruti e entorno, incluindo o lago Juruá.

A Área de Influência Indireta compreende a bacia hidrográfica do igarapé juruti grande; bacia hidrográfica do rio Aruã até a cabeceira do Aruã; bacia hidrográfica do rio Branco, estendendo-se, na sua região de cabeceiras, até o lago do Jará, a leste da sede urbana de Juruti; e margem direita do rio Amazonas, no trecho compreendido entre a serra de Parintins, na porção contida no Estado do Pará(a montante), e na sede urbana do municipio de Juruti; inclusive(a jusante).

Fatores geradores de impacto ambiental

Fluxo migratório e inchaço da cidade formando um grande aglomerado de pessoas sem empregos, que chegam por conta da espectativa gerada de empregabilidade e da possibilidade de ganhar dinheiro com atividades informais, desde a venda de espetinho a instalação de cabaré, lugares preferidos pela grande maioria dos trabalhadores das empresas.

Desmatamento, destruição de sítios arqueológicos e redução do habitat de animais silvestres, deslocamento e sobrepopulação. Serão desmatados 5.371 hectares de floresta densa, durante 15 anos, nos

primeiros 5 anos serão desmatados 262 ha/ano, no platô Capiranga, no período de 6 a 10 anos serão 328 ha/ano, no platô Guaraná, e de 11 a 15 anos serão desmatados 421 ha/ano, no platô Mauari. Há estimativa de retirada de madeira do Projeto de assentamento, pela empresa, de 138.058,70 metros cúbicos de toras e 336.940,33 metros cúbicos de lenha, com o desmatamento a ser feito até o 5º ano. O valor estimado da madeira retirada de 1.548,64 hA, por Autorização para supressão de vegetação – OMNIA/CNEC, chegará em torno de R$ 5.054.104,95 (cinco milhões cinquenta e quatro mil cento e quatro reais e noventa e cinco centavos). Principais recursos não madeireiros a serem suprimidos até o 5º ano: 3.391 Castanheiras, 619 Preciosas, 91.818 Tucumãs, 3.685 Inajás, 619 Amapás, 727 Araçás, 727 Seringueiras, 3.871 Sucuubas, 3.391 Jatobás, 20.813 breus, 2.415 Uchizeiros, 1.935 Bacabeiras e 464 Piquiazeiros.

Alteração na qualidade do ar provocada pela elevação da quantidade de material particulado em suspensão decorrente do manuseio do solo, estéril, minério, concentrado e tráfego de veículos na mina.

Perturbação do conforto acústico por atividade e circulação de veículos, máquinas e equipamentos na área de lavra, planta de beneficiamento, ferrovia e porto.

Desestabilização de taludes de corte, e aterro ao longo da ferrovia/estrada de ligação mina-juruti, em áreas de diques e bota-foras e de encostas/escarpes, especialmente na zona de transição dos platôs para o relevo intermediário.

Aumento no carreamento de solos e sedimentos arenosos por ação da chuva e conseqüente assoreamento de canais pluviais e fluviais.

Alteração na qualidade da água das drenagens por carreamento de solos/sedimentos/estéril, contaminação por óleos, graxas e efluentes provindos do canteiro de obras/mina/zona urbana, oficinas e atividades relacionadas.

Assoreamento dos cursos d'água decorrente da movimentação dos solos na área da mina, o que inclui a remoção da cobertura vegetal, a retirada do capeamento do solo superficial, seu estoque, a retirada de minério, e principalmente a recomposição da cavas.

Contaminação dos recursos hídricos decorrentes dos efluentes gerados na pilha de rejeitos e vazamentos dos aterros destinados ao seu confinamento final, dispersão dos particulados, ricos em metal pesado, irão se depositar nos terrenos marginais se transportando em cargas difusas aos recursos hídricos. Contaminação por óleos e graxas gerados nas oficinas e atividades afins, as instalações do acampamento, banheiros, sanitários e refeitórios.

Informações sobre atitudes da Alcoa

Como maior produtora de alumínio do mundo a Alcoa é um exemplo clássico de indústria altamente de uso de recursos-intensivos, que se beneficiou de subsídios fiscais causando destruição ambiental ao redor do mundo. O banco mundial tem sido um parceiro essencial para a expansão mundial da Alcoa. De Nova York ao Suriname, ao Brasil, à Austrália, povos indígenas e tribais tem se lamentado por pagar o preço alto pelo sucesso da Alcoa.

A Alcoa fez parte de um conjunto de três empresas que envenenaram o rio São Lourenço, usando-o como um esgoto aberto, o contaminaram com coquitel de tóxicos químicos, prejudicando os Mohawks de Akwesasne, na fronteira entre o atual Estado de Nova York e Canadá. Uma população que vivia da criação, coleta e pesca, como base de sua economia tradicional.

Mais de 47 fábricas suas foram citadas por órgãos estaduais e federais anti-popluição desde 1987. Ela já teve que aceitar uma multa de 8,8 milhões de dólares do EPA, depois de ter sido autuada por descarga ilegal de água servida tratada inadequadamente no rio

Ohio. Uma subsidiária dela em Port Allen, Louisiana, declarou-se culpada por violações similares, e concordou em pagar mais de 1 milhão de dólares em multas.

Um ativista do Texas, Travis Brown, afirma: "No portal nacional dela(Alcoa) eles alegam que procederão de um modo ambientalmente equilibrado, mas quando se põem os pés no chão, as coisas são bem diferentes".

Em 1988, Wilma Prika, liderança local de Adjoemakondre, escreveu ao presidente Jules Wijdenbosch, do Suriname, pedindo que o governo sustasse as operações de mineração de bauxita da Suralco(subsidiária da Alcoa) e que lhes desse compensação pelos danos. Nossas roças e casas foram destruídas, sem qualquer compensação, declarou Prika: "Nosso rio foi tão poluído que nós não podemos mais usá-lo. Rejeitos da mineração descem da encosta até o rio, colorindo-o de laranja-marrom. Problemas de saúde surgiram nos moradores pelo uso da água do rio. O uso de dinamite pela companhia causa poluição sonora, e provoca a perda da caça que usamos como alimento".

Para ampliar a sua área para instalação de mais usinas de produção de alumínio, em são Luis do Maranhão, expulsou em torno de 20.000 pessoas, na maioria camponeses, que nunca receberam suas magras compensações. Por conta desta atitude e outras indesejáveis, foi denunciada, na assembléia legislativa do Estado do Maranhão, por deputados estaduais, por danos ambientais irreparáveis.

Em 2005, o Ministério Público Federal, no Pará, ajuizou uma ação civil pública solicitando a paralisação dos trabalhos da Alcoa em juruti, diante do impacto ambiental não contemplado no EIA/RIMA. Para revisão do EIA e cancelamento das licenças devido vários vícios encontrados no processo, por omissão e falsear informações." Em 2007, os ministérios públicos, estadual e federal, emitiram uma recomendação à SEMA-Secretaria Estadual de Meio Ambiente para

cancelar a licença da Alcoa. O procurador da república Daniel César Azeredo Avelino, investiga prática de improbidade administrativa tanto por parte do ex-secretário Gabriel Guerreiro, que concedeu a licença, quanto do atual, Valmir Ortega, que se recusou a cancelar. Além dos impactos diretamente sofridos pela população do entorno do projeto, o MPF levanta dados sobre problemas inerentes a direitos sociais básicos gerados pelo projeto nas áreas de saúde, moradia e educação." (Diário do Pará, 01.02.2009).

Durante a audiência pública de 02 a 03 de maio de 2007, em Juruti, forma feitas denuncias de que o projeto da empresa já representava uma "ilha de riquezas cercada de um oceano de miséria". Que as madeiras nobres das áreas desmatadas pela empresa estariam sendo enterradas. Há prejuízos, pelo motivo dos igarapés do Jará e Fifi serem contaminados, por servirem de local de destino final dos dejetos dos alojamentos dos funcionários da Alcoa. A atuação dos fiscais da SECTAM levanta suspeitas, haja vista que a dita fiscalização é feita com uso das embarcações da empresa.

Em 2008, pelo descumprimento de legislações e danos causados às populações onde a empresa participa de consórcios para construção de barragens, o Movimento de Atingidos por Barragens – MAB, denunciou as violações às diretrizes da Organização Ponto de Contato Nacional para Cooperação e Desenvolvimento Econômico(OCDE) e ás normas de Direitos Humanos das Nações Unidas, cometidas pela Alcoa.

Considerações

O Projeto da Alcoa faz parte da estratégia norte-americana, de retirar todas nossas riquezas minerais, transformar nossa região em enormes crateras, montanhas de rejeitos tóxicos, bacias hídricas poluídas, lagos de lamas tóxicas(a exemplo do Batata, em Oriximiná),

população pobre, miserável e contaminada por produtos químicos, sem floresta, desumanizada pela barbárie e sem futuro.

No Estado do Pará, de Oriximiná até Carajás, a prática é a mesma, uso intensivo de recursos naturais(floresta, minério, água e energia) e da mão-de-obra que consegue oportunidade de ser explorada, sem gerar possibilidade de desenvolvimento nas regiões onde se dão a espoliação destes recursos, que são transformados em mercadoria, em forma de comodities.

O modelo desenvolvido em Oriximiná, Barcarena e Carajás, e em outras partes do mundo, onde ocorre a extração e transformação mineral, deve servir com exemplo como atuam as corporações, gerando desgraça para as populações locais, e riquezas em seus países de origem.

Pode surgir a dúvida, de que a Vale possa estar gerando riqueza para o Brasil, não é verdade, porque embora sua origem seja brasileira, hoje quem domina as ações preferenciais, que dão direito a participação nos lucros, são grupos internacionais. Para entender a Vale é sempre preciso um capítulo a parte.

No caso de Juruti, o prejuízo econômico, social e ambiental, ainda está por ser mensurado, porque o Estudo de impacto Ambiental não foi feito, o que foi feito foi uma pequena amostra da realidade, mas dar para perceber-se que será de uma grandeza sem possibilidade de reparação.

Qual será o volume de água que será atingido e contaminado, do igarapé Juruti Grande ao rio Amazonas? Quantas nascentes foram destruídas com a construção da rodovia, ferrovia e instalações? Quantas pessoas vão passar sede vivendo à beira de um lago? Quantas vão morrer envenenadas por beber da água poluída?

Quantos metros cúbicos de madeira nobre vão ser desperdiçados? Quanto valeria para a economia do município e para a população? Quanto vai ser perdido em produção de alimentos com a destruição

das árvores frutíferas(castanheira, bacabeira, uchizeiro...) e de produção de óleo(copaíba, andiroba...)? Quanto de plantas medicinais, que não foi levado em conta nas amostras feitas pela empresa e muitas delas, quem sabe, até ainda desconhecidas?

Quantos animais já foram e vão ser mortos pelas frentes de destruição da mata e do que encontrar pela frente? Quantos animais vão ser afugentados pelo desmatamento, a sonoridade de máquinas, equipamentos, veículos e uso de explosivos? Quantos sítios arqueológicos vão ser destruídos?

Qual vai ser o grau de desnutrição e de fome que a população que vive da caça, da pesca e da coleta de produtos da floresta, para se alimentarem, vai passar?

Quantas pessoas já foram assassinadas e ainda serão, pela violência gerada na cidade, depois da chegada da Alcoa? Quantos morreram ou vão morrer por acidentes de trânsito? Quantos jovens e crianças ainda serão prostituídas e violentadas?

Quantos desempregados ficarão perambulando pela cidade quando encerra o período de implantação das infra-estruturas, e as empresas tiverem que demitir os cinco mil trabalhadores , que dizem ter nas obras?

De que viverá o comércio de Juruti quando todas as empresas saírem e ficar só a Alcoa com seu reduzido quadro de profissionais, na fase de operação do projeto? Qual será a relação dos pobres da cidade com os melhores de situação do canteiro de obra da Alcoa?

Com a retirada de milhões de toneladas de bauxita, durantes os anos que durar a extração mineral, e o repasse de uma Compensação Financeira pela Extração Mineral, calculada em 2% sobre o lucro liquido da movimentação, quem sairá perdendo, ou nada ganhando?

Como os governos, federal, estadual e municipal, explicam as suas conivências com o que determina a Alcoa? Porque só aparecem quando a empresa solicita forças policiais para reprimir a indignação

da população? Porque desconsiderar as recomendações e ações dos ministérios públicos?

Embora ninguém tenha me perguntado, mas me sinto da necessidade de me posicionar: por falta de respostas a todas estas perguntas, pela defesa da vida e da dignidade humana, considero o projeto da Alcoa, em Juruti, mas um crime contra a humanidade, portanto, sem o direito e nem possibilidade de continuar.

Marabá, 6 de fevereiro de 2009.

Fontes:

RIMA, Relatório Audiência Pública, O'Neill, Alcoa and the Environment by Terj Langeland, Projeto Juruti: determinação do tempo ótimo de implantação, estudo sobre o Projeto de Assentamento Extrativista Juruti Velho, artigo de Rogério Almeida, conversa com lideranças e freiras de Juruti Velho.

Eldorado à Dorothy: o padrão de violência contra os pobres da terra não se alterou.

O Estado do Pará tem sido marcado e conhecido, nacional e internacionalmente, pelos graves e violentos conflitos pela posse da terra, os quais nas últimas décadas vitimaram centenas de trabalhadores rurais, dirigentes sindicais, religiosos, advogados, parlamentares e diversos outros ativistas pela reforma agrária.

Os registros da CPT (Comissão Pastoral da Terra), mostram que, de 1971 a 2005, foram assassinados 788 camponeses no Pará, sendo que a maioria dessas mortes – (574) - foi registrada na região sul e sudeste do Estado. Na primeira metade do período mencionado (1971-1985) foram registrados 340 assassinatos em conflitos fundiários. Na segunda metade do período (1986-2005) foram vitimados 447 camponeses, demonstrando assim a persistência no tempo do padrão de violência existente no Pará.

Importante registrar que no decorrer dos mandatos do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso e do Governador do Estado do Pará Almir Gabriel, ao longo do período 1995-2002, segundos dados e registros coletados pela Comissão Pastoral da Terra, foram assassinados, no Brasil, 271 trabalhadores rurais, em conflitos relacionados à posse da terra.

Desse total, 113 trabalhadores rurais foram mortos no Estado do Pará, correspondendo a 41,69% dos registros nacionais. Somente no último ano do período (2002) foram assassinados, no Pará, 20 trabalhadores rurais, correspondendo a 46,51% do total nacional (43).

Nos três primeiros anos do governo LULA, esse quadro de violência não mudou, foram 64 assassinatos. A esperança alimentada em torno de uma possível aceleração da política de reforma agrária, provocou um aumento vertiginoso das famílias em acampamentos

e ocupações de latifúndios. A excessiva demora do governo em desapropriar as terras provocou uma reação violenta dos latifundiários culminando no assassinato de dezenas de trabalhadores.

A título de ilustração sobre o trágico e crescente padrão de violência no Pará, devemos mencionar que mais trabalhadores rurais foram assassinados no período 1995-2005 (185) do que nos primeiros quinze anos de ditadura militar (1964-1979) (89), precisamente os anos que são tradicionalmente considerados os de mais intensa repressão aos movimentos populares.

Os dados oficiais são ainda mais estarrecedores. No final do ano de 2002, a Secretaria Especial de Defesa Social do Estado do Pará publicou estudo intitulado "*Inventário de Registros e Denúncias de Mortes Relacionadas com a Posse e Exploração de Terra no Estado do Pará 1980-2001*". Neste levantamento oficial, os dados referentes ao período 1995-2001 indicam o número de 328 assassinatos no Pará em conflitos pela posse e exploração da terra. A fonte destes estudos são registros criminais da Delegacia Especializada em Conflitos Agrários da Polícia Civil do Estado do Pará.

Em termos absolutos e proporcionais, a violência contra trabalhadores rurais suplanta qualquer referencial nacional. No ano de 1996, ano do massacre de Eldorado do Carajás, 33 trabalhadores rurais foram assassinados no Estado do Pará. Este número representa 4,79% do número total de homicídios em todo o Estado, no mesmo ano (688). Ao mesmo tempo, no Brasil, em 1996, foram ao todo 54 assassinatos de trabalhadores rurais, correspondendo a 0,12% do total do número de homicídios (42.131). A proporção, no Pará, do número de homicídios de trabalhadores rurais sobre o total de homicídios foi 39 vezes superior à média brasileira, no ano sob comento (1996).

Todos esses crimes, praticados contra camponeses sem terra, sindicalistas e agricultores no Estado do Pará deixaram dezenas de órfãos e viúvas da terra. O mais grave de todos foi o massacre de

Eldorado do Carajás que se inscreve entre os piores crimes cometidos pelo Estado contra pessoas, homens e mulheres, que beiravam a condição de cidadãos e cidadãs.

Dezenove trabalhadores e trabalhadoras foram assassinados e pelo menos 63 ficaram mutilados, resultado da ação violenta da policia, que sob o comando do então governador do Estado, Almir Gabriel atuaram no mais grave massacre dos últimos 30 anos da história paraense.

Apesar da vergonhosa e irracional ação do Estado contra àqueles que deveria proteger, de Eldorado até Dorothy, os crimes no campo continuaram, sem que o mesmo Estado tomasse medidas rigorosas no sentido de coibir a ação dos executores dos pobres da terra e dos defensores dos direitos humanos. Depois de Eldorado mais 130 camponeses e defensores de direitos humanos tiveram suas vidas ceifadas pela ação do latifúndio, com a conivência ou sob a tolerância do Estado, porque não puniu exemplarmente os crimes e porque não se antecipou aos conflitos que levaram a morte dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

A pergunta óbvia que qualquer cidadão paraense se faz: Por que essa onda de violência se mantém a 30 anos no Estado do Pará, frente a grandeza do território e do potencial dos seus recursos naturais? Então, quais seriam as causas da permanente e inalterada situação de conflitos e violência no campo?

1. Modelo de desenvolvimento

O padrão hegemônico de desenvolvimento rural hoje vigente no país reproduz os interesses de classe das classes dominantes nacionais e estrangeiras, estas representadas pelas grandes empresas capitalistas direta e indiretamente relacionados com o agronegócio, os bancos, os latifundiários e os grileiros das terras públicas, das devolutas e

as dos camponeses. Esse padrão se apóia numa racionalidade de dominação econômica e de direção intelectual e moral que perdura no Brasil desde o período colonial e que se pode denominar amplo senso de racionalidade capitalista. Seus resultados têm sido no decorrer da história uma crescente concentração da renda e da riqueza com a conseqüente exclusão social, o empobrecimento da maioria da população rural, a apropriação privada das terras devolutas e dos recursos naturais renováveis e os não-renováveis pelos grandes capitais e a perda crescente e continuada da soberania nacional e alimentar.

O Estado e os governos afirmam e reproduzem, ainda que com contradições internas secundárias, os interesses das classes dominantes na medida direta em que formulam políticas públicas, aprovam leis e as julgam de forma a facilitar e a apoiar a acumulação capitalista, a exploração crescente dos trabalhadores e o processo socialmente discriminatório deles decorrente. No Pará o governo admite tal situação em seus programas de "desenvolvimento". Segundo dados apresentados no Programa Pará Rural do Estado, dos 6.2 milhões de habitantes, 2.7 milhões vivem em estrema pobreza. A pobreza rural é mais profunda que nas áreas urbanas. A pobreza urbana ocupa 38% e as áreas rurais 58%. As disparidades urbana-rural na educação e emprego possuem diferenças acerbadas.

Ao longo dos últimos dez anos as políticas governamentais no Estado do Pará ainda estão profundamente ligadas a obras de infra-estrutura e de exploração dos recursos naturais. A construção de estradas, hidrovias e hidrelétricas e a instalação de mineradoras e minerodutos constituem o motor e a razão do povoamento e da ocupação territorial do Pará. O estado continua atuando através de políticas governamentais para implementar um padrão de desenvolvimento, baseado na devastação ambiental (como é o caso recente do agronegócio da soja), na busca de geração de divisas, pautado em um desenvolvimento que não tem responsabilidade sócio-ambiental.

2. Grilagem de terras

Conhecida como "grilagem", a apropriação ilegal de terras públicas é marca constante da formação da estrutura fundiária brasileira, caracterizando-se como componente importante do processo de concentração da terra. De acordo com levantamento realizado em 1999 pelo Governo Federal, existem aproximadamente 100 milhões de hectares de território ilegalmente apropriado por particulares no Brasil. Essa área corresponde a algo como três vezes o território da Alemanha, duas vezes o tamanho da Espanha ou dez países como Portugal. O relatório final da CPI da grilagem, apresentado em 29 de agosto de 2001, apontou a existência de mais 30 milhões de hectares grilados no Pará. No Estado do Amazonas, os números foram igualmente impactantes: 37 milhões de hectares. No Acre e em Rondônia, pelo menos 1,5 milhões de hectares foram identificados como grilados. Cerca de 15 milhões de hectares no Pará não apareciam na contabilidade do governo e surgiram depois que o INCRA passou a examinar áreas abaixo de 10 mil hectares, registradas em cartórios paraenses. Apenas os três maiores grileiros de terras no Estado do Pará, juntos, alegam possuir cerca de 20 milhões de hectares (Carlos Medeiros diz possuir 13 milhões de hectares, o grupo CR Almeida reivindica em torno de 6 milhões e a Jari Celulose cerca de 3 milhões de hectares).

3. Ausência de Gestão sobre o território

Dos 124.770.268,33 hectares do total da área do Estado, apenas 40.095.952,00, cerca de 32,1%, estão nos cadastros oficiais do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), enquanto que, 84.674.316,33 de hectares, cerca de 67,8% estão fora do cadastro

oficial. Essa situação se agrava ainda mais se considerarmos as estatísticas dos imóveis rurais. Dos 32,1% (40.095.952,00) das áreas que se encontram cadastradas, cerca de 24 milhões de hectares estão em 26 mil propriedades e 16 milhões, em 84.124 posses, totalizando 111 mil imóveis cadastrados, evidenciando um alto índice de concentração fundiária no Estado. O grande desafio nesse contexto é a pouca tradição na gestão das terras públicas. O Estado sempre apoiou a dinâmica econômica pautada no agronegócio, mas infelizmente, deixou à mercê da lógica do mercado e do capital a apropriação das terras, na perspectiva de garantir o "desenvolvimento".

4. A impunidade

É evidente que o mais grave caso de impunidade de todos os crimes ocorridos no campo paraense foi o caso do Massacre de Eldorado do Carajás, depois de 10 anos, todos os envolvidos continuam em liberdade, os mutilados não tiveram acesso digno a todos os seus direitos, evidenciando a incapacidade da justiça em punir exemplarmente os envolvidos em crimes ligados a conflitos no campo, principalmente se forem praticados por agentes do próprio Estado.

Dos 788 assassinatos, a CPT não tem conhecimento de 568 deles, representando mais de 70% dos casos. Sessenta e um dos casos que são do conhecimento da CPT possuem Inquéritos Policiais. Cento e quarenta e cinco dos casos, a CPT mapeou processos judiciais, representando cerca de 20% dos casos. Destes, a CPT acompanha 91 processos, que na sua maioria tem dez anos de tramitação na justiça paraense. De todos esses casos aconteceram somente 15 julgamentos, com 17 condenações. Dos três mandantes condenados, nenhum está preso. Um cumpre prisão domiciliar e

dois estão foragidos. Além disso, existem 30 mandantes com prisões decretadas, somente no sul e sudeste do Pará.

Belém, 17 de abril de 2006.
Comissão Pastoral da Terra – CPT Pará.
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Conflitos no Pará 1996-2005

	1996	**1997**	**1998**	**1999**	**2000**	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**Total**
Conflito de terras	63	60	37	86	53	115	110	136	104	135	899
Assassinatos	33	12	12	9	5	8	20	33	15	16	163
Ameaças de morte	24	29	11	36	17	46	78	61	103	80	485

Fonte: Cadernos de conflitos no campo – Comissão Pastoral da Terra, 2006.

A divisão do Estado do Pará: para que e para quem?

Rogério Paulo Hohn - Militante do MAB

Tratar do tema sobre a divisão do estado, nos remete a aprofundar o debate sobre o modelo de sociedade que vivemos, a sociedade capitalista. Esse modelo de sociedade tem na sua essência a lógica no funcionamento a partir da exploração da força de trabalho, da apropriação dos recursos naturais, da mercantilização de toda e qualquer forma de produto, visando basicamente o lucro para poucos, em detrimento da miséria da maioria. Qualquer alteração nesse modelo, a partir de quem comanda esse projeto, será no intuito único e exclusivo de garantir maior acumulação e controle privado dos meios de produção. Isso pode ser constatado na essência da conjuntura de todos os ciclos desse modelo, que se tornou hegemônico a nível mundial, na chamada economia globalizada.

Este modelo de desenvolvimento criou as bases para a exploração de toda e qualquer matéria-prima e a exploração da mão-de-obra. Com a implantação das culturas, a terra e o trabalho também passam a ter dono/proprietário. De um lado surgem os grandes latifúndios, a partir da entrega das sesmarias aos senhores; de outro lado, a intensificação do uso da mão-de-obra escrava, impossibilitando o acesso dos trabalhadores às terras. Portanto, o modelo agro-exportador, com uma economia voltada para atender as demandas dos países desenvolvidos, serviu de base para a conquista de novas terras, a formação do latifúndio, o trabalho escravo e a acumulação privada do capital, bem como dos recursos naturais com o uso intensivo das terras, extrativismo mineral e degradação ambiental. A economia brasileira, nos primeiros quatro séculos, esteve predominantemente voltada ao atendimento da demanda externa, sem que houvesse preocupação efetiva em orientar a produção para a satisfação das necessidades

essenciais da população do país. Em suma, uma economia primária, voltada para fora e comandada de fora, ao sabor dos interesses do latifúndio e do comércio exportador e importador, cuja aliança domina a sociedade submissa e imponente.

Com o avanço das forças produtivas e o surgimento de uma elite industrial, um novo ciclo de expansão do grande capital se fortalece a nível mundial, com os países do chamado grupo de primeiro mundo comandando esse processo, e lançando suas bases para os paises que não se encontram nesse grupo. Esse processo de industrialização da economia lança uma imensa massa de camponeses para as fábricas, coloca o campo a serviço da indústria e acima de tudo, industrializa o campo. No caso do Brasil, centros industriais são erguidos e as demais regiões são colocadas sob seu interesse, para fornecer a matéria prima para a indústria. O modelo de desenvolvimento se diferencia de região para a região, umas com a tarefa de produtoras e fornecedoras de matéria prima, outras com uma maior capacidade industrial.

Além disso, esse mesmo Estado garante a grupos industriais, bancos, ruralistas, o controle e domínio da terra, da água, minérios, dos recursos naturais, seja nesses territórios industrializados, como também nas demais regiões marginais e esse processo. No último período, nota-se uma intensa mercantilização das coisas, das pessoas e de tudo que pode gerar lucro. Não existem mais recursos naturais, a serviço das demandas do povo, mas sim, mercadorias que entram na engrenagem capitalista. A terra, água, energia, florestas, animais, a cultura, a identidade, o ar, tudo, mas tudo mesmo, é visto sob a ótica econômica, ou seja, quanto se pode ganhar com isso. Grandes grupos econômicos, de esfera nacional e internacional acumulam, lucram, dominam e garantem a hegemonia desse modelo capitalista, avançando cada vez mais sobre territórios com riquezas ainda a serem exploradas. Para isso, não respeitam nada e ninguém, utilizam esse Estado Burguês para garantir a acumulação privada, e sobre tudo,

modificam de forma violenta a concepção de vida, desenvolvimento humano, ambiental, cultural. Ressignificam conceitos para legitimar esse processo de acumulação e lucro.

A Amazônia nesse contexto

Esse modelo hegemônico lança seus tentáculos para os diversos territórios existentes. A Amazônia sempre foi e continua sendo na visão do capital, uma imensa região com fartos recursos naturais (água, terras, minérios, biodiversidade, madeira...) que são uma reserva de grandes investimentos. Todas as políticas pensadas para a região vem de fora, mas comandadas/gerenciadas por elites agrárias, bancos, indústrias, que estão enraizados aqui ou não. Outra vez, o Estado garante todo esse processo. Esses grandes grupos, ora brigam entre si, ora se aliam para garantir seus negócios. Buscam o controle do parlamento, do executivo, do judiciário, a mando de seus interesses. Ou seja, a divisão do território já foi realizado pelo capital nessa região, e escolheram uma classe governante que em sua maioria controla e garante esse modelo de desenvolvimento para a região. Quem se atravessa nesse processo é ameaçado, criminalizado e até mesmo exterminado.

Essa visão da Amazônia como uma grande fonte de recursos naturais pode ser entendida sob a visão internacional, assim como, na perspectiva da visão nacional. Ambos tem uma visão de que essa região é um grande quintal, que deve servir aos seus interesses, onde se pode saquear, destruir, matar, a mando de um desenvolvimento da região, que não existe de fato. Citam inclusive que é uma terra de ninguém, sem povo e atrasado.

Nessa atual conjuntura, 5 grandes frentes de expansão do capital se encontram enraizadas na região: o desmatamento somado a indústria do carvão, o agronegócio junto com a pecuária, a mi-

neração, a energia hídrica e os agrocombustíveis e da biopiratária. Nessas frentes se encontram desde os latifúndios mais atrasados, que só na região norte detém 16.452 grandes propriedades improdutivas, totalizando mais de 116 milhões de terras improdutivas, até setores altamente industrializados e competitivos, principalmente nas áreas de energia e mineração. Podemos também notar a incorporação de terras principalmente nas mãos de bancos, como é o caso na região do Carajás, onde o banqueiro Daniel Dantas detém milhares de hectares de terras e reservas minerais. Segundo as informações de um funcionário da Superintendência do Incra de Marabá, a região onde se projeta a futura capital do estado do Carajás, localizada entre os municípios de Eldorado dos Carajás, Xinguara, Sapucaia e Rio Maria, as terras estão nas mãos do grupo Santa Bárbara, de Daniel Dantas. Com informações privilegiadas garantiu a posse dessas terras. A especulação que vai se dar em torno dessas e a valorização das mesmas se concretizar esse processo, vai garantir milhares e milhares de reais a mais nos bolsos desse grupo. São essas frentes que ditam, controlam e comandam a lógica de funcionamento dessa região. Atuam para dentro dos governos, comandam a grande mídia, e assumem historicamente o papel de propulsores dessa economia, sob a lógica anteriormente tratada.

E como não falar das mudanças atuais propostas no código florestal brasileiro, pressionando para intensificar a legalidade do corte de madeira inclusive na Amazônia. Novos projetos de lei que garantem a concessão expressa das licenças ambientais de grandes projetos em todas as áreas, a exploração de minérios em terras indígenas, a alteração do regime da administração das áreas de preservação e a construção de hidrelétricas associadas a construção de grandes eclusas para a efetivação das hidrovias. São mais de 212 bilhões de reais a serem investidos nas áreas de energia, minérios e transportes até 2020 na região Amazônica. Todos esses projetos de alterações

das leis estão previstas para essa lógica de desenvolvimento a partir da visão de fora, na perspectiva do grande capital. E o Estado mais uma vez, planeja, financia, normatiza e em alguns casos constrói esses projetos. Os governos tem servido como uma correia de transmissão a serviço dessa lógica desenvolvimentista.

E o povo nesse contexto, o que tem feito? A primeira impressão que dá é que nada foi feito para impedir essa lógica de usurpação desse território. Uma coisa é certa, o processo de degradação humana, empobrecimento, perca da cultura, do território, mutilou sonhos, matou pessoas, expulsou trabalhadores e trabalhadoras para a periferia de cidades que padecem de uma infra-estrutura adequada. Em poucos anos, o capital conseguiu transformar palavras como o desenvolvimento, sustentabilidade, progresso, água, terra em palavras com conteúdo unicamente voltadas para o lucro. Essa nova hegemonia de pensamento se torna unânime na sociedade. Mas outra coisa é certa, muitas lutas de enfrentamento já foram feitas e continuam na conjuntura atual. Não dá para deixar de falar do movimento da Cabanagem, que em 1835 escreveria a história dos mais pobres nessa região. As lutas indígenas, a luta contra Belo Monte, a luta de posseiros, ribeirinhos, dos sem terras e assim por diante, são sinais vivos dessa resistência.

O quem tem por detrás da divisão dos estados

Primeiro reafirmar o pressuposto de configuração desse modelo tratado anteriormente. Esse aspecto já pressupõe de imediato que esse projeto de divisão do estado do Pará, nesse momento, sendo configurado por essa mesma elite local, nacional e internacional, tende a fortalecer a ideia de que é mais um projeto que não serve para a classe trabalhadora, mas sim, para uma classe que quer se fortalecer e se consolidar na região. Mas vamos avaliando esses aspectos para conseguir fazer uma análise mais profunda.

1) Para o grande capital, nos parece que não necessita dessa nova divisão. Uma pelo fato de que eles já conseguem controlar as estruturas do Estado, dos governos, setores do poder judiciário, grande parte do parlamento, meios de comunicação de massa. Já possuem uma garantia de continuar explorando a região, os recursos naturais, com verbas e incentivos públicos. Na avaliação, não vão se inserir de cara nesse processo, para não criar um mal estar com os setores que não querem a divisão, bem como, nesse último período o Estado tem bancado os grandes grupos econômicos com incentivos financeiros, para superar a crise. Tirar dinheiro do Estado nesse momento para bancar toda essa nova estrutura significa ficar com menos recursos para continuar bancando essa lógica.

2) Quem está a frente dessa campanha, são setores de partidos políticos, madeireiros, grandes comerciantes, grileiros, latifundiários, uma burguesia regional parasitária. Usam de discursos inflamados de abandono das regiões, pouca presença do Estado, pretensas diferenciações culturais, de desenvolver e resolver os problemas da região. Na região do Tapajós podemos verificar políticos como Lira Maia, do DEM, como futuro candidato a governador, Maria do Carmo, atual prefeita de Santarém para senadora. Em outros tempos, adversários políticos, hoje, juntos nessa bandeira da divisão do estado. Não é tamanho do estado que define seu grau de desenvolvimento econômico e social, mas sim, o modelo econômico social de desenvolvimento. A bandeira do sim para esse grupo de políticos é importante também para as próximas campanhas, já no ano que vem para prefeito. Nesses novos estados, adotar a linha contrária significa perder votos. Na região metropolitana de Belém, a bandeira do não também garante a governabilidade desses mesmos políticos.

3) Vejamos a tabela abaixo como ficaria a conformação dos novos estados

Estado	Área (km²)	Habitantes	PIB (milhões)	PIB per capita	Sena-dores	Deputados federais	Deputados estaduais
Pará	224.631	4.555.000	31,5	7.135,00	3	12 a 14 (hoje 17)	39 (hoje 41)
Tapajós	736.732	1.300.000	6,4	5.481,00	3	8	24
Carajás	296.620	1.655.000	19,6	12.508,62	3	8	24

A partir dessa tabela com esses números, algumas análises:

• Aumentam o número de senadores e deputados federais para essa nova região, e que vão competir em número com outras regiões do país que tem mais poder de mando do que essa região. Não é portanto uma briga somente a nível de estado. Sem contar que o estado do Pará vai perder vagas;

• Carajás apresenta o maior PIB per capita, mas isso não significa melhores condições de vida. Ela está entre as cidades mais violentas do país. São mais de 600 assassinatos de trabalhadores nos últimos 30 anos. Somente em 2010, foram 18 trabalhadores assassinados no campo. Isso sem contar a violência urbana.

• Tapajós ficaria com a maior parte de seu território entre áreas de preservação e áreas indígenas. Alguns políticos afirmam que viabilizariam o Estado com o turismo. Mas se a tendência apresentada anteriormente, onde o capital se movimenta para as mudanças no código florestal brasileiro, a liberação expressa das licenças ambientais, alteração do regime de administração das áreas de preservação, exploração de minérios em áreas indígenas, construção de barragens e eclusas para as hidrovias, prova que não vai ser o turismo que vai alavancar a economia do estado de Tapajós, mas sim a frente de expansão da madeira e o agronegócio. Ou melhor, esse projeto já vem sendo implementado. Nesse cenário, ganham força a construção do complexo de barragens no rio Xingú, e o complexo de hidrelétricas no

rio Tapajós. Já existem estudos que mostram a logística de escoamento da produção de soja e outros produtos desde o Mato Grosso, via bacia do Rio Tapajós, com menores custos e maior competitividade. Segundo a ANEC (Associação nacional dos exportadores de cereais), tem-se um custo de transporte no Brasil de U$$ 85,00 e EUA e Argentina possuem um custo de transporte de U$$ 20,00 e U$$ 23,00 respectivamente. Com essa nova logística sendo pensada com as hidrovias, esse custo de transporte na região vai se igualar ao dos EUA e Argentina.

• Segundo estudos do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o estado do Tapajós gastaria por ano, 2,2 bilhões de reais em custos de manutenção dessa estrutura, 51% do PIB. O estado do Carajás teria um custo anual de 2,9 bilhões de reais, 23% do seu PIB. Levando em consideração a média nacional que é de 12,72%, esses estados dependeriam de recursos federais para poder sobreviver. Esses dois estados teriam um déficit anual de 2,16 bilhões de reais.

• Do ponto de vista de número de eleitores, a região metropolitana tem a maioria. Até que ponto esse dado pode influenciar na decisão, quando há um debate rebaixado na sociedade, tanto em favor do sim, como também do não.

4) Mas há diferenças históricas entre os dois projetos de Carajás e Tapajós. O primeiro é capitaneado por uma elite econômica nova e poderosa, que quer gerir os recursos minerais e a forte agropecuária da região. A segunda tem maior legitimidade, pois nasceu há 150 anos, mas carece de maior poderio econômico. Contra ambos estão empresários e políticos da região metropolitana de Belém, que não aceitam perder 86% da área e 44% do PIB.

5) Há um rebaixamento do debate na sociedade. De um lado há números sendo apresentados de que se tem mais de 20 milhões para gastar em favor do sim somente na região do Carajás. Somente um empresário do ramo de lojas, teria doado mais de 5 milhões para a campanha do sim. Do outro lado, na campanha do não, estudantes,

movimentos sociais e algumas entidades de classe, vivem com poucos recursos e com trabalho voluntário. Os argumentos levantados pelos oportunistas de plantão, de que o problema é que tudo vai para Belém (dá a impressão que o povo da região metropolitana vive bem), que o centro do governo está distante, região abandonada, que a riqueza gerada nas regiões pode mudar a vida do povo não se sustenta. Mas o senso comum na sociedade construída por essa burguesia regional parasitária, é para a divisão do estado. Porém, muitos trabalhadores, calejados de tanta mentira e nada de mudanças, já sabem que é mais uma forma de manter os mesmos ganhando dinheiro às custas do povo.

6) a verdade é que muito pouco ou quase nada vai mudar para a melhoria de vida do povo, por que vivemos num país federalizado onde as políticas são definidas no planalto central, pelos blocos econômicos. Qual vai ser o poder de decisões desses novos estados?

7) e por fim, teriam os novos estados coragem para atacar de fato a raiz do problema, ou a simples cobrança devida de impostos pelo que é saqueado desses territórios pelas grandes empresas, e investirem em políticas públicas para a população? Só a Vale remete mais de 70% de seus lucros para fora do país. Teriam coragem de questionar a Vale? O problema não é ter estados menores, se fosse essa a saída, estados como o Acre, Santa Catarina, a maioria dos estados do nordeste brasileiro, estariam se deliciando da boa condição de vida. Mas não é essa a realidade, vivem em situações semelhantes as que vivemos.

Por isso entendemos que a divisão do Estado não vai garantir as melhorias esperadas. O que nos interessa é a luta por uma nova ordem social.

"A história da humanidade é a história de luta de classes".

Amazônia, novembro de 2011.

CARTAS ABERTAS: MANIFESTOS DOS MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA VIA CAMPESINA AMAZÔNICA

Carta da Via Campesina ao governo do estado do Pará

I. Identidade da Via Campesina.

A Via Campesina é um espaço de articulação e mobilização de movimentos sociais camponeses e entidades de apoio a luta dos trabalhadores e trabalhadoras que vivem no campo. É um espaço de articulação internacional, latino-americano, nacional e regional. Assume perfis diferenciados, conforme o espaço de atuação e a diversidade das realidades locais dos movimentos que a compõem. No Pará e na Amazônia a Via congrega os seguintes movimentos: MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), MMC (Movimento de Mulheres Camponeses), PJR (Pastoral da Juventude Rural), Associações e comunidades indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhas; CPT (Comissão Pastoral da Terra), Cáritas, CRB (Conferência dos Religiosos do Brasil), CPP (Conselho Pastoral dos Pescadores) e CIMI (Conselho Indigenista Missionário).

No contexto de construção da Via Campesina foram assumidas algumas diretrizes orientadoras para a atuação nas diversas realidades

camponesas: respeito à biodiversidade do nosso planeta, que inclui os bens naturais, os ecossistemas, as culturas e os conhecimentos tradicionais dos seus povos; a democratização do acesso e uso da terra, na construção de uma genuína reforma agrária; a soberania alimentar como direito dos povos e países a definirem a sua própria política agrícola; o direito dos camponeses produzirem as suas próprias sementes com a melhor forma de preservar a biodiversidade; promoção efetiva de igualdade de gênero, combatendo os preconceitos cultural e sexual; e a promoção da justiça e dos direitos humanos, em todos os contextos.

No campo político partidário a Via Campesina atua mantendo sua independência, não participando de blocos de alianças para a condução política do Estado. Mantém-se fiel ao papel histórico do movimento social camponês de ser um instrumento de proposição de demandas imprescindíveis para o combate à pobreza e à miséria que assolam o campo, bem como de denúncias de todas as formas de injustiças e de negação de direitos sociais, econômicos, ambientais e culturais aos povos tradicionais. É importante destacar que a Via Campesina como instrumento de articulação protagoniza espaços de diálogo na esfera pública, não se comprometendo efetivamente com programas de governo, mas apresentando demandas e pressionando práticas que promovam a construção de políticas públicas que possibilitem a inclusão social, o fim da violência, a partilha de riquezas e a preservação do espaço natural de reprodução das comunidades tradicionais.

II. A Amazônia

Cada vez mais fica evidente que a estratégia de ocupação da Amazônia se pauta sob a lógica do capital, fortalecido pelas políticas de incentivos fiscais e de subsídios públicos oferecidos pelo governo

federal e pelos governos estaduais. Estamos presenciando na Amazônia um processo de consolidação de infra-estrutura portuária, rodoviária e de produção de energia que têm a função de criar e consolidar essa "nova" fase de ocupação do capital. Esse processo é acompanhado pela tática governamental, principalmente no Pará, de zoneamento e ordenamento fundiários com a capacidade de mapear as áreas de expansão capitalista, centrada nos produtos comodites.

A partir da década de 90 do século XX, com a hegemonia dos governos neoliberais no Brasil e na Amazônia e com o amplo processo de globalização, a região ganha mais destaque, no patamar internacional, pelo seu potencial agro-exportador de produtos primários para as grandes economias capitalistas. Para consolidar esse processo o governo brasileiro privatizou as empresas públicas que atuavam na exploração dos recursos naturais, entregando ao capital, a responsabilidade do desenvolvimento. Tal paradigma gerou exclusão, pobreza, miséria, expropriação e degradação do meio ambiente. O re-aquecimento do mercado de terras na região, impulsionado pelo modelo de desenvolvimento nacional, centrado no ideário do agronegócio, permitiu que territórios pertencentes ainda a comunidades tradicionais, a saber povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, extrativistas se tornassem alvos da cobiça e da rapina dos grupos organizados que se apropriam ilegalmente de terra na Amazônia, tendo como modelo de invasão a grilagem. Similar ao que ocorrera a partir dos anos 70 do século XX, onde grandes extensões de terras foram ocupadas sob a conivência do estado, para apropriação indébita de recursos públicos via SUDAM, hoje órgãos de terra na Amazônia, como INCRA e ITERPA continuam regularizando ilegalmente terras e águas de comunidades tradicionais em nome do tal desenvolvimento que até então mais dilacerou do que manteve o ambiente e as sociabilidades das comunidades tradicionais.

III. O Pará

Doze anos de governo, sob a liderança do PSDB no Pará, deixaram graves problemas para a sociedade paraense. Dados do próprio governo dão conta que a pobreza e a miséria é mais intensa no campo. “O Estado tem uma população de 6.2 milhões e desses 2.7 milhões vivem em estrema pobreza. A pobreza rural é mais profunda que nas áreas urbanas. A pobreza urbana ocupa 38% e as áreas rurais 58%. As disparidades urbana-rural na educação e emprego possuem diferenças acerbadas”[29]. A marca do governo do PSDB foi ignorância completa à economia e ao modo de vida das comunidades tradicionais e dos agricultores familiares. Tivemos doze anos de um governo que não dialogava com o movimento social camponês, centralizador (capital) e autoritário. As questões que envolveram a luta e a organização camponesa foram sempre tratadas como caso de polícia. Todo sistema de segurança pública foi capacitado e idealizado para reprimir com violência toda e qualquer manifestação social e legitima do campesinato paraense.

O PSDB trabalhou efetivamente para consolidar a cadeia produtiva do gado colocando o Pará como o segundo estado brasileiro em rebanho bovino; articulou e implantou o agronegócio de grãos em três micro-regiões do estado (sul, nordeste e oeste); regularizou milhares de hectares de áreas griladas beneficiando o latifúndio conservador e violento do estado; projetou o Pará rural como forma de regular e mapear as áreas para expansão produtiva do agronegócio e da cadeia mineral; beneficiou as empresas madeireiras e criou possibilidades de regulação da exploração madeireira em reservas e áreas preservadas por comunidades tradicionais. Em síntese o modelo de desenvolvimento imprimido pelo PSDB centrado no agronegócio, na expansão da pecuária, na exploração madeireira e na consolidação

[29] Projeto de Desenvolvimento do Pará Rural, 01/06/2006

de infra-estrutura rodoviária, portuária e energética para permitir a produção e a exportação de produtos comodites agravou ainda mais a pobreza, a exclusão e a violência no campo.

Considerando a situação exposta, a Via Campesina no Pará requer um posicionamento do Governo do Estado, sobre as seguintes questões, que afetam diretamente o campesinato paraense:

1. Modelo de desenvolvimento

Como já destacamos, durante os 12 anos de governo tucano, aprofundou-se no Pará a implementação de um modelo de desenvolvimento predatório, provocando a destruição do meio ambiente, a exclusão do campesinato e, por outro lado, a garantia do lucro, a qualquer custo, para madeireiros, latifundiários, mineradores, sojeiros, etc.

Os movimentos sociais da Via Campesina defendem: o rompimento definitivo com esse modelo de submissão ao capital, potencializando investimentos na agricultura de base ecológica, na economia agro-extrativista que valoriza os recursos da floresta e diversas outras atividades produtivas, desenvolvidas pela base familiar.

2. Democratização do estado.

O Estado tem servido apenas para viabilizar os interesses dos setores ligados ao agronegócio e ao grande capital. Os investimentos públicos tem sido direcionados a esses setores, marginalizando os segmentos sociais, principalmente, as forças ligadas ao campesinato. A administração do Estado também tem sido centralizada na capital, desconsiderando a dimensão geográfica e as diferentes realidades de nossas microrregiões.

Os movimentos sociais da Via Campesina defendem: a democratização e descentralização da administração do Estado, com a participação dos movimentos sociais na definição das políticas públicas e re-ordenamento do Estado.

3. Direitos humanos e segurança pública

Os sucessivos governos do Estado sempre trataram a questão da reforma agrária como caso de policia. Apenas em 2006 mais de 4 mil famílias foram despejada pela Polícia Militar e mais de 50 camponeses presos, num processo de criminalização comandado pelas Delegacias de Conflitos Agrários – DECA.

Os movimentos sociais da Via Campesina defendem: a suspensão imediata das operações de despejo comandadas pela polícia militar. A redefinição do papel das DECAs, dando-lhes a atribuições de investigar as ameaças contra defensores de direitos humanos, prender pistoleiros e mandantes com prisões decretadas pela justiça por assassinato de trabalhadores e garantir a proteção aos ameaçados de morte.

4. Reforma Agrária e papel do Iterpa

O Estado nunca apoiou e nunca teve uma política de reforma agrária. Sempre se negou a investir nos assentamentos em parceria com o governo federal. O ITERPA foi sucateado e nunca teve uma política efetiva de combate à grilagem e de arrecadação das terras de patrimônio do Estado em poder dos grileiros.

Os movimentos sociais da Via Campesina defendem: a implementação de uma política estadual de reforma agrária, que priorize o combate efetivo da grilagem; a titulação de terras do Estado até o limite de 500ha, de acordo com a lei federal; a regularização das terras das comunidades quilombolas e ribeirinhas, o combate à invasão das terras indígenas, a reestruturação e descentralização do ITERPA.

5. Grandes projetos e a agressão ao meio ambiente

As grandes obras projetadas para o Estado do Pará, obedecem a interesses do Agronegócio do grande capital, sua implementação tem provocado impactos ambientais e prejuízos incalculáveis para as populações ribeirinhas, povos indígenas e comunidades quilombolas.

Os Movimentos Sociais da Via Campesina são contra: a construção da hidrelétrica de Belo Monte e demais hidrelétricas projetadas para o Estado do Pará e a continuidade das obras da hidrovia Araguaia-Tocantins, bem como, a pesca predatória e a exploração dos recursos pesqueiros, principalmente em áreas de reprodução.

6. Mineração e a produção de carvão

A atuação da Companhia Vale do Rio Doce e ALCOA no Estado do Pará, tem sido marcada por uma violenta exploração de nossas riquezas minerais visando apenas o lucro, causando sérios problemas para as populações tradicionais e contribuindo para o aumento da pobreza em nosso Estado. Em seu projeto expansionista, a CVRD tem financiado o pólo siderúrgico de Marabá e Barcarena, o mineroduto de Paragominas a Barcarena, provocando a devastação da floresta para produção de carvão e agravando ainda mais o trabalho escravo nas carvoarias.

Os movimentos sociais da Via Campesina defendem: o fim do financiamento público para plantação de eucalipto na região, a suspensão da licença ambiental para as siderúrgicas envolvidas no trabalho escravo, o combate à produção ilegal de carvão de floresta primária e a re-estatização da CVRD.

7. Programas: Pará Rural e Macro-zoneamento

Esses programas foram elaborados sem a devida participação dos movimentos sociais. O Pará Rural, dentre outras questões, reproduz o modelo do Banco da Terra que inviabiliza a reforma agrária.

Os movimentos sociais da Via Campesina defendem: a rediscussão, com a participação dos movimentos sociais, desses programas e a adequação destes à realidade do campesinato.

8. Educação

Percebemos uma ausência de políticas públicas voltadas para a educação dos trabalhadores/as do campo. Existe um alto índice de analfabetismo e ou baixa escolaridade em função dentre outras coisas, da precariedade do ensino maior (5º a 8º séries e nível médio), inexistência de infra-estruturas e materiais didáticos adequados para o ensino e a realidade do campo, assim como educadores/as efetivamente preparados para trabalhar numa realidade tão complexa que é o campo.

Essas e outras questões, são fatores que influenciam na desagregação familiar, uma vez que, a juventude é obrigada se deslocar para a cidade para a continuar os estudos.

Ressaltamos que existem inúmeras iniciativas educacionais desenvolvidas pelas comunidades e Organizações sociais do campo com vistas a consolidar uma educação voltada para os sujeitos do campo. Ações estas que nunca tiveram efetivo apoio do Estado paraense.

Neste sentido, a Via Campesina PA, defendem: maior participação do Estado no combate ao analfabetismo no campo, assim como potencializar as iniciativas de escolarização e incentivos a permanência na escola. Ampliar e instrumentalizar a Universidade Estadual do Pará para estabelecer parcerias com as organizações dos camponeses para escolarização nos diferentes níveis.

9. Partilha dos recursos: energia

As decisões da Eletronorte são centralizadas em Brasília-DF dificultando a participação direta dos movimentos sociais atingidos.

A Via Campesina propõe que o Estado pressione as instâncias federais pela descentralização das decisões da Eletronorte, rediscussão da aplicação dos Roialtes e discussão da taxa de energia diferenciada para a área rural.

10. Questões emergenciais do baixo Amazonas

A região sofre uma pressão violenta de grileiros, sojeiros e madeireiros, causando sérios problemas para as populações tradicionais que, há séculos habitam àquelas terras.

Defendemos a criação imediata da RESEX da RENASCER no município de Prainha para neutralizar a ação desses grupos, bem como, a regularização fundiária das áreas contínuas à reserva, ocupadas por posseiros.

Defendemos também que o Estado intervenha junto ao governo federal para demarcação imediata da terra indígena 'TERRA MARÓ", localizada na gleba Nova Olinda, no Município de Santarém. A demarcação beneficiará diretamente as comunidades indígenas: Novo Lugar, Cachoeira do Maró e São José 3. Necessário também criar o projeto de assentamento Agro-extrativista na área contínua à reserva, visando garantir o direitos das comunidades ali existentes e evitar a ações de grileiros e madeireiros.

Belém, 6 de janeiro de 2007.

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)
MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores)
MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens)
MMC (Movimento de Mulheres Camponeses)
PJR (Pastoral da Juventude Rural)
Associações e comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas
CPT (Comissão Pastoral da Terra)
Conferência dos Religiosos do Brasil – CRB
Cáritas Brasileira Norte 2
CPP (Conselho Pastoral dos Pescadores)
CIMI (Conselho Indigenista Missionário)

Companhia Vale do Rio Doce – CVRD

Queremos que seja pública e rompa com a matriz de desenvolvimento que tem agredido a natureza e empobrecido os povos da Amazônia

Os movimentos sociais de cinqüenta municípios do Estado do Pará e representantes do Maranhão - reunidos de 30 a 31 de março de 2007 em Belém-PA, refletiram sobre o processo de construção das Assembléia Populares e do plebiscito de anulação do leilão da venda da CVRD e concluíram que:

1. A questão do plebiscito de anulação da venda da CVRD envolve uma problemática que coloca em debate o presente e futuro dos povos nativos, por nascimento e por adoção, e a sustentabilidade dos recursos naturais do Brasil e da Amazônia.

2. Nossa luta, engloba três grandes objetivos: o resgate da soberania do estado brasileiro sobre os seus recursos naturais, principalmente minério e a água; a paralisação das políticas de privatizações; e o controle sobre as dividas públicas.

3. Quer criar processos de mobilização social e articulação da sociedade, protagonizando uma discussão ampla sobre o modelo de desenvolvimento brasileiro e fundamentalmente amazônico.

4. Quer reunir a diversidade dos movimentos sociais do campo e da cidade, Igrejas, sindicatos, entidades socioambientais, comunidades tradicionais, quilombolas, povos indígenas, num processo de construção de lutas comuns que valorizem o potencial de produção e de sustentabilidade da economia sócioambiental ou agroextrativista.

5. Quer disputar espaços: social, político e cultural, utilizando todas as formas de comunicação alternativa e de massa na construção de um discurso e de práticas diferentes no Brasil e na Amazônia, que privilegiem o protagonismo popular e a democracia.

6. Quer ser um processo de consolidação e fortalecimento do trabalho de base, como instrumento de mobilização da sociedade para o acúmulo de forças e o enfrentamento ao modelo predatório de desenvolvimento do capital, imposto no Brasil e na Amazônia.

7. Portanto, convocamos todas as lutadoras e lutadores do povo para, conosco, ampliar e fomentar as campanhas: plebiscito de anulação do leilão de venda da CVRD e redução das tarifas de energia elétrica, através da organização de comitês locais, realização de encontros e seminários de estudo e articulações de movimentos sociais locais, com diferentes linhas de atuação, coordenando de forma unitária os trabalhos para o desenvolvimento das Campanhas.

PELA SOBERANIA DOS POVOS E CONTROLE DOS RECURSOS NATURAIS A VALE TEM QUE SER PÚBLICA

MST, MPA, PJR, MAB, CPT, Consulta Popular, Cáritas, Fetraf, CPP, CRB, Comitê Dorothy, MMC, Fórum Carajás, UJCC, Quilombolas, Comunidades Indígenas, PJ, SDDH, Fase, FMRU, MSTU, Cimi, Sindicato dos Químicos de Barcarena, CJP, Pastorais Sociais, MNCR, Movimento dos Ribeirinhos, Hip-Hop, Faor.

Acampamento estadual da Via Campesina

"Contra o imperialismo e pela soberania popular na Amazônia"

Nós, povos tradicionais da Amazônia, Quilombolas, Indígenas (Arapium, Borari, Tupinambá, Munduruku, Tupayu, Arara Vermelho, Cara Preta, Jaraqui), Ribeirinhos, pescadores, Sem Terras, Pequenos Agricultores, Atingidos por Barragens, Povos urbanos, Camponeses e Camponesas, ligados à Via Campesina Pará, vindos de diversas regiões do Estado, estivemos reunidos entre os dias 16 a 20 de abril de 2007, em Belém, para denunciar as diversas problemáticas que são geradas em solos amazônicos, oriundas da ofensiva do grande capital: do agronegócio (da soja, eucalipto, pecuária extensiva), privatização de rios e lagos, da indústria madeireira, indústria pesqueira, grandes mineradoras e os complexos hidroelétricos, financiados por grandes bancos e empresas multinacionais, que vem afetando de forma direta a vida das florestas, da biodiversidade e dos povos tradicionais.

Denunciar também a ação dos grileiros de terras, da monopolização da terra para plantio das culturas de eucalipto e soja, que são exportados e da ação violenta dos latifundiários sobre os povos Sem Terras e pequenos agricultores, principalmente das regiões sul, sudeste e nordeste do estado. Denunciar também a derrubada de matas nativas e o plantio da monocultura de eucalipto para produzir carvão vegetal utilizado pelas grandes empresas de Ferro Fusa da região sudeste do Estado. Também denunciar a ação indiscriminada dos madeireiros e dos grandes plantadores de soja na região do Baixo Amazonas, assim como da ação da empresa Cargill que vem afetando a vida de pescadores, ribeirinhos e indígenas. Denunciar também a ofensiva do governo, que continua implementando o

modelo desenvolvimentista, baseado nos grandes projetos de infra--estruturas do PAC, e agora com a ofensiva pra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, e da atuação da Companhia Vale do Rio Doce, que foi privatizada no governo FHC e que vem agindo de forma predatória e indiscriminada na região.

Denunciar a privatização de terras e águas na ilha do Marajó, a pistolagem e a construção de cercas elétricas que privam o acesso comum do povo aos bens naturais deste território. Denunciar a realidade das famílias que vivem da pesca artesanal, e que sofrem os abusos das grandes empresas pesqueiras e da pirataria em rios e alto mar. Denunciar a falta de políticas públicas que contemplem o público do campo e também urbano. Por fim, denunciar os diversos trabalhadores e trabalhadoras ameaçados de morte em todos os locais onde os conflitos contra estes grandes projetos estão acontecendo.

Diante disso, nos reunimos para debater esses conflitos que se dão no campo, mas envolvem a sociedade e também exigir do governo ações concretas para romper com esta forma de dominação da nossa floresta e a expulsão dos povos de suas terras. Além disso, denunciar a impunidade diante do massacre do Eldorado de Carajás, dos mais de 500anos de extermínio do povo indígena, assim como do massacre e violência contra os negros. Neste sentido, queremos debater e continuar construindo um novo projeto de sociedade, baseado nos princípios que orientam o poder popular: na democracia participativa, no respeito ás culturas dos povos, na sustentabilidade social, ambiental, econômica, política e cultural, na soberania e na autonomia dos povos.

Para tanto, estamos num processo de construção da unidade em torno da Via Campesina, no sentido de criar um processo de resistência sobre as nossas terras, águas e florestas, envolvendo as diversas organizações que comungam desta mesma idéia e princípios,

assim como, lutar para tomar de volta o que o grande capital nos tem tomado durante estes muitos anos.

Estamos fortalecendo a nossa proposta de desenvolvimento com o princípio do respeito à vida, dos bens essenciais para a vida, e para construção da soberania popular, contra o imperialismo.

Acreditamos que somente conseguiremos vencer esta nossa luta contra este grande capital, se tivermos um povo organizado e fazendo lutas. Para isso, precisamos formar pessoas que de fato tenham compromisso com a causa socialista, de pessoas que tenham sensibilidade e da indignação diante das injustiças cometidas,]assim como, pessoas que cultivam a prática e valores militantes.

"Nossas terras, nossos rios não se vendem: nossas terras, nossos rios se defendem."

Belém, 16 a 20 de abril de 2007

Estiveram presentes mais de 1000 camponeses e camponeses das seguintes organizações: (MAB, MST, CPT, CPP, PJR,CIMI,MSTU,GCI,FDA,STR de Prainha, Colônia Z20 e Z31, Associação de pescadores de Salva Terra, CITA, Conselho Popular de Prainha)

Conferencia regional de educação do campo região sul e sudeste do Pará

Manifesto por uma educação do campo

Nós, educadores(as) e educandos(as) do campo da região sul e sudeste do Pará e demais atores e organizações sociais, reunidos em Marabá, na III Conferência Regional de Educação do Campo, de 28 a 30 de maio de 2007, tendo como objetivo discutir e refletir sobre a temática "Currículo, Políticas Publicas e Educação do Campo", no intuito de fortalecer os espaços de encontro, socialização de experiências e construção coletiva de propostas que subsidiem e comprometam a ação do Estado na organização e efetivação de uma Política Pública de Educação do Campo, após estes dias de trabalho coletivo, reafirmamos nosso compromisso com a luta para assegurar às comunidades do campo o direito à educação escolar de qualidade, crítica e criativa, comprometida com a formação intelectual, técnica, política, cultural e humana dos indivíduos, tendo como perspectiva colaborar no empoderamento local das comunidades e contribuir para o desenvolvimento de condições que ajudem na melhoria da qualidade de vida destas comunidades.

Assim, na perspectiva da articulação da educação do campo à luta por uma sociedade justa, igualitária e ecologicamente sustentável, propomos:

1) Estimular entre os sujeitos envolvidos na educação do campo o debate sobre o projeto de desenvolvimento regional, com destaque imediato para a discussão sobre o Distrito Florestal de Carajás, na perspectiva de denunciar as contradições presentes em tais projetos;

2) Exigir que a CVDR e demais empresas situadas na região cumpram com suas responsabilidades sócio-ambientais e qe os projetos por elas desenvolvidos sejam discutidos com a comunidade no

momento de sua construção e implementação, inclusive os projetos educacionais propostos em parcerias com instituições públicas;

3) Exigir dos governos federal, estadual e municipais compromisso, transparência e responsabilidade no cumprimento das leis que assegurem por parte das empresas a efetivação de seus deveres sócio-ambientais e trabalhistas, respeitando os direitos dos trabalhadores e os interesses e demandas das comunidades, de modo a coibir severamente qualquer ação destas empresas que contrarie o previsto em lei, inclusive impedindo qualquer acesso à financiamento público por parte das mesmas;

4) Exigir dos governos federal, estadual e municipais a criação de estratégias de acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas por seus órgão e instituições conveniadas envolvidos em ações voltadas ao desenvolvimento local e preservação ambiental, de modo que suas ações estejam compatíveis com o cumprimento das legislações ambientais e comprometidas com a defesa dos interesses das comunidades locais;

5) Reivindicar condições para o fortalecimento da agricultura familiar que assegure sua integração e participação em um projeto de desenvolvimento regional democrático, socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente sustentável;

6) Fortalecer a luta em defesa e estruturação da Universidade Pública na região e a orientação de suas atividades para projetos que contribuam com a melhoria da qualidade de vida dos setores populares;

7) Debater e propor formas de aproximar e articular ações de educação do campo escolar e ações de assessoria técnica, social e ambiental [ATES], também reconhecida como atividade de educação do campo;

8) Acompanhar e participar do debate sobre o serviço de ATES e ATER Não-Estatal, no sentido de apoiar a manutenção das conquistas dos movimentos sociais do campo;

9) Articular junto às universidades e prefeituras a realização de processos de pesquisa, debate e reflexão sobre a multissérie;

10) Articular junto às universidades a organização de programas de estágio docente para estudantes de graduação e prós-graduação nas escolas do campo;

11) Sensibilizar os prefeitos e secretários municipais de educação para participarem das discussões sobre educação do campo e para o cumprimento do dever do poder público municipal com a política de educação do campo;

12) Contribuir na organização e realização de eventos de educação do campo municipais e micro-regionais;

13) Participar das plenárias organizadas pela Seduc e contribuir na construção do plano Estadual de Educação, assegurando as demandas próprias da educação do campo;

14) Participar das discussões sobre ensino fundamental, ensino médio e educação profissional nas escolas do campo;

15) Reivindicar a participação dos diversos órgãos federais (Incra, Ibama, MPF, etc) e estaduais nas discussões sobre educação do campo e desenvolvimento regional;

16) Participar dos debates e luta contra o trabalho escravo no campo.

Como fruto das discussões coletivas, levantamos como condições necessárias à implementação da política de educação do campo na região:

1) Compromisso dos gestores municipais na constituição de eventos municipais e micro-regionais sobre educação do campo para:

• Promover a articulação entre os diversos atores sociais (movimentos, organizações e instituições) em torno do debate e ações sobre a educação do campo;

• Fomentar a discussão e ajudar na materialização dos encaminhamentos da III Conferência;

• Construir articulação e dividir responsabilidades entre governos municipais, governos estadual e federal, estabelecendo parceria com as universidades, movimentos e organizações sociais do campo;

• Fomentar junto aos educadores o estudo sobre as diretrizes operacionais da educação do campo e o debate sobre a necessidade de construção de propostas curriculares especifica das escolas do campo;

• Fortalecer e incentivar o debate em torno da defesa de criação e funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação e Conselhos Escolares;

2) Compromisso e ação do governo do estado na democratização das discussões e construção do Plano Estadual de Educação; na organização de grupo de trabalho para discussão sobre educação profissional e para a reformulação do GEEM, contemplando a participação dos atores sociais envolvidos nas discussões de educação do campo; no reconhecimento oficial da pedagogia da alternância, conforme parecer do Conselho Nacional de Educação; na construção democrática e afirmação de uma política pública de educação do campo;

3) Estabelecimento de parcerias entre os governos dos municípios, estado e governo federal, que permitam viabilizar o financiamento e uma agenda de ações imediatas que:

• Assegurem universalização da educação básica e o direito à educação as populações do campo;

• Que garantam às escolas do campo a estruturação física, equipamentos e recursos humanos; a formação inicial e continuada dos profissionais da educação; o transporte escolar de qualidade para atender as especificidades da proposta educacional das escolas do campo; e a oferta de EJA, educação infantil e cursos profissionalizantes para os jovens dos assentamentos e comunidades rurais;

• A produção de material didático contextualizado a realidade da região;

• A realização de concurso público e constituição de plano de cargo e carreira para os educadores do campo;

• A manutenção dos projetos e programas através dos quais têm sido realizadas as experiências inovadoras em educação do campo;

• A construção e implementação de uma Política de Estado voltada a educação do campo considerando as reflexões e propostas acumuladas pelos fóruns e projetos organizados pela parceira entre universidades e movimentos e organizações sociais do campo;

4) compromisso da união na implementação do FUNDEB, assegurando que a base cálculo para repasse dos recursos esteja em acordo com o Art.15 das Diretrizes operacionais, garantindo o repasse diferenciado considerando a estrutura e demandas de cada município.

Por fim, nós, participantes da III Conferência, aprovamos a composição da coordenação colegiada do Fórum de Educação do Campo do Sul e Sudeste do Pará, com o compromisso de buscar a articulação junto ao Fórum Estadual e Movimentos Nacional de Educação do Campo, de organizar e participar de momentos de discussão sistemáticas a partir das pautas construídas na articulação das discussões realizadas nos eventos municipais e micro-regionais e de lutar conjuntamente pela implementação e fiscalização da política de educação do campo na região.

Assinam este documento:

Representantes do MST, FETAGRI, FETRAF e dos STRs da Região; da EFA/FATA e CFRs de Tucuruí, Sta Maria das Barreiras, Tucumã e Conceição do Araguaia; CPT; COPSERVIÇOS; ADAFAX; LASAT; 4 URE/SEDUC; EMATER; INCRA SR27; SEAGRI; SAGRI; UFPA [Colegiados de Pedagogia, Letras, Ciências Sociais e Ciências Agrárias/CSSP, NEAM e NEAF];

UEPA; e das Secretarias Municipais de Educação de Marabá, Itupiranga; Nova Ipixuna, Xinguara, Tucumã, Parauapebas, Curionópolis, São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia, São Félix do Xingu, Pau D'Arco, Novo Repartimento, Canaã dos Carajás, Rondon do Pará e Bom Jesus do Tocantins.

Carta aberta do seminário "Estado e campesinato na Amazônia: o debate sobre o distrito florestal de Carajás" à sociedade brasileira

Nós, de diversos movimentos sociais e instituições da região do Bico do Papagaio (Pará, Maranhão e Tocantins), reunidos em Marabá no Seminário "Estado e Campesinato na Amazônia: o debate sobre o Distrito Florestal de Carajás" declaramos à sociedade brasileira nosso posicionamento diante da proposta do Serviço Florestal Brasileiro, órgão do Ministério do Meio Ambiente, de implantação do chamado Distrito Florestal de Carajás.

Com a proposição desse Distrito, conformado por uma área de 200 Km de raio a partir de Marabá e de Açailândia, o Governo Federal pretendia canalizar recursos para o plantio de 1 milhão de hectares de monocultura de árvores, gerando 5 milhões de m3 de toras para a indústria madeireira e 17 milhões de m3 de toras para carvão. Negando que a decisão sobre essa proposta devesse dar-se em uma velocidade acelerada e com pouca reflexão, como desejava o Governo Federal, os movimentos sociais do Sul e Sudeste do Pará não participaram das reuniões oficiais e decidiram construir um seminário para o debate e a reflexão independente sobre o tema.

O primeiro passo dessa reflexão concretizou-se no seminário "Estado e Campesinato na Amazônia: o debate sobre o Distrito Florestal de Carajás", realizado em Marabá, nos dias 30 e 31 de agosto e 01 de setembro de 2007, com a participação de 200 pessoas de diversas entidades e movimentos sociais que atuam na região do Bico do Papagaio (Pará, Maranhão e Tocantins) e de professores e pesquisadores de universidades e instituições de pesquisa como a UFPA, UFF, FASE –AMAZÔNIA, FASE – ESPIRITO SANTO e TERRA DE DIREITOS. O seminário buscou traçar um panorama

da expansão do agronegócio e da siderurgia na Amazônia, no Brasil e na América Latina e seus impactos para o campesinato, para o desenvolvimento sustentável e para a soberania alimentar, bem como a resistência e as conquistas dos movimentos sociais na Amazônia, Brasil e América Latina contra essa situação.

A proposta do Governo Federal parte de dois pressupostos equivocados:

• Primeiro, considera equivocadamente que monoculturas de árvores são florestas. Florestas, em regiões tropicais, são caracterizadas pela biodiversidade e pela sócio-diversidade, que não existem nesses plantios homogêneos. Por isso, o plano do Governo Federal configura-se como um Distrito Pseudo-Florestal.

• Segundo, considera equivocadamente que esta é uma região degradada e que só uma agricultura em bases capitalistas seria capaz de se instalar aqui. Não se pode desconsiderar os impactos ambientais e sociais que essa região sofreu desde a década de 1970, com a expansão da atividade mineral e siderúrgica e da grande pecuária extensiva, cujos maiores exemplos são os desmatamentos, as queimadas, a miséria, a violência e o trabalho escravo. Esses impactos precisam, de fato, ser revertidos, mas o plantio de monoculturas de árvores não atende a essa necessidade.

Todo o processo de expansão capitalista nesta região gerou, simultaneamente, uma resistência camponesa que garantiu a conquista de centenas de projetos de assentamentos com milhares de famílias assentadas. É neste universo que se encontra o caminho empírico e conceitual da recuperação ambiental, com base nas inúmeras experiências camponesas sustentáveis e bem sucedidas de produção, a partir de manejos extrativistas e agroflorestais, de roças diversificadas e da criação de pequenos e médios animais. É essa produção diversificada que sempre garantiu o abastecimento do campo e sobretudo das cidades desta região.

Além desses pressupostos equivocados, a proposta do Distrito Pseudo-Florestal em si, também tem problemas graves. A questão central

é que ela se coloca como uma ação voltada para atender os interesses do setor siderúrgico e madeireiro, não apenas garantindo suprimento de matérias-primas a baixo custo, como concretizando uma transferência direta de recursos públicos para essas indústrias, através de financiamentos e incentivos. Dessa forma, reforça o mesmo projeto de desenvolvimento que predominou nos últimos 30 anos na região, prolongando a insustentabilidade social e ambiental que o caracterizou e bloqueando o desenvolvimento local, posto que as atividades mínero-siderúrgica e madeireira são atividades de exportação que pouco internalizam resultados econômicos, empregos locais e qualidade de vida.

Uma preocupação adicional à proposta do Distrito Pseudo-Florestal refere-se à insustentabilidade sócio-ambiental que representa a expansão de monoculturas de árvores. O caso do Espírito Santo, com grandes áreas transformando-se em um "deserto verde" ilustra nossa preocupação. Seja o plantio de espécies madeireiras, seja o de. qualquer outra espécie de insumo para a produção de combustíveis, tem mostrado uma nova fase de expansão do agronegócio, que gera cada vez mais danos ao ambiente, concentra terras e renda e compromete a existência de áreas para a produção alimentar. Dessa forma, o Distrito Pseudo-Florestal de Carajás insere-se numa fase de expansão da produção de combustíveis, desenvolvida para prolongar um modo de vida capitalista altamente demandante de energia, que privilegia os automóveis, negando a soberania alimentar dos povos. Portanto, essa proposta atrelaria cada vez mais essa região a um processo insustentável de expansão do agronegócio no Brasil, subordinando os camponeses diretamente à siderurgia, reproduzindo uma lógica perversa da integração dos trabalhadores às indústrias, tão conhecida em outras regiões, que compromete a soberania alimentar do campo e da cidade e a autonomia dos camponeses.

O fato do Governo Federal apresentar uma proposta como a do Distrito Pseudo-Florestal mostra que apesar de toda a luta de

resistência camponesa nessa região e da conquista de muita terra na forma de assentamentos, os movimentos sociais do campo ainda não conquistaram de fato o seu território. A construção desse território que garanta vida digna e soberana, não será dada por projetos mais uma vez construídos nos gabinetes de Brasília, tampouco nos escritórios das siderúrgicas da região. Esse território camponês só será construído de fato com o protagonismo dos sujeitos do campo e da cidade, organizados em seus movimentos e participando ativamente da formulação dos projetos aqui implementados. Qualquer projeto dessa natureza, só terá sentido se tomar como centralidade o território camponês em construção, sua produção familiar, seus modos de vida, suas identidades, suas culturas. Plantios homogêneos de monoculturas de árvores, decididamente, não fazem parte desse projeto.

Frente a essas análises a proposta do Distrito Pseudo-Florestal de Carajás apresentada pelo Governo Federal não nos interessa porque representa a expansão do agronegócio na região baseado na monocultura de árvores, que irá subordinar o campesinato, posto que é agronegócio, e violentar a verdadeira floresta e sua gente, posto que é monocultura. Por isso, reafirmamos:

1) Somos contra o latifúndio e toda e qualquer monocultura que fere o princípio da biodiversidade, como por exemplo, as plantações industriais de eucalipto ou de qualquer outra espécie;

2) Somos contra qualquer projeto público para a região elaborado sem a participação efetiva da sociedade local, sobretudo das classes populares, referenciados pelos exemplos vividos nos últimos 30 anos que só causaram erosão da biodiversidade e a tentativa de transformação dos camponeses em agregados do grande capital;

3) Somos contra o desmatamento da floresta, seja para fins da produção de carvão (componente essencial da indústria siderúrgica), seja para a agricultura capitalista de soja, da pecuária ou de combustíveis, que incida sobre o interesse dos camponeses;

4) Somos contra a instalação do Distrito Pseudo-Florestal de Carajás que representa a perda da autonomia do campesinato com impactos ambientais irrecuperáveis e miséria;

5) Somos contra o trabalho escravo e a exploração trabalhista, que a expansão do agronegócio do carvão através do Distrito Pseudo-Florestal irá incentivar.

Diante disso, propomos:

1) Avançar na manutenção e conquista de novos territórios, que garantam a soberania das diferentes vertentes do campesinato (indígenas, ribeirinhos, quilombolas, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, agricultores familiares, assentados, etc) sobre a terra, a água e a floresta;

2) Orientar a agricultura à produção de alimentos sadios, à diversificação da produção e ao respeito ao meio ambiente e ao ser humano;

3) Transformar a luta pela soberania alimentar em uma luta do conjunto da sociedade ;

4) Lutar por um novo projeto energético, baseado na soberania dos trabalhadores e das trabalhadoras e no respeito à natureza, construindo um desenvolvimento verdadeiramente sustentável;

5) Resgatar e fortalecer a identidade e a cultura do campesinato da/na Amazônia;

6) Que os governos façam maiores investimentos em educação e ciência & tecnologia nesta região voltados para a produção familiar camponesa, com coerência e compromisso com a realidade do campo;

7) Que os governos deixem de celebrar convênios, parcerias e contratos com empresas e proprietários que estejam direta ou indiretamente envolvidos com trabalho escravo e crimes ambientais.

Marabá, 01 de setembro de 2007.

MST, CPT, MAB, MPA, Via Campesina-Pará, Fetagri, EFA Marabá - Fata, STTR - Imperatriz (MA), AMIQCB, CNS, Cimi, Forum Carajás, Forum de Mulheres do Sudeste do Pará, Forum Regional de Educação do Campo do Sudeste do Pará, Faor - GT Terra, Água e Desenvolvimento Sustentável, GTA Carajás, Rama - Rede Agroecológica do Maranhão, Rede Deserto Verde, Pastorais Sociais de Marabá, Centru - MA, SDDH, Cepasp, Lasat, Fase Amazônia, Fase Espírito Santo, Coofama, Copserviços, Coopatiorô, Cac Ubuntu, Seagri - Marabá, C.A. de Ciências Sociais - UFPA/MARABÁ, Lemto - UFF, Colegiados de C. Agrárias e Pedagogia da UFPA - Marabá

Porque estamos nos mobilizando?

Reivindicações comuns da sociedade em defesa da Reforma Agrária e das riquezas naturais do povo brasileiro

Ao Governo Federal, Governo Estadual, Governo Municipal
e Companhia Vale do Rio Doce

Estamos na Amazônia brasileira, envolto a maior província mineral do planeta, seguramente área de maior concentração de capital natural (floresta, água, minério e biodiversidade) e de populações tradicionais, para o grande capital não passa de uma fronteira em expansão.

De um lado o "progresso" oficial organizado pelo Estado a partir da atuação dos seus organismos e do capital internacional aliado aos interresses dos empresários locais. Um modelo de desenvolvimento sócio-econômico baseado no latifúndio e na pecuária extensiva, no desflorestamento para produção de carvão vegetal, na monocultura do eucalipto e da soja, na mineração e siderurgia.

Do outro lado, - apesar da riqueza natural da região -, uma população pobre e miserável desprotegida das condições que proporcione uma vida digna e dos serviços públicos que deveriam ser oferecidos pelo Estado. Dados do IPEA – *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* - demonstram a insustentabilidade desse modelo, de má distribuição de riqueza e renda: 295 mil pessoas dominam 11% de toda a riqueza enquanto 11 milhões de habitantes, ou seja, metade da população da Amazônia possuem 16% da renda percapita.

Alienada da sua condição política, a sociedade paraense padece de males comuns: a falta de infra-estrutura social, moradia, saúde, segurança, emprego e reforma agrária. Estes, são demonstrativos

de como esse modelo de desenvolvimento inviabiliza a sociedade de ascensão sócio-econômica ao mesmo tempo em que nega a ela mecanismos de controle e gestão sobre suas riquezas naturais.

Diante disso, as Organizações sociais do campo e das cidades (camponeses Sem Terra, Garimpeiros, Associação de moradores, estudantes), mobilizados na Jornada de luta pela reforma agrária e em defesa dos recursos naturais do povo brasileiro apresentam aos governos Federal, Estadual e Municipal e a Companhia Vale do Rio Doce a pauta política e econômica a ser atendida de forma imediata, pois representa os interesses da sociedade que não pode e não tem mais porque esperar.

1) Reestatização da Companhia Vale do Rio Doce como forma de devolver ao Estado nacional e ao povo brasileiro uma empresa de caráter estratégico para a economia e a soberania nacional.

2) Que o governo do estado do Pará (governadora Ana Julia Carepa) assuma uma outra postura em relação a Companhia Vale do Rio Doce.

• Articule uma frente de Estados mineradores onde a CVRD atua para que seja construído um novo imposto sobre a mineração e ao mesmo tempo estabeleça uma campanha para o fim da lei Kandir que beneficia apenas as empresas exportadoras.

• Que defenda o Departamento Nacional de Política Mineral (DNPM) como orgão responsável pela liberação de concessões minerais e não seja repassada as empresas privadas esse papel.

• Que os municípios mineradores se articule na luta pelo aumento dos Royat´s, (*CFEM- Contribuição Financeira pela Exploração Mineral*) hoje entorno de 4%, muito aquém dos lucros da Companhia. Que Chegue até 10% de toda a riqueza produzida.

• Que a SECTAM (secretaria de meio ambiente do Estado do Pará) revise periodicamente os impactos ambientais nas áreas de influência do grande projeto Carajás.

3) Que Companhia Vale do Rio Doce corte o repasse de ferro as (Empresas de Ferro Gusa) instaladas no Pará e no Maranhão que não cumpram responsabilidade ambiental e social.

4) Que o governo Federal através das suas instituições, Governo do Estado, CVRD, e Governos municipais, sejam responsáveis por um programa social de caráter emergencial nas áreas:

• Construção de moradias populares.

• Construção de postos de saúde, construção do hospital regional de Parauapebas e Tucuruí, fortalecimento do hospital regional de Marabá e Redenção com profissionais capacitados para atender as necessidades da sociedade.

• Implementação de um amplo programa de educação: de erradicação do analfabetismo ao acesso a universidade pública.

• Instalação de unidades produtivas que garantam a geração de mais empregos e diversificação da economia.

• Segurança social;

5) Que o Distrito Florestal de Carajás colocado em pauta pelos governos Federal e Estadual para ser implementado nessa região (baseado no plantio de eucalipto para carvão vegetal e uso da floresta natural) seja substituído pelo Distrito Agroflorestal Sustentável (que significa reflorestar com arvores nativas da região e garantia da biodiversidade)

6) Que os governos Federal e Estadual resolvam o problema histórico dos garimpeiros de Serra Pelada:

• Aprovação no congresso nacional do estatuto do garimpeiro (a)

• Que o Estado brasileiro devolva aos garimpeiros (as) recursos depositado em forma de ouro na caixa econômica federal há mais de 20 anos.

• Que os garimpeiros tenham autonomia sobre o território de Serra Pelada, que seja cessada a ingerência da CVRD sobre a forma de cooptação e repressão das organizações dos garimpeiros.

7) Que os Governos, Federal e Estadual construam a curto prazo a Escola Agrotécnica Federal, em Marabá; e o campus Avançado da UFPA (Universidade Federal do Pará) e da UEPA (Universidade Estadual do Pará.) em Parauapebas.

8) Que os processos trabalhistas em que a Companhia Vale do Rio Doce esteja citada sejam imediatamente julgados, assim como ressarcidos os direitos trabalhistas dos trabalhadores. Como também seja revisto pela justiça do trabalho o salário praticado pela Companhia Vale do Rio Doce e as empresas terceirizadas que são hoje os salários mais defasados do país.

9) Que seja criado um Conselho Deliberativo com representantes do Estado, da CVRD e da sociedade civil para discutir e deliberar sobre os projetos de mineração e de uso de recursos ambientais da região. Que acompanhe e decida o programa de investimentos dos recursos destinados pela CVRD aos municípios, com apresentação de projetos de acordo com os interresses locais.

10) Implementação de um pólo industrial na região de Carajás para verticalização da produção (que agregue valor industrial aos recursos naturais extraídos na região) na transformação de produtos manufaturados de interesse da sociedade, com a produção de utensílios eletrodomésticos, peças industrias que atendam a demanda local.

11) Que seja realizado um amplo programa de Reforma Agrária na região, considerando o bioma regional e as características da agricultura amazônica. Que seja criado assentamentos de forma imediata em todas as fazendas ocupadas pelas famílias Sem Terra. Que o INCRA venha ter uma regularidade na liberação de recursos para ATES.

12) Que a Companhia Vale do Rio Doce repasse sistematicamente os recursos dos acordos estabelecidos entre ela e as Comunidades indígenas impactadas pelo grande projeto Carajás. Que seja demarcada de forma imediata todas as terras indígenas.

13) Que o governo Federal através da ELETRONORTE estabeleça a tarifa social de energia para a sociedade e um amplo projeto de "LUZ PARA TODOS" para os camponeses (as) da região. Aqui está estabelecida a maior hidrelétrica do Brasil (hidrelétrica de Tucuruí) e a sociedade paga a tarifa de energia mais cara do país. Que sejam suspensos os subsídios de energia para os grandes projetos em detrimento dos interesses da sociedade.

14) Que os governos Federal, do Estado do Pará e dos municípios da região, estabeleçam um conjunto de medidas visando aparelhar e resignificar a atuação da EMBRAPA e, assim direcionar a atuação da mesma no fortalecimento da produção das comunidades rurais e assentamentos de reforma agrária.

15) Que a Companhia Vale do Rio Doce estabeleça junto com os movimentos sociais uma agenda para discussão de todos os projetos minerais já implantados e a serem implantados na região.

Assentamento Palmares
Parauapebas-Pará, 15 de outubro de 2007

MST-CPT, MAB, MPA, Via Campesina: Pa - UJCC, Sindicato dos Garimpeiros de Serra Pelada, Articulação de Mulheres do Campo e da Cidade, Associações de Moradores de Parauapebas, Grupo União Palmares.

Manifesto das famílias Sem Terras Acampadas ás margens da estrada de ferro Carajás

Escrevemos a vocês do acampamento as margens da Estrada de Ferro Carajás-Ponta da Madeira, no Assentamento Palmares II no município de Parauapebas no sudeste do Pará.

Estamos em milhares, vindos de outros acampamentos, do garimpo, de lugarejos distantes, dos assentamentos, das cidades, das periferias, enfrentamos as terríveis contradições do modelo imperante da fronteira.

Não somos estrangeiros e nem famintos ainda que a miséria seja algo sempre insuportável, estigma que os dominantes utilizam sempre para nos deslegitimar, dispensamos tratamento desse nível, tacanho preconceito e vil obscurantismo cultural.

O que queremos? Numa única palavra, exercer soberania sobre nossas riquezas. Decidimos ser gente, cidadãos nessa região onde o capital quer que seja apenas sua fronteira em expansão!

Por isso, enfrentamos os impasses da terra, da floresta e das águas. As negações de direitos. Os agiotas. O Estado. Os governos. Os Tecnocratas, que seqüestram pela força e violência a nossa soberania e vendem para o capital internacional nossa região.

Vivemos a mercê das circunstancias no segundo maior Estado da federação, região norte do país. Para o mundo, a Amazônia maior área de floresta nativa do planeta hoje impactada por projetos econômicos altamente erosivos à sua biodiversidade. Aqui estamos mobilizados a mais de 20 dias na *–Jornada de luta pela Reforma Agrária e em Defesa dos Recursos Naturais do Povo Brasileiro.*

Escrevemos para que nos ouçam e recoloquem a verdade onde ela foi deturpada, desmoralizada. Saibam, o que chega sutil dos centros de poder é o que esmaga silenciosamente. É o que nos faz ignorar,

comungar pela coletividade o que é justo e verdadeiro. Os meios de comunicação social e a direita ideológica desse país satanizam a pauta política dos trabalhadores, suas formas de luta e resistência.

Ensinam à sociedade que não é assunto de Sem Terra, de Garimpeiros, estudantes, pequenos produtores e aos pobres: o funcionamento da economia, a instabilidade política, a lei de patentes, as sementes geneticamente modificadas, as altas taxas de juros, o neoliberalismo.

Ensinam à sociedade que não é assunto de Sem Terra, de Garimpeiros, de estudantes, dos pobres: à extrema desigualdade social do povo, a soberania nacional, a bolsa de valores, os destinos da nação, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, o aquecimento global, a agricultura e a defesa da Amazônia.

Estamos fartos das mentiras e anunciamos:

1) A nossa pobreza é um problema do Estado brasileiro e de quem governa suas instituições. Queremos que seja resolvida e não aceitamos mais saídas individuais.

2) A nossa fome é problema do Estado brasileiro e de quem manipula em favor de uma classe social - a burguesia -, toda a riqueza. Queremos resolvido o desemprego e não aceitaremos mais o nervosismo do mercado e do capital internacional determinando sobre o destino do povo.

3) A nossa ignorância é problema do Estado brasileiro, da elite medíocre e subserviente. Não aceitaremos mais as altas taxas de juros, a ditadura do modo de vida capitalista, o pensamento único e imperialista. Queremos resolvido o analfabetismo.

4) A Reforma Agrária é problema do Estado brasileiro e de quem impõem o agronegócio. Não aceitaremos mais esse modelo de exportação e de acumulação de riqueza baseado na morte da nossa biodiversidade. Queremos resolvida a desapropriação dos latifúndios que praticam violência,trabalho escravo e crime ambiental. Não aceitamos mais a representação política do congresso nacional.

5) A nossa favela – pré-cidades - é um problema do Estado brasileiro, da elite "donatária" e especulativa que hoje através dos serviços públicos se apropriam da mais-valia social. Queremos resolvida pela vontade popular a reestatização da CVRD e que se estabeleça o seu controle social. Não aceitamos mais o superávit primário como fórmula perfeita de governabilidade.

6) A nossa doença é um problema do Estado brasileiro e de quem mantém subjugado pela indiferença e pela força a vontade do povo. Queremos resolvida a falta de soberania nacional e não aceitamos o poder judiciário contrariando os interesses da sociedade.

7) A nossa dor é problema do Estado brasileiro, de uma elite que joga a sociedade numa crise sem precedentes na história e na barbárie social. Queremos resolvida em forma de expulsão todas as empresas multinacionais que atuam no Brasil e, não aceitamos as falácias palacianas, queremos direitos

Contra o Imperialismo; Soberania Popular na Amazônia!
Reforma Agrária: Por Justiça Social e Soberania Popular!

Parauapebas, sudeste do Pará,
31 de outubro de 2007

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST-PA
Acampamento permanente
Ás Margens da Estrada de Ferro Carajás
Assentamento Palmares

Carta ao episcopado do Pará e Amapá

Ai daqueles que juntam casa com casa e emendam campo a campo, até que não sobrem mais espaço e sejam os únicos a habitarem o meio do país (...) Suas muitas casas serão arrasadas, seus palácios luxuosos ficarão desabitados. (Is 5,8)

Prezados Bispos, nossos Pastores,

Neste tempo de graça em que contemplamos e celebramos na fé a Paixão, Morte e Ressurreição do Senhor, queremos informá-los da Via-Sacra que estão vivendo os trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra da nossa região do Pará, difamados, injustiçados e perseguidos. Foi confiando nas promessas dos sucessivos Governos, que milhares de famílias Sem-Terra, acamparam nas beiras das estradas em frente às cercas de imensas fazendas conhecidas como improdutivas, griladas, enriquecidas pela exploração de peões vindo de vários Estados, tratados como escravos. Com a excessiva demora no cumprimento das promessas, os trabalhadores sem terra, passando por todas as dificuldades de fome, saúde e perseguição foram, quase sempre sem violência, tornando essas terras produtivas, produzindo ali os alimentos necessários para o sustento de suas famílias.

No ano de 2005, numa ação conjunta do Estado e do poder judiciário paraense, atendendo a pedido de fazendeiros, deu-se início a um processo de expulsão violenta dessas famílias. O batalhão de choque da Policia Militar, expulsou cerca de 4 mil famílias de mais de 30 fazendas ocupadas. A operação violenta, deixou para traz centenas de casas queimadas, lavouras destruídas, crianças com o ano letivo perdido e dezenas de pais de famílias presos e indiciados. Desde a semana passada, nesses dias da Semana Santa estão sendo despejadas por mais de 200 homens da Policia Militar de Choque

sete fazendas ocupadas por aproximadamente 700 famílias no Sul e Sudeste do Pará.

E neste contexto, a mídia exerce um importante papel de depreciação, marginalização e estigmatização dos trabalhadores rurais sem terra, os quais são também alvo do poder repressor estatal, tratados como bandidos de alta periculosidade. O Estado com todos os seus aparelhos de repressão criminaliza a luta camponesa, rotulando a organização dos trabalhadores como quadrilha de malfeitores, associados para o fim de cometer crimes, que atentam contra o sagrado direito de propriedade. O que não é dito, o que permanece oculto e intocável é o que está na base das ricas propriedades ocupadas pelos sem terra. Trata-se de fazendas improdutivas, que não cumprem a sua função social e desrespeitam a Constituição do País. Exploração e escravidão de trabalhadores, apropriação ilegal de terras públicas, grilagem e degradação do meio ambiente, está na base de constituição dessas propriedades. Enquanto isso, os clientes da Reforma Agrária são excluídos do justo direito à terra e vivem numa situação de miséria extrema, consistindo num verdadeiro escândalo ético, incompatível com o evangelho. "Amarram pesados fardos e os colocam nos ombros dos outros mas eles mesmos não estão dispostos a movê-los nem sequer com um dedo." (MT 23,4).

E nessa guerra declarada aos pobres, a desocupação mais recente ocorreu na Fazenda Rio Vermelho, Município de Sapucaia, Sul do Pará, de propriedade do Grupo Quagliato, conhecidos no Brasil como "Os Reis do Gado", possuindo quase 100.000 hectares de terras na Região com mais de 130.000 cabeças de gado.

Desta área, cerca de 300 famílias foram despejadas pela Policia de choque, em cumprimento a ordem judicial e depois veio à tona o fato de que a área onde estavam os trabalhadores pertence à União Federal e foi ilegalmente apropriada pelo Grupo Quagliato. O acampamento do MST abrangia apenas cerca de 200 metros de terra e estava há

13 km da Fazenda Rio Vermelho, constituída por 26.000 hectares, além da porção publica cercada indevidamente pelos Quagliato, de mais ou menos 30.000 hectares. Apesar das denuncias do despejo ilegal, o Juiz da Vara Agrária recusou-se a revogar a medida liminar. O Grupo Quagliato já foi, pelo menos, três vezes flagrado pelo Ministério do Trabalho e pela Policia Federal escravizando grupos de trabalhadores rurais e tiveram o nome inserido na “lista suja” do Ministério Trabalho.

Após duas semanas do despejo ilegal, o batalhão de choque com mais de 200 policiais, modernamente aparelhados, inclusive com helicóptero, por determinação do Governador Simão Jatene e do Secretário de Defesa Social, Manoel Santino, continua a serviço do Grupo Quagliato, protegendo suas fazendas. Enquanto isso, a população do Sul e Sudeste do Pará, continua sofrendo com constantes assaltos nas estradas, ruas, residências, comercio, bancos e outras formas de violência, sem que tenha a mesma proteção que é dada para os fazendeiros. Alem disso, as dezenas de mandados de prisão decretados contra pistoleiros e fazendeiros, acusados de assassinatos de trabalhadores não são cumpridos pela polícia, que também não prendeu Adilson Laranjeira Carvalho e Vantuir Gonçalves de Paula, fazendeiros condenados em 24.05.03 pelo assassinato do sindicalista João Canuto.

Na mesma semana, ocorreu a destruição da sede da Fazenda Peruano, pelos sem terra. Trata-se de uma grande propriedade constituída por grande porção de terras publicas do Estado do Pará, também flagrada praticando trabalho escravo, ocupada por cerca de 1.000 famílias, que há dois anos esperam a desapropriação e o assentamento e estão ameaçados por uma liminar de despejo. Os donos são de uma família riquíssima na região e conhecida por sua extrema violência.

São igualmente os proprietários da Fazenda Cabaceiras, também flagrada com a pratica de trabalho escravo, ocupada desde 1999, onde já houve despejo três vezes, com muita violência. Atualmente foi decretada a desapropriação, mas aguarda-se o julgamento do recurso do fazendeiro no STF. Assim, em frente as promessas não cumpridas, as perseguições e criminalização constantes, e diante da impunidade dos crimes do latifúndio, como não compreender que inevitavelmente pode existir ações de desespero e de revolta, como a destruição da sede da Peruano?

Há anos acompanhamos a trajetória do MST e outros Movimentos Sociais do campo, em especial no sul e sudeste do Pará. Podemos afirmar que a violência não é uma estratégia desses movimentos, aos contrários, eles é que são vítimas da violência da polícia e dos fazendeiros. O massacre de Eldorado, que completo 10 anos, é um claro exemplo.Embora a luta desses movimentos pela terra tenha caráter pacífico, em alguns momentos ela é também violenta. Foi assim com os hebreus quando fugiam da escravidão do Egito. Após longo acampamento pelo deserto, tiveram que travar violentas lutas para conquistarem a terra prometida.

Ao lançarmos o olhar sobre a realidade dessas mães e pais de famílias, desfigurados pelo sofrimento, pela extrema pobreza, desprezados, excluídos da sociedade, seus filhos com aspecto desnutrido, famintos de pão, direitos e justiça, como não contemplarmos a figura de Jesus, tal qual descreve o Profeta Isaias: "... não tinha beleza, nem atrativo para o olharmos, não tinha aparência que nos agradasse, era desprezado como o ultimo dos mortais, homem coberto de dores, cheio de sofrimentos; passando por ele, tapávamos o rosto; tão desprezível ele era, não fazíamos caso dele" (Is 53, 2-3).

Nesse tempo quaresmal, frente a esta sofrida realidade do povo da terra, renovemos nosso compromisso e nossas esperanças com as palavras do profeta camponês: "plantarão vinhedos e beberão seu

vinho, formarão pomares e comerão suas frutas. Eu vou plantá-los na sua própria terra e jamais serão novamente arrancados" (Am. 9,14-15).

Fraternalmente,
Belém, 12 de abril de 2006.

Via Campesina-Pará: CPT, Pastoral da Juventude Rural, Movimento de Mulheres Camponesas, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Pastorais Sociais da Diocese de Marabá e Conceição do Araguaia, Comitê Dorothy e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Sudeste do Pará.

Carta aberta
Ao Secretário Geral da Organização das Nações Unidas - ONU, Sr. Ban Ki Moon

Não há lei do céu ou da terra
que o governo do Pará não esteja
disposto a desobedecer para facilitar
ao madeireiro a derrubada
da floresta

Mais do que nunca, todo o mundo se volta ao maior desmatamento do planeta e atenta à importância da Amazônia como um regulador climático global. De maneira nova, se pensam em novas tecnologias que tornem a vida nos centros urbanos menos impactante e que demandem uma menor devastação da Amazônia. Porém, mantém-se, como sempre, a visão da Amazônia como um banco de recursos a ser predatoriamente explorado e uma veemente recusa em reconhecer a vital função dos povos que habitam as matas da Amazônia em deter sua devastação. A maior causa de desmatamento é o não reconhecimento do direito à terra dos povos da floresta.

Às vésperas do «Fórum Internacional da Madeira Tropical», as pessoas públicas de Santarém e do Pará coram de orgulho. A região Oeste do Pará entrou na rota da visita de mega-empresários do agronegócio da madeira.

Não é coincidência que o evento de edição bianual ocorra no Brasil e, em especial, na Amazônia. Aqui estão os últimos remanescentes de florestas tropicais do planeta. E, triste de ver: não só as gigantes madeireiras estrangeiras, mas também as nossas autoridades políticas nada mais vêem em nossa floresta além disso.

A espalhafatosa e grande comitiva, capaz de superlotar a não tão grande rede hoteleira de Santarém, reedita outros episódios que

cercam a expropriação de nosso país: colonizadores atrás de novas terras, mercadores atrás escravos na África, bandeirantes em busca de índios e pedras preciosas, empresários trazidos pelos militares para "ocupar" a Amazônia com sua visão "empreendedora".

Desta vez, o "moderno" tem nova máscara, é "sustentável". Na programação, visitas a unidades de conservação, palestras e jantares com empresários locais. O Governo Federal, por meio da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, esforçou-se nos últimos anos e pode dar as boas vindas numa palestra onde certamente argumentará as vantagens do instrumento que privatiza milhões de hectares, através da nova Lei de Gestão de Florestas Públicas.

Não tão menos calorosa deverá ser a intervenção da governadora Ana Júlia Carepa, que nos últimos meses mostra não haver lei do céu ou da terra que ela não esteja disposta a contrariar para facilitar ao madeireiro a derrubada da floresta.

Mas o interesse comercial latente com que os empresários locais e as esferas de governo municipal, estadual e federal vêm demonstrando com os visitantes, escamoteia a total indiferença com que as comunidades locais são tratadas na definição do uso de seus territórios. Mais uma vez nossa região é vista como "terra sem povo", encarada como um espaço para apropriação.

E qual seria a palavra do Secretário Geral da ONU em meio a tais companhias? Seria seu manifesto de solidariedade às tantas lideranças sociais ameaçadas de morte na região. Ou viria verificar as condições a que são submetidos os trabalhadores da indústria madeireira? Talvez uma visita nas comunidades do rio Uruará, às Glebas Pacoval e Nova Olinda ou à cidade de Novo Progresso, mostrasse uma outra face da atividade madeireira: violência, ameaças, terror, expropriação e saque das florestas tradicionalmente ocupadas. Certamente, um rosto que a comitiva mantém bem maquiado seria visto realmente. Infelizmente, não faz parte da

programação do evento um olhar aos danos social e ambiental que de perto seguem as ações das madeireiras.

Aliás, a conduta criminosa, ao contrário de desqualificar, parece ser um critério de seleção: a madeireira “modelo” a ser visitada - Rancho da Cabocla - é a primeira colocada no ranking de 2007 em autuações do Ibama, com quase R$ 2.000.000,00 de multas recebidas em decorrência de crimes ambientais. E isso sem contar a voraz ação do dono da madeireira, Moacir Ciesca, na grilagem de terras públicas, que inclusive o levou à cadeia em final de 2004.

Outro anfitrião, Aldir Smith, que oferecerá um suntuoso jantar aos participantes do fórum, em março desse ano foi autuado por uma equipe de ação contra o trabalho escravo. Foram encontrados (em sua exploração de madeira clandestina) diversas pessoas em condições degradantes de trabalhado.

Sem dúvida, os anfitriões são representativos de como funciona a “indústria madeireira” no oeste do Pará: uma indústria do crime. A voracidade da exploração de madeira chegou ao ponto de estender seus tentáculos até o programa de reforma agrária. Por meio de um grande esquema criminoso, amplamente divulgado na imprensa e comprovado pela atuação do Ministério Público Federal, os madeireiros conseguiram controlar o processo de criação de assentamentos de reforma agrária, de modo que hoje, a terra que deveria ser distribuída aos trabalhadores sem terra é controlada pelos madeireiros.

Os escândalos dos assentamentos fantasmas parecem que não foram suficientes para reduzir a sanha predatória dos madeireiros, nem fez o governo desistir de beneficiar a qualquer custo este setor. As diferenças entre o escândalo e o evento, além de sutis, parecem ser superadas por aquilo que os unifica: o total desprezo para com os amazônidas e o saque da floresta, expropriando-a daqueles que a habitam de modo sustentável.

Os direitos dos povos da floresta são sistematicamente violados e seu modo de vida e seus saberes ridicularizados em confrontação com a tecnocracia desenvolvimentista de um "ambientalismo" pró-mercado. O apoio institucional de governo brasileiro à exploração madeireira, mais do que desconsiderar a provada eficiência das populações indígenas e extrativistas em deter a devastação, caminha no sentido de expropriá-los.

A legislação brasileira recentemente criada para abastecer o agronegócio internacional da madeira, nada mais é do que um aparato político e jurídico para se ordenar o território de modo a viabilizar, a grandes grupos econômicos, o acesso à terra e vias menos truculentas, mais "técnicas", de se livrar o acesso aos recursos do incômodo obstáculo de índios, caboclos, quilombolas e ribeirinhos e demais "selvagens".

A Lei de Gestão de Florestas Públicas (11.284/2006) vem atender a essa demanda ao instituir e regulamentar a concessão de florestas públicas para a exploração privada dos recursos madeireiros e serviços florestais. "É a economia da floresta que vai salvar a floresta", alardeou o diretor do Serviço Florestal Brasileiro, Tasso Azevedo, quando anunciou, em julho último, a concessão de 1 milhão de hectares de florestas públicas para exploração madeireira. Aposta-se numa estranha lógica: para se preservar há que se derrubar, ao mesmo tempo em que, mais uma vez, se passará por cima do saber patrimonial das populações extrativistas que habitam essas florestas há gerações e gerações mantendo-as em pé.

Essa Lei vem no momento em que a devastação causada pelas madeireiras tende a aumentar ainda mais o seu ritmo já ensandecido. Até os últimos anos, o mercado mundial de madeiras foi abastecido pelas poucas sobras das florestas tropicais asiáticas. A tomar pela intensa migração de madeireiras asiáticas (principalmente chinesas) para a Amazônia, essa será a "bola da vez" para saciar de matéria-prima o mercado mundial madeireiro.

Segundo Elder de Paula, professor da Universidade Federal do Acre, o abastecimento das grandes corporações que controlam o comércio internacional de madeira foi a verdadeira motivação da Lei 11.286/06. “Houve uma intensa pressão internacional através da elaboração de parâmetros e de sua imposição aos países detentores de grandes “estoques” de florestas tropicais. A intermediação da ONU legitimou a construção pactuada dessa regulação. O agronegócio da madeireira abocanhará algo em torno de 13 milhões de hectares de florestas públicas na Amazônia numa primeira tacada, podendo chegar, posteriormente, a 50 milhões, por meio de contratos de concessão com prazos de até 40 anos”.

Durante os pouquíssimos debates sobre essa Lei que passaria a gerir uma vastíssima porção da Amazônia, os argumentos dos arautos do “desenvolvimento sustentável” pautaram-se na premissa de que a adoção das técnicas do “manejo florestal” garantiriam o “uso sustentável” da floresta. De Paula argumenta que “a proliferação de muitos resultados de pesquisas, artigos e a elaboração de cartilhas e manuais de ‘manejo’, foram poderosos instrumentos para a formação de um consenso em torno da exploração madeireira nas florestas públicas. Isso reproduz o credo na infalibilidade da ‘autoridade tecnocientífica’ na racionalização sobre a natureza na Amazônia”. E a legitimação científica é bastante seletiva, uma vez que o consenso sobre a sustentabilidade da exploração comercial de madeiras e de seu controle restringe-se a pesquisadores favoráveis ao projeto, passando ao largo de outros reconhecidos nomes como Niro Higuchi, do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia-INPA, que alerta sobre a falta de garantias dessa exploração sobre a saúde da floresta.

De dentro da mata, lideranças contemporâneas de Chico Mendes, como o seringueiro Osmarino Amâncio, também reagem à entrega de suas florestas sob o argumento da sustentabilidade: “Eles estão destruindo árvores de 500, 600, 800 anos e tão dizendo que as outras

vão se recompor em 30 anos. Isso não é verdade, porque em nenhum lugar do mundo foi feito o manejo que eles estão fazendo e deu certo". E, de fato, os resultados da concessão de florestas em outros países ficou longe de ser discutida no rápido processo de tramitação da Lei, como explica de Paula: "Conseguiram a grande façanha de difundir a idéia de que a melhor maneira de 'proteger' as florestas públicas seria entregando-as à guarda dos madeireiros... e o que é pior, não ocorreu a ninguém uma simples pergunta: o que aconteceu naqueles países onde ocorreu a concessão florestal? Se a fizessem, teriam 'descoberto' que as florestas foram praticamente dizimadas".

Os povos da floresta serão o grande obstáculo a essa concessão de florestas públicas. No Oeste do Pará, em 2006, o governo estadual concedeu autorizações de detenção de terras públicas para extração madeireira em duas regiões, nas proximidades do rio Uruará e do rio Arapiuns. Nos dois casos houveram conflitos violentos. No primeiro caso, os ribeirinhos chegaram a atear fogo em balsa que transportava madeira cortada de seus territórios; no segundo, recentemente uma liderança indígena que organiza grande resistência foi espancado.

No Acre, de Paula explica que "As áreas que serão objeto de concessão estão praticamente todas ocupadas por populações extrativistas; não haverá lugar para elas quando as madeireiras assumirem o controle. Há 500 mil ha de florestas estaduais que serão licitadas para concessão no eixo da BR-364 - trecho Tarauacá / Cruzeiro do Sul - centenas de famílias estão sendo pressionadas pelo governo estadual a abandonar suas áreas e deslocarem-se para pequenos lotes de terra nas margens dessa rodovia." O discurso da geração de empregos também não procede, pois devido ao elevado grau de mecanização de extração da madeira, a absorção de força de trabalho local é irrisória.

A população indígena talvez seja atingida de forma ainda mais violenta. Para o antropólogo e professor da Universidade Federal do Acre, Jacó Piccoli, o Estado não tem a menor condição de controlar

a exploração de florestas próximas às Terras Indígenas e, "se hoje existe retirada ilegal de madeira do interior de Terras Indígenas, agenciadas por grandes madeireiras, mas executada por pequenas, de modo sutil e com o aliciamento de lideranças indígenas, imaginemos quando a exploração de madeira em grande escala for autorizada nas proximidades das Terras Indígenas".

Outro ponto que preocupa Piccoli é a ameaça de que a concessão de florestas para extração madeireira sobreponha-se a áreas de ocupação indígena ainda sem seus territórios reconhecidos, "só no Acre, há pelo menos sete Terras Indígenas a serem definidas contando-se apenas os povos já integrados". Além disso, há vastas áreas ocupadas por povos indígenas isolados e não contactados.

Segundo o antropólogo "só na fronteira Brasil-Peru, sabe-se da existência de, no mínimo, seis povos nessa situação, também sem seus territórios reconhecidos". A concessão de florestas públicas, nesse caso, representa uma grande ameaça a essas populações, "haverá muita proximidade, quando não, sobreposição, entre as terras ocupadas por índios isolados e as atividades das madeireiras. Isso provocará contágio endêmico de conseqüências imprevisíveis. Populações inteiras poderão, da noite para o dia, ser completamente dizimadas. O que no fundo acabaria indo ao encontro dos interesses empresariais: um território livre da presença de seus ocupantes e aberto à exploração econômica indiscriminada", explica Piccoli.

O reconhecimento do direito à terra dos povos da floresta já mostrou muito claramente sua eficiência em deter o desmatamento e a degradação ambiental. Ainda assim, processos de criação de Reservas Extrativistas ou de homologação de Terras Indígenas são retidos na Casa Civil, enquanto a concessão dos territórios dessa gente às madeireiras corre livre.

Tanto socialmente, como ambientalmente, a formalização da situação da terra em favor de seus legítimos ocupantes seria uma

completa obviedade. Porém, hoje como nos anos 70, como disse o presidente Lula da Silva, esses são entraves ao desenvolvimento. E ele tem razão.

A ideologia do desenvolvimento pressupõe incorporar a floresta, como matéria-prima, à economia de mercado. Se esses recursos já estão em uso por pessoas que daí tiram sua sobrevivência e reproduzem seu modo de vida com suficiente tecnologia para permitir que a floresta se renove, isso impede a apropriação pelo mercado desses recursos e, portanto, obstaculiza o desenvolvimento. Mas se o desenvolvimento chega, expulsando os inconvenientes ou, como sugerem as novas propostas do desenvolvimento sustentável, transformando-os e reduzindo-os a pequenos madeireiros, criam-se novas formas de pobreza social e degradação ambiental. Mas isso também é visto como desenvolvimento.

Santarém, 12 de Novembro de 2.007

Assinam o documento produzido
pela assessoria técnica da FDA:
Associação de Mulheres Domésticas de Santarém,
Instituto Manancial, União dos Estudantes Universitários
de Santarém (UES), Conselho Indigenista Tapajós/
Arapiuns (CITA), Comissão Pastoral da Terra, Pastoral
Social da Diocese de Santarém, Rádio Rural de Santarém
e demais membros individuais da FDA.

Manifesto das Famílias do Assentamento 17 de Abril à Sociedade Paraense e ao Povo Brasileiro.

Eldorado do Carajás, Pará

Daqui, da Comunidade 17 de Abril, hoje somos quase seis mil pessoas numa das maiores agrovilas de assentamentos de Reforma Agrária do país; nossa residência política, ética, moral e cultural, nos manifestamos. Pelos nossos mortos e pelos sobreviventes nos manifestamos. Pela reforma agrária, pelo fim do latifúndio e sua força jurídica nos manifestamos e exigimos justiça.

Até que cesse a gana dos impunes, não se pode perdoar o carrasco, um só deles. Estamos intranqüilos, como quer o momento de vigília.

Logo, em 17 de abril de 2.011, aniversaria o massacre de Eldorado do Carajás. 15 anos! E não cabe outra definição, senão que impunidade e, *Pedro Tierra* o mais solidário dos poetas, ressuscitou uma palavra vil da garganta dos dicionários e a pôs nos lábios dos séculos para descrever o golpe: "atroz" Eldorado do Carajás, símbolo vigente do caráter anti-popular, anti-social e antidemocrático dos que monopolizam o poder e, por ele se opõem violentamente aos que lhes contestam, por terra, dignidade, trabalho, alegria e direitos, onde tudo é negado.

O massacre é um sinal, aos pusilânimes do poder é um fardo de agonia, que jamais poderão desmentir, nem mensurar nas fibras do passado. A memória é subversiva, ninguém a modela, insurge contra os truques midiáticos e os opõe a cada ano, nesta data da classe trabalhadora e das novas gerações nascidas na luta e na resistência do povo brasileiro e amazônida frente a máquina voraz do capital.

Da marcha interrompida pela morte, onde pretendíamos chegar a Belém do Pará para uma negociação por terra, andando a pé quase oitocentos kilômetros, que para os governantes algo injustificável, como o ato insólito e traiçoeiro dos mesmos e, de todos os envolvidos.

Chegamos ao mundo em notícias, em páginas de jornais e imagens televisivas numa curva onde hoje está o monumento das castanheiras e o nosso coração, um bosque simbólico.

Sabemos, uma poderosa voz nacional e internacional de denúncia e exigência ergueu-se soberana. Por isso, tudo o que somos hoje, cada fragmento das conquistas políticas, culturais e econômicas no Assentamento têm esse traço indelével, de solidariedade afetiva, religiosa e mística de milhares de estudantes, artistas, professores, intelectuais, e da grande massa do povo que, desde o primeiro instante não nos pediram conciliação dos interesses inconciliáveis, mas luta e organização. Intransigência dos pobres contra a intolerância dos ricos!

Já não somos mais os mesmos, estamos nos reabilitando com o passar dos dias da grande dor e, nessa construção que já perdura 15 anos fizemos muitos progressos na organização social das famílias, no apoderamento político e cultural, na produção de alimentos, na educação, na infância e na juventude. Há uma escola que teima ser para a vida e não para o mercado, uma mobilização pela eliminação do analfabetismo e a construção de uma pedagogia transformadora.

Não abdicamos um só momento da luta e da memória, da construção da comunidade autônoma aos interesses imperiais. Estamos sim, muito longe da vida miserável que levávamos quando vagávamos nômades pelas ruas da fronteira, massa sobrante de um modelo de desenvolvimento predatório. Hoje portamos uma identidade camponesa e desenvolvemos formas de existir mais avançadas e democráticas.

Nesses anos aprendemos que os nossos direitos só a luta faz valer e reconhecemos que temos muitos limites, agruras impostas por uma política caduca, negligente, e cheia de camaradilhas, lusco-fusco da repressão, hoje até mais sofisticada que outrora, em perseguição sistemática às organizações, às suas pautas, aos seus militantes e dirigentes e que nos impediu de fazermos mais onde não havia nada, senão cercas, escravidão e violência do latifúndio.

O que vale a pena dizer, é que inauguramos seguramente um processo novo, cujo sentido é sermos sempre melhores naquilo que fazemos, uma comunidade ligada a toda uma trajetória de luta e que aspira futuro, um novo modelo de desenvolvimento para o campo, na defesa de uma agricultura diversificada, sadia e barata à população.

Faremos esforços grandiosos para ir mudando, o que ainda não pode ser mudado, sendo com toda força e beleza, exemplo pedagógico à sociedade e aos pobres que perecem nas cidades embrutecidas pela lógica abismal de que cada um é aquilo que consome, e que sabemos não tem mais nada a perder, pois já perderam por demais na vida, que a luta é o único encontro possível que possa livrá-los da barbárie e do aniquilamento social!

Nesse momento queríamos saudá-los com essa epígrafe, de um dos melhores amigos que o Assentamento e nossa Organização teve e, que nos deixou no ano passado, o escritor José Saramago. E com esse sentimento exigir e reivindicar, o que nos cabe nessa quadra histórica: dignidade. É o nosso gesto de aliança permanente, com os ambientalistas, com os partidos políticos, com a intelectualidade, com os indígenas, com os quilombolas com as organizações urbanas e rurais, com o movimento estudantil, com os operários, com as organizações latino americanas e via campesina internacional enfim, com os que lutam e sonham e fazem superações!

Levantado do Chão!

Do chão sabemos que se levantam as searas e as árvores,
levantam se os animais que correm os campos
ou voam por cima deles,
levantam-se os homens e as suas esperanças.
Também do chão pode levantar-se um livro,
como uma espiga de trigo ou uma flor brava.
Ou uma ave. Ou uma bandeira.

Enfim, cá estou outra vez a sonhar.
Como os homens a quem me dirijo.
José Saramago

Da nossa residência, pelos nossos mortos, pelos sobreviventes e pela nossa luta, nos manifestamos e exigimos:

1) Exigimos Reforma Agrária; uma política que confronte o latifúndio e desenvolva o campo sobre outro signo, que não é o do agronegócio; hoje traduzido, em agrotóxico, comida envenenada, transgenia, reconcentração de terras e uso intensivo da biodiversidade para fins privados. O atual programa de regularização fundiária na Amazônia (terra legal) legitima o latifúndio, não se traduz em maior numero de áreas destinadas a Reforma Agrária e nem resolve os conflitos sociais.

2) Exigimos um programa imediato para assentar as quase cem mil famílias acampadas no país, em especial as famílias acampadas no Pará, nas áreas emblemáticas do Grupo Santa Bárbara, Mutran´s, Quagliatos e Josué Bengston e Fazenda São Luis, onde a VALE é o principal empecilho. Assim como a destinação das áreas públicas que tiveram seus títulos cancelados, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para um amplo programa de Reforma Agrária no Estado, como forma de cessarem os conflitos e também de reparação pública.

3) Exigimos uma política agrícola que esteja associada ao bioma amazônico, que respeite o campesinato amazônico e sua complexidade, para que sejam guardiões da água, da terra, da floresta, dos ecossistemas e da biodiversidade. E possam exercer soberania sobre suas riquezas. Por exemplo, parar por completo, pois, não há justificativas, a não ser do interesse do capital, a construção da hidrelétrica de Belo Monte!

4) Exigimos um plano de reestruturação do INCRA nacional e das suas superintendências na Amazônia, em especial no Pará. Pesa

saber, onde se estruturam os mais graves conflitos agrários no País, o INCRA seja o órgão mais desestruturado e desarticulado com a sua missão, cindindo entre os mais diversos interesses. Exigimos um plano imediato de recuperação dos assentamentos com programas sociais e infra-estrutura, em especial o Assentamento 17 de abril.

5) Exigimos justiça; reparação política e econômica às famílias dos mortos do Massacre de Eldorado do Carajás. Assim como um plano de julgamento por parte do Tribunal de Justiça do Estado (TJE) para os casos emblemáticos, que esperam julgamentos mandantes e assassinos de Trabalhadores Sem Terra, indígenas e militantes sindicais e religiosos. O fim dos despejos no campo e nas cidades!

6) Exigimos um novo modelo de desenvolvimento econômico e social para as regiões e para o Estado. Uma alternativa aos mega-investimentos e ao monopólio do projeto mineral da Vale, que devoram os ecossistemas e biodiversidades das regiões e produz desigualdade e barbárie social nas cidades, desterritorialização das famílias e grupos sociais, e tem como marca indissociável uma política de compensação social mais atrasada do mundo!

Com ternura,
Assentamento 17 de Abril,
Eldorado do Carajás, Abril de 2011

Ano de luta e resistência na Amazônia!
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST/PA
Reforma agrária: Por justiça Social e Soberania Popular!

POSIÇÃO DA IGREJA AMAZÔNICA CARTA DE SANTARÉM 1972-2012

Irmãs e irmãos caríssimos em Cristo Jesus, Povo de Deus na Amazônia,

"Não tenha medo, cotinue a falar e não se cale, pois eu estou contigo." (At 18,9)

"Cristo aponta para a Amazônia" lembrava o Papa Paulo VI aos bispos da Amazônia por ocasião de seu encontro em Santarém, de 24 a 30 de maio de 1972, marco indelével na história da Igreja desta grande região brasileira, habitada por povos de culturas e tradições tão diferenciadas do outro Brasil.

Expressamos nossa gratidão ao Deus da vida porque nestes 40 anos, não obstante nossas fragilidades, nossa Igreja tem anunciado Jesus Cristo ressuscitado, caminho, verdade e vida e tem marcado presença junto ao povo sofrido, sendo muitas vezes a voz dos povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, seringueiros e migrantes, nas periferias e em novos ambientes do centros urbanos animando as comunidades na reivindicação do respeito pela sua história e religiosidade. É também a vida destes povos, seu modo de viver, sua simplicidade, seu protagonismo, sua fé que nos encantam! Não faltou o testemunho de entrega da própria vida até o derramamento de sangue. Este testemunho nos anima, nos encoraja e nos fortalece. São

também protagonistas religiosos e religiosas, pastorais, movimentos e serviços que tem sido uma força viva e atuante na realidade das nossas comunidades.

Constatamos avanços no campo social e político, com novos organismos de participação, conselhos de políticas públicas, participação nas campanhas por leis mais justas, aumento da consciência e engajamento na questão ecológica. No campo econômico, cresce o consumo e o poder aquisitvo embora nem sempre acompanhado do aumento da qualidade de vida. A vida na Amazônia continua sofrida.

Há séculos os povos da Amazônia gemem e choram sob o peso de um modelo de desenvolvimento que os oprime e exclui do "banquete da vida, para o qual todos os homens e mulheres são igualmente convidados por Deus" (SRS 39). A Igreja ouve os gritos, às vezes desesperados, e se identifica com o seu clamor, conhece o seu sofrimento. Mais ainda, a Igreja declara que "as alegrias e esperanças, as tristezas e as angústias dos homens e mulheres, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e angustias dos discípulos de Cristo" (cf. GS 1).

As decisões sobre o desenvolvimento da Amazônia sempre são tomadas a partir de fora e visam unica e exclusivamente a exploração das riquezas naturais sem levar em conta as legítimas aspirações dos povos desta região a uma verdadeira justiça social. Quando Paulo VI declarava que "o desenvolvimento é o novo nome da paz" (PP 87), não pensava num "crescimentismo" meramente econômico, unilateral e excludente, mas convidava a todos os povos da terra a empenhar-se por um mundo justo, fraterno e solidário, na perspectiva do Reino que Jesus veio a anunciar "para que todos tenham vida" (Jo 10,10).

Como quarenta anos atrás, a Amazônia continua sendo considerada a "colônia", mesmo que abranja mais da metade do território nacional. Para a metrópole – Brasília, o sudeste e o sul do País – Amazônia é apenas "província", primeiro província madeireira e

mineradora, depois a última fronteira agrícola no intuito de expandir o agronegócio até os confins deste delicado e complexo ecossistema, único em todo o planeta. De uns anos para cá a "província" recebeu mais um rótulo, sem dúvida o mais desastroso, pois implicará a sua destruição programada, haja visto o número de hidrelétricas projetadas para os próximos anos: a Amazônia é declarada a província "energética" do País. Sob a alegação de gerar energia limpa se esconde a verdade de que mais florestas sucumbirão, mais áreas, inclusive urbanas, serão inundadas, milhares de famílias serão expulsas de suas terras ancestrais, mais aldeias indígenas diretamente afetadas, mais lagos artificiais, podres e mortos, produzirão gases letais e se tornarão viveiro propício para todo tipo de pragas e geradores de doenças endêmicas.

A história da Amazônia revela que foi sempre uma minoria que lucrava às custas da pobreza da maioria e da depredação inescrupulosa das riquezas naturais da região, dádiva divina para os povos que aqui vivem há milênios e os migrantes que chegaram ao longo dos séculos passados.

Santarém 1972: Encarnação na Realidade e Evangelização Libertadora

Como já em 1972, os bispos reunidos em Santarém de 2 a 6 de julho de 2012 não detectam apenas os mecanismos perniciosos responsáveis pela miséria dos povos e a devastação das florestas, mas os denunciam como responsáveis de gerar "ricos cada vez mais ricos às custas e pobres cada vez mais pobres" (João Paulo II, Discurso inaugural de Puebla, 28 de janeiro de 1979) e de um meio-ambiente cada vez mais deteriorado. O "lar" (em grego "oikos" – daí a palavra "ecologia") que Deus criou para todos nós não pode ser explorado até a exaustão, mas exige cuidado, zelo, amor, também em vista das futuras gerações.

Os cientistas alertam sempre mais que a devastação da Amazônia terá consequências irreversíveis para o clima do planeta e se torna assim uma ameaça à vida e sobrevivência de toda a humanidade.

Em 1972 os bispos da Amazônia já identificaram graves feridas neste mundo de selvas e águas que atingiram violentamente os povos originários e tradicionais da região. Como 40 anos atrás, também hoje os bispos se entendem como mensageiros dos povos da Amazônia, profetas que vivem numa grande proximidade com Deus e ao mesmo tempo sintonizados com os acontecimentos históricos, homens de fé que „vêm da grande tribulação“ (Ap 7,14). Nestes nossos tempos, as feridas se tornaram chagas abertas que perpassam e sangram a Amazônia de fora a fora, causando cada dia mais vítimas fatais.

As prioridades da ação pastoral e evangelizadora apontadas em 1972 continuam atualíssimas. Até hoje uma formação adequada à essa região para ministros ordenados, mas também para leigas e leigos que dirigem as comunidades, é fundamental. Importa encarnar a Igreja no chão concreto da Amazônia. Quem exerce um ministério, ordenado ou não, participa do pastoreio de Jesus e está a serviço de seus irmãos e irmãs e quer exercê-lo na simplicidade do lava-pés e numa proximidade fraterna ao Povo de Deus.

As Comunidades Cristãs ou Eclesiais de Base tão recomendadas no Documento Santarém 1972 são expressão de uma Igreja viva e comprometida. Como os bispos já afirmaram em Manaus (2007), elas constituem um dom especial que Deus concedeu à Igreja na Amazônia. São obra do Espírito Santo. O que o Documento de Aparecida afirma, aplica-se de modo especial à Amazônia. As CEBs, diz o documento, "têm sido escolas que têm ajudado a formar cristãos comprometidos com sua fé, discípulos e missionários do Senhor, como o testemunha a entrega generosa, até derramar o sangue, de muitos de seus membros" (DAp 178). As CEB's são também uma

resposta válida e empolgante para o mundo urbano como resposta ao individualismo e a superficialidade do consumismo. Nas CEBs se vive a dimensão samaritana da compaixão ativa e interajuda, de um coração e mãos abertas para quem sofre ou passa necessidade, mas também a dimensão profética de anunciar continuamente a utopia do Reino e, ao mesmo tempo, denunciar todos os mecanismos e estruturas que impedem a chegada do Reino. É exatamente esta dimensão profética que gerou as e os mártires da Amazônia. As CEBs constituem-se em família das famílias onde todos se conhecem e querem bem, mas são também centros de oração e meditação da Palavra de Deus para nutrir a mística profunda da vivência na proximidade de Deus. Ele mesmo se revelou como um Deus-conosco e assegurou aos profetas, apóstolos, discípulas e discípulos: "Eu estarei contigo" (cf. Ex 3,14; Js 1,9; Jr 1,19; At 18,9-10). Afinal "se Deus está conosco, quem será contra nós" (Rom 8,31).

Santarém 1972 assume a questão indígena como causa de toda a Igreja na Amazônia. Lembra que no mesmo ano por iniciativa dos bispos, mormente dos da Amazônia, foi fundado o Conselho Indigenista Missionário – Cimi.

Os bispos talvez não imaginavam quarenta anos atrás o imenso apoio que sua decisão significava aos direitos e à sobrevivência de dezenas de povos indígenas na região amazônica que, sem o empenho intransigente da Igreja, teriam desaparecido. A presença solidária e o apoio incondicional à luta por seus direitos foi fundamental para que hoje a maioria dos povos indígenas da região tenha suas terras demarcadas. Foi também de enorme importância gerar uma consciência de respeito e valorização dos povos, suas culturas e seus projetos de "Bem Viver". Dezenas de povos saíram do silêncio em que foram forçados a se ocultar para sobreviver. Ressurgiram das cinzas e estão lutando pelos seus direitos e suas terras. Alem disso a atuação corajosa dos missionários, selando seu compromisso através

do sangue derramado pela vida desses povos, propiciou o surgimento de articulações e organizações dos povos indígenas, essenciais para a conquista de seus direitos e sua autonomia.

Os riscos de extermínio de vários grupos indígenas em estado de isolamento voluntário, exige um renovado compromisso com a sobrevivência de milhares de vidas e povos ameaçados de extinção.

Na perseverança salvareis vossas vidas (Lc 21,19)

Deparamo-nos hoje com uma verdadeira enxurrada de grandes projetos que os Governos querem implantar, seguindo a estratégia do "fato consumado". Não há discussão, nem consulta popular que merecesse este nome. Decide-se e executa-se. Oponentes são criminalizados ou taxados de inimigos do progresso. Também os ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, e outros povos tradicionais sofrem pela falta de reconhecimento das suas terras.

A ética na política prometida à nação e esperada pelo povo brasileiro cedeu lugar a uma sequencia ininterrupta de escândalos de corrupção em todos os níveis governamentais.

Somado a estes desafios nos deparamos com a emergência do fenômeno urbano, com o inchaço nas periferias das grandes cidades, exploração sexual, tráfico de pessoas e de drogas, violência. Em vez de investimentos em políticas públicas de saneamento básico, saúde, educação e segurança, o Estado prioriza políticas compensatórias, apoia e incentiva o grande capital, investe na construção de estádios monumentais e outras obras faraônicas.

"Podem roubar-nos tudo, menos a esperança" (D. Pedro Casaldáliga). No caminho de "Santarém", novamente nos lançamos nas estradas e rios, nas aldeias e quilombos, nos interiores e periferias das cidades, nos grandes centros urbanos desta imensa Amazônia, abraçando a Missão que nos foi confiada, comprometidos com toda

a criação e na busca de sermos autênticas comunidades de fé alimentadas pela Palavra e pela Eucaristia. Nesta hora da história o nosso coração às vezes, se angustia por causa de tantas dificuldades que nos desafiam, aparentemente insuperáveis; no entanto, continuamos a ser chamados e enviados como missionários e profetas para alimentar a esperança, como âncora firme e segura (cf Hb 6,19), de um mundo novo, inaugurado por Jesus Cristo Crucificado e Ressuscitado.

Memória e Compromisso
Conclusões do encontro de Santarém 2012

Introdução

Levantaram-se, voltaram e contaram
o que tinha acontecido no caminho
(Lc 24,33.35)

Na celebração dos 40 anos do Encontro de Santarém, nós bispos, representantes de presbíteros, diáconos, religiosos e religiosas e cristãos leigos e leigas das Igrejas da Amazônia, nos reunimos às margens do Tapajós, na mesma cidade, para dar Graças a Deus por esta caminhada e renovar nosso compromisso profético e missionário de anunciar o Evangelho de Jesus Cristo, para que nele nossos povos tenham vida! Este 10º Encontro se apresenta como um passo significativo na caminhada de 60 anos, desde o 1º Encontro em Manaus (1952) e, iluminado pelos 50 anos do Concílio Vaticano II, lança o olhar para frente, como o profeta que supera o cansaço e prossegue sua missão (cf. *I Rs 19,7*).

Louvamos e agradecemos ao Deus da vida porque nestes 40 anos, não obstante nossas fragilidades, nossa Igreja tem anunciado Jesus Cristo ressuscitado, caminho, verdade e vida. Ela tem marcado presença junto ao povo sofrido, sendo muitas vezes a voz dos povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, seringueiros e migrantes, nas periferias e em novos ambientes dos centros urbanos animando as comunidades na reivindicação do respeito pela sua história e religiosidade. A vida destes povos, seu modo de viver, sua simplicidade, seu protagonismo, sua fé nos encantam! Não faltou o testemunho de entrega da própria vida até o derramamento de sangue. Este testemunho nos anima, nos encoraja e nos fortalece.

Nossos olhos, contemplam uma realidade que ainda permanece desafiadora e ameaçadora. O que se apresenta como caos no campo social, político, econômico e cultural é, na verdade, fruto de projetos ambiciosos e bem articulados que querem avançar a qualquer custo, esmagando toda forma de vida que se mostre como empecilho ou resistência. Não temos outra Palavra senão o juízo de Deus sobre todas estas coisas. Queremos continuar respondendo profeticamente aos desafios da nossa história e ser fiéis à missão que nos foi confiada pelo Senhor. Sentimos a necessidade de uma conversão pessoal e de nossas estruturas. A transformação libertadora e salvadora da realidade começa com a nossa vida cristã e com a renovação das nossas comunidades.

Neste encontro, emerge com mais clareza a urgência de evangelizar a partir do encontro com Jesus Cristo Verbo encarnado, profeta e missionário do Pai, tendo o Reino como horizonte e de dinamizar e formar comunidades eclesiais vivas, proféticas e missionárias, como as CEB's e outras formas de vivência comunitária, para que a Igreja "comunidade de comunidades" seja testemunho de comunhão.

"Somos conscientes de que nunca será possível a evangelização sem a ação do Espírito Santo" (EN 74). Ele nos fará conservar na Amazônia a alegria e o entusiasmo para evangelizar, mesmo entre lágrimas e perseguições". Necessitamos na Amazônia de um novo Pentecostes que nos transforme profundamente.

Diante dos desafios sociais, políticos e econômicos, culturais, religiosos e eclesiais da realidade amazônica, decidimos fortalecer o compromisso profético de transformação e reafirmar o projeto de formação inspirado na espiritualidade do seguimento de Jesus Cristo que convoca a Igreja para uma profunda conversão pastoral (cf. DA 360-365; 170-175).

Nesta caminhada não estamos sozinhos, o Cristo que aponta para Amazônia, arma a sua tenda entre nós (cf Jo 1,14).

1. Quarenta anos do Documento de Santarém: intuições, avanços e esperanças

Uma igreja de rosto Amazônico

Desde 1952 nossos pastores mantêm a "tradição" de se encontrar para analisar e tomar posição em relação à realidade da Amazônia, manifestando espírito de unidade e colegialidade, além da responsabilidade comum diante dos graves problemas da região.

Um dos encontros mais significativos e marcantes dessa caminhada histórica foi o de Santarém, realizado em 1972, que gerou um documento cujas orientações iluminaram a vida e a missão da Igreja regional. Encarnação na realidade e evangelização libertadora foram as diretrizes fundantes de um novo rosto da Igreja que passou a assumir opções marcantes dentro de um contexto de exclusão e marginalização; nessas diretrizes e opções se inscreve uma identificação com a missão salvífica de nosso Senhor Jesus Cristo.

Ao longo desses anos, além de influenciar as decisões das assembleias regionais, a formação dos agentes de pastoral, sobretudo a dos presbíteros e também dos leigos e leigas, alguns acontecimentos receberam de Santarém inspiração ou motivação na sua realização: o Projeto Igrejas-Irmãs, o CIMI e a CPT, as diversas ações pastorais das dioceses/prelazias, o Congresso Eucarístico de Manaus (1975), o encontro de 1990 sobre Ecologia e rosto da Igreja na Amazônia, a criação da Comissão Episcopal Especial para a Amazônia da CNBB**,** alguns projetos da CRB,a escolha do tema da Campanha da Fraternidade de 2007 sobre a Amazônia: "Vida e Missão neste chão".

Após Santarém, outros encontros se realizaram, destacando-se os de Manaus em 1997 e 2007 que expressaram e ratificaram a caminhada feita, aprofundaram e atualizaram suas intuições.

Como fruto da ação do Espírito Santo nesse processo, surge o rosto de uma Igreja amazônica:

• Uma Igreja solidária-samaritana, caminhando com o povo mais sofrido, especialmente índios, agricultores, ribeirinhos... Bispos, padres, agentes pastorais, religiosas e religiosos fizeram de seu trabalho pastoral-evangelizador anúncio da Boa Nova aos pobres e denúncia das condições de miséria e exclusão social.

• Uma Igreja ministerial e missionária, favorecendo o protagonismo dos leigos e leigas e investindo mais na formação dos agentes de pastoral locais, com uma intensa participação também da Vida Religiosa consagrada;

• Uma Igreja cuja expressão maior foram as comunidades eclesiais de base: sua organização e missão nos mais distantes rincões dessa Amazônia tornaram a Igreja mais presente e mais próxima da vida do povo.

• Uma Igreja irmã da criação: que considera como parte de sua opção fundamental a salvaguarda de toda criação e chama todos os homens e mulheres a cuidarem do Planeta como casa comum.

Na Amazônia a Igreja realizou seu protagonismo de ser comunidade de comunidades a partir do anúncio da Palavra pela missão descentralizada e testemunhada, o que gerou profecia e martírio.

Não obstante os desafios e limites, a Igreja amazônica vive e cresce com características próprias, enraizada na sabedoria tradicional e na religiosidade popular, fortalecida e ungida pela Palavra de Deus e pela Eucaristia, que durante muito tempo alimentaram e continuam a manter viva a espiritualidade dos povos das florestas, das águas, das estradas e cidades. Gente que enfrenta com alegria as dificuldades das distâncias e da falta de comunicações, a escassez de recursos e oportunidades, para encontrar-se e oferecer sua participação a fim de que este pedaço de chão seja efetivamente “chão da partilha fraterna, pátria solidária de povos e culturas, casa de muitos irmãos e irmãs. Anúncio de esperança e de paz para os povos da Amazônia e de todo o Brasil”.

2. O compromisso profético de transformação que considera os desafios sócio-político-econômicos da realidade amazônica

Não tenhas medo (...)
Nesta cidade há um povo numeroso que me pertence
(At 18,9)

Após 40 anos de caminhada como Igreja, seguindo as intuições e orientações do Documento de Santarém (Linhas Prioritárias para a Amazônia) constatamos que, a realidade da Amazônia, mesmo com alguns avanços, em muitos aspectos não apresenta mudança e sim agravamento, o que indica que o nosso povo continua vítima de uma tirania política e econômica. Antigos e novos problemas afetam a região, deixando à margem e afastados de todos os benefícios que são gerados pelos projetos econômicos, milhares de amazônidas que, expulsos de suas terras ou atraídos pelas promessas ilusórias de uma vida melhor, passam a vagar de cidade em cidade buscando viver com dignidade.

Queremos ser uma Igreja pobre junto aos pobres, solidária com os excluídos e abandonados da Amazônia, também em momento de enfrentamento. Buscaremos aprofundar de modo sistemático a compreensão das causas e consequências dos mecanismos que geram miséria e exclusão social e estimular a articulação de uma rede de formadores de opinião apoiados pela Comissão Episcopal para a Amazônia para análise da realidade em nível regional e diocesano, além dos assessores locais.

Diante dos desafios abaixo destacados, assumimos compromissos que revelam o rosto solidário, profético e missionário da Igreja frente aos apelos de Deus presentes na vida do nosso povo:

1) Defesa de todas as formas de vida – acima de tudo da vida humana - da bio e sócio diversidade e da sustentabilidade a partir das culturas indígenas, quilombolas e ribeirinhas e dos projetos de bem viver de nossos povos.

• Assumir e implantar as comissões em defesa da vida;

• Apoiar alternativas *agro-ecológicas* e *energéticas* de produção adaptadas ao bioma, descentralizadas e diversificadas, que protejam as florestas e os rios;

• Defender o território e o habitat dos povos da Amazônia respeitando a vocação de cada microrregião lutando para garantir a sobrevivência das futuras gerações;

2) Avanços do agronegócio, da mineração, das hidroelétricas, da nova fronteira agrícola e aumento de conflitos na luta pela terra.

• Denunciar os grandes projetos que estão destruindo as florestas e se apropriando das terras dos povos tradicionais;

• Disponibilizar, através da CNBB, um serviço de informação e orientação prática para que as dioceses e prelazias tenham elementos para enfrentar os grandes projetos e suas consequências;

• Orientar, apoiar e fortalecer a organização das comunidades indígenas, quilombolas, rurais e ribeirinhas na defesa de seus direitos, da sua cultura e de seu território.

3) O fenômeno da Urbanização, as migrações a formação de novas cidades e o inchaço das grandes cidades, aumento do uso das drogas, do narcotráfico, tráfico de armas e a violência.

• Compreender e enfrentar pastoralmente os desafios da cultura urbana nas situações de migrações, drogas, violência, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de pessoas e corrupção;

• Realizar seminários na Amazônia para compreender melhor os mecanismos do narcotráfico;

• Fortalecer e apoiar as iniciativas de ajuda às pessoas dependentes do álcool e das drogas.

4) Ausência do Estado na aplicação de políticas públicas e garantias de direito, porém, com apoio e incentivo ao grande capital; aumento da corrupção nas instâncias e organismos públicos.

• Lutar contra a corrupção e a impunidade nos setores públicos;

• Incentivar a participação nos conselhos paritários de políticas públicas e formar pessoas para esta atuação, com consciência crítica, coragem e exercendo o profetismo;

• Valorizar as Semanas Sociais Brasileiras;

• Reforçar a formação cristã sócio-transformadora dos agentes de pastoral para o exercício da cidadania fundamentada na Doutrina Social da Igreja;

• Articular as Pastorais Sociais, as Comissões de Justiça e Paz, Cáritas e Centros de Defesa dos Direitos Humanos, CIMI e CPT;

• Fortalecer a Pastoral da Criança;

• Utilizar os meios de comunicação social, como a Rede de Notícias da Amazônia, TV Nazaré, rádio, televisão, internet, escolas católicas, para conscientizar, educar, evangelizar;

• Contribuir para a mudança da mentalidade que considera a Amazônia colônia ou periferia do Brasil;

• Denunciar o Estado quando deixa de exercer seu papel moderador impedindo que os fortes esmaguem os fracos ou, pior ainda, quando também se alia à iniciativa privada para executar projetos que destroem o meio ambiente e não respeitam os direitos dos amazônidas.

3. O Projeto de Formação inspirado na Espiritualidade do seguimento de Jesus Cristo que arma sua tenda na Amazônia e que convoca a Igreja para assumir os desafios da realidade religiosa e eclesial

Levanta-te, desce e vai com eles sem hesitar,
pois fui eu que os mandei. (At 10,25)

Nestes 40 anos, nos identificamos como uma Igreja encarnada, articulada nas inúmeras comunidades cristãs de base. No encontro de Manaus, ao celebrarmos os 25 anos de Santarém (1997), o documento final "*A Igreja se faz carne, e arma sua tenda na Amazônia*" apresenta, uma profunda e clara consciência de uma Igreja discípula da Palavra, testemunha do diálogo, servidora e defensora da vida, irmã da criação, que se deixa iluminar por algumas perspectivas evangelizadoras: Inculturação, cidadania, formação e anúncio central da Boa Nova! Dez anos depois, no Encontro de 2007, reafirmamos nossa identidade de Igreja discípula missionária, ministerial, que assume a vida do povo, que se articula na paróquia como rede de comunidades e nas comunidades eclesiais de base.

Em meio aos desafios de hoje, inspirados também pela Conferência de Aparecida (2007) e pelas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2011-2014) e das urgências ali indicadas, destacamos:

1) Iniciação Cristã à luz da Palavra de Deus e a Catequese de inspiração catecumenal

- Cuidar para que a Palavra de Deus ocupe o lugar central, através da animação bíblica da vida cristã e da ação evangelizadora;
- Educar para interação fé e vida, que possibilite desde o início a conscientização como pressuposto indispensável a libertação;

• Promover a leitura orante da Bíblia;

• Conduzir ao encontro pessoal com Cristo através dos sacramentos, principalmente da Eucaristia;

• Orientar para que vida sacramental se expresse do compromisso social e comunitário do cristão;

• Envolver a família como corresponsável do processo de iniciação de iniciação cristã.

2) Comunidades eclesiais vivas missionárias, proféticas e abertas ao diálogo ecumênico e interreligioso *como as CEB's e outras formas de vivência comunitária.*

• Formar e dinamizar comunidades e lideranças missionárias numa pedagogia que considere a vida e a realidade das pessoas dando-lhes atenção e acompanhamentos necessários a fim de que abracem com convicção o seguimento a Jesus Cristo, sendo protagonistas da missão;

• "Formar ministérios adequados às necessidades de nossas comunidades, especialmente o ministério do pastoreio de comunidades, exercido por leigos (as) que sejam servos (as) do povo, abertos (as) ao diálogo e ao trabalho em equipe e que, devidamente preparados (as) assumam, em nome da Igreja a direção pastoral de uma comunidade, sendo por ela sustentados (as)" (Doc. Manaus, 1997, nº 47);

• Assumir a Igreja ministerial que acolhe, valoriza e cria espaço para que os dons e carismas se concretizem através dos leigos, religiosos e presbíteros segundo as características da Amazônia;

• Viver o caminho da Igreja Profética que escuta a Voz de Deus na Palavra Sagrada Escrita e nos gritos do povo e proclama a luz de Deus que denuncia erros e injustiças, apontas luzes e esperanças;

• Cultivar a espiritualidade do seguimento a Jesus Cristo que arma sua tenda na Amazônia, fazendo nascer convicções e tornando-as firmes;

• Valorizar as assembléias e conselhos pastorais como espaço de comunhão, participação e compromisso;

• Capacitar as lideranças para visitas continuadas a famílias e comunidades, especialmente as mais distantes;

• Considerar e fortalecer as diferentes comunidades rurais, ribeirinhas, das estradas, indígenas, quilombolas e das periferias;

• Incentivar a presença e a ação dos leigos e leigas em todos os ambientes urbanos para que sejam protagonistas da evangelização;

• Promover iniciativas ecumênicas por meio de atividades caritativas e sociais;

• Ir ao encontro dos católicos afastados e acolher os que retornam de outras igrejas;

• Valorizar as devoções populares iluminando-as com a Palavra.

3) Formação presbíteros, diáconos, religiosos e religiosas, leigos e leigas para uma Igreja toda ela missionária e ministerial:

• Priorizar e investir em formação permanente (compromisso constante), diversificada (padres, diáconos, leigas/os levando em conta as diferentes atuações do laicato dentro da Igreja e na sociedade), descentralizada e encarnada (a partir da realidade) numa atitude transformadora e libertadora;

• Valorizar e integrar as diferentes experiências de formação dos nossos regionais;

• Aproveitar os recursos tecnológicos, como cursos à distância;

Fortalecer os centros de formação já existentes (Instituto Pastoral Regional - IPAR, Instituto Regional para a Formação Presbiteral – IRFP, Instituto de Teologia, Pastoral e Ensino Superior - ITEPES, Faculdade Católica de Rondônia, Centro de Cultura e Formação Cristã –CCFC, Faculdade Diocesana São José – (FADISI);

• Promover o intercâmbio entre Institutos, casas de formação e escolas de lideranças;

• Criar equipes itinerantes de formação;

• Estimular planos de formação integral, processual e inculturada;

• Formar presbíteros despojados, simples que não busquem auto-promoção, que sejam missionários em maior sintonia e contato com as comunidades;

• Formar Diáconos Permanentes considerando as orientações da CNBB;

• Criar um Instituto de Pastoral para o Noroeste;

• Realizar experiências missionárias com os seminaristas, religiosos e leigos;

• Fortalecer as escolas de fé e cidadania, bíblicas e teologicas nas dioceses e prelazias.

4) Opção pela evangelização da juventude

• Fortalecer as diversas expressões da juventude (grupos, PJs, movimentos);

• Apoiar o setor juventude como articulador da Pastoral Juvenil em nossas dioceses e prelazias;

• Articular a Pastoral Juvenil com Pastoral da Educação e Universitária;

• Preparar pessoas para o acompanhamento dos jovens;

• Ajudar na formação de professores católicos para o ensino religioso.

5) Sustentabilidade econômica

• Melhorar e motivar a pastoral do dízimo como instrumento principal de auto-sustentação;

• Assumir a Campanha de Solidariedade e Partilha de todas as Igrejas do Brasil em vista da formação de seminaristas;

• Reforçar as Campanhas de Evangelização, CF e Missionária;

Conclusão

Eu vos disse estas coisas para que, em mim, tenhais paz.
No mundo tereis aflições, mas tende coragem!
Eu venci o mundo. (Jo 16,33)

Somos uma Igreja encarnada que peregrina na história humana. A partir do nosso chão amazônico renovamos o compromisso de partilhar "as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens e mulheres de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem" (cf. GS 1). Cada vez mais percebemos a urgência de sermos sinais da novidade evangélica, muitas vezes impelidos a andar na contramão do que convencionalmente é aceito; na rejeição das alianças com qualquer tipo de poder que oprima e comprometa a liberdade dos filhos filhas de Deus. O importante, para nós, é manter a fidelidade no seguimento a Jesus Cristo e ao seu projeto de vida nova.

A profecia nos impele a apresentar a Boa Nova de Jesus como alternativa diante de uma sociedade de consumo. À economia do mercado, dominada pela ganância do capital, respondemos com a busca de uma economia solidária e fraterna. Aos encantos do sucesso e das aparências, respondemos com a simplicidade e a beleza do nosso povo, mistura de indígenas e de migrantes. À tentação de uma religiosidade individualista, alienante e triunfalista, fundada na prosperidade egoísta, respondemos com a proposta das pequenas comunidades e do seguimento de Jesus, no caminho da iniciação cristã, que se expressa também por meio de nossas devoções, procissões, romarias e círios.

As nossas festas religiosas são frutos da ação do Espírito Santo no coração dos pequenos e são alimentadas pela sabedoria popular, pelas tradições seculares e pelo testemunho de tantos irmãos e irmãs

que construíram catedrais, igrejas e capelas nas cidades, nas margens dos rios e das estradas, verdadeiros desbravadores e evangelizadores desta imensa Amazônia. Contemplamos a grandeza de Deus que se revela no agir dos pobres.

No caminho de "Santarém", novamente nos lançamos nas estradas e rios, nas aldeias e quilombos, nos interiores e periferias das cidades desta imensa Amazônia, abraçando a Missão que nos foi confiada, comprometidos com toda a criação e na busca de sermos autênticas comunidades de fé alimentadas pela Palavra e pela Eucaristia. Nesta hora histórica, o nosso coração, às vezes se angustia com tantas dificuldades, aparentemente insuperáveis, que nos desafiam. No entanto, continuamos a ser chamados e enviados como missionários e profetas para alimentar a esperança de um mundo novo "germe e início" aqui na terra (cf. LG 5) do Reino da santidade e da graça, da verdade e da vida, da justiça, do amor e da paz (cf. prefácio Festa de Cristo Rei). Este, e somente este, é o Reino de Jesus Cristo, "o mesmo ontem, hoje e sempre" (Hb 13,8).

Confiamos na proteção de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira da Amazônia. A exemplo dos nossos pastores no Encontro de Santarém, pedimos: "a mão de Cristo que aponta para nós não nos censure as imperfeições e infidelidades, mas ao contrário, nos anime e nos ampare, nos fortaleça e nos auxilie, apontando as melhores soluções para sermos dignos evangelizadores no momento histórico que vivemos (Doc. Santarém 1972).

DOCUMENTOS ORGÂNICOS

Programa especial para a região Amazônica

Elementos para uma proposta a assentamentos do MST, acumulados para o Plano Nacional de Reforma Agrária

1. Combate ao latifúndio na Amazônia

É necessário considerar que o nosso conceito de "Latifúndio na Amazônia" incluiu, além do domínio sobre vastas extensões territoriais, exploração do subsolo, o controle da biodiversidade, dos recursos naturais, renováveis e não renováveis e tudo o que diz respeito ao ecossistema amazônico.

• Expropriação de todas as terras de fazendas e de projetos devastadores, de utilização do trabalho escravo, cultivo de psicotrópicos, ou que tenham sido palco de agressão aos direitos humanos da pessoa e do meio ambiente.

• Rever toda legislação que diz respeito à utilização do solo e do subsolo em especial a que dá concessão de uso às multinacionais e sua expropriação para fins de Reforma Agrária.

2. Sobre o uso das terras da Região Amazônica

• Soberania popular sobre a Amazônia, como Região Estratégica para a nação brasileira;

• Rever os contatos e processos existentes com o capital estratégico, referentes à utilização do território amazônico;

• Ter como referência o Zoneamento Agro-ambiental para definição do tamanho do modulo mínimo de terra por família assentada na região;

• Rever toda legislação fundiária atual, que coloque em risco a soberania brasileira sobre o território amazônico;

• Cancelar todas as leis de patentes e de cultivares que implicam em perca da soberania nacional sobre a biodiversidade da Amazônia;

• Combater a monocultura extensiva (soja, eucalipto,...) por considerar danosa ao equilíbrio do ecossistema amazônico e à sociedade.

3. Organização Social e Infra-Estrutura

• Respeitar a diversidade de formas organizativas regionais, ética e cultural da população amazônica;

• Capacitar o INCRA com recursos para viabilizar os investimentos sociais de acordo com as necessidades das famílias assentadas, sendo que as mesmas devem participar de modo efetivo do planejamento desses investimentos (saúde, estradas, pontes, armazéns,...);

• Criação de um departamento especial do órgão responsável - INCRA - para acompanhamento da construção de habitações populares nos assentamentos, para possibilitar a capacitação de pessoal e para execução de obras públicas;

• Promover espaços de formação e capacitação para a educação agro ambiental.

4. Organização da Produção

• Estimular as diversas formas de cooperação tradicionais (mutirão, troca...) existentes;

• Impulsionar a criação de organizações associativas e cooperativas de produção, comercialização e consumo;

• Impulsionar formas de atividades não agrícolas que possibilitem a utilização de recursos naturais renováveis (artesanatos, etc.);

• Estimular a agro-industrialização a partir da descentralização de pequenas unidades de beneficiamentos de produtos da cultura regional;

• Estimular a produção extrativista em áreas de assentamento: açaí, castanha, cupuaçu, coco babaçu, e outras essências florestais;

• Combater a pobreza nos assentamentos, estimulando a produção de alimentos para o autoconsumo, através de um Programa Especial de incentivo à produção para esses fins.

5. Ações para Assentamentos

• Criar assentamentos agro-ambientais;

• Ter como referência produtiva a agroecologia e o sistema agroflorestal;

• Fazer um amplo programa de recuperação de áreas degradadas, através da recuperação de solo de reflorestamento;

• Criar linhas especiais de créditos subsidiadas para a Amazônia, com prazos compatíveis com atividades agroecológicas;

• Desenvolver um programa de educação dentro de uma nova matriz produtiva;

• Buscar junto com outros setores populares do campo, uma nova matriz energética, que respeite a biodiversidade e as características sócio culturais das populações amazônicas;

• Combater a minifundização das áreas de Reforma Agrária: respeitando o modulo mínimo de acordo com o estatuto da terra; reassentar famílias excedentes de áreas de assentamentos;

• Credito especial para o capital de giro orientado para viabilizar a comercialização de áreas de assentamentos de reforma agrária;

• Alterar as normas de crédito existentes que possibilitem o financiamento de atividades como: banco de sementes, preservação, recuperação de solo, construção de viveiros, etc.

6. Mudar a matriz tecnológica e produtiva

• Adoção de técnicas agroecologicas (SAFs, sistemas agroflorestais, recuperação da fertilidade do solo, aproveitamento dos recursos naturais renováveis, etc);

• Organizar bancos de sementes;

• Crédito para o incentivo à preservação, e a recuperação de áreas degradadas;

• Adoção de novas tecnologias adaptadas à realidade amazônica.

7. Estudo/ Pesquisa/ Capacitação

• Estimular, através de programas, o estudo e a pesquisa de temas sobre a agricultura e a reforma agrária na Amazônia através das instituições públicas de ensino (Universidades) e de pesquisa (EMBRAPA);

• Orientar a formação, capacitação de profissionais em áreas do conhecimento para o acompanhamento das demandas dos assentamentos de reforma agrária na Amazônia;

• Criar em parceria com os movimentos sociais do campo e instituições de ensino público, um amplo programa de capacitação

de técnicos em agropecuária e meio ambiente, como agentes locais de desenvolvimento nas áreas de assentamentos de reforma agrária;

• Criar cursos em nível médio e superior, orientados para as características da região amazônica;

• Propor junto a outros setores, uma política de educação para a Amazônia, que levem em conta as características históricas, culturais e antropológicas, com respeito a essa identidade.

São Luis, Fevereiro de 2003
Grupo de Estudos agrários
Regional Amazônica

Relatório de viagem à cidade de Santarém, oeste do Pará.[30] 10 a 20 de maio de 2004

Nós ainda não somos um povo vencido, nunca seremos!
Francisco Tupinambá

Objetivos da viagem

a) Estabelecer um sistema de contatos políticos, e sobretudo conceber uma análise do perfil das organizações da região, sendo elas; Fundações, Ong´s, Pastorais Sociais e Sindicatos, Organizações Camponesas e Indígenas.

b) Identificar os níveis de compressão política da luta de classes na Amazônia.

c) Perceber o nível de unidade das organizações e o projeto político estratégico e suas formas de lutas.

d) Perceber os níveis de enfrentamento e o comportamento das lideranças e dos quadros das organizações.

e) Buscar nos articularmos conjuntamente.

Introdução

O MST do Pará tem buscado, através da reflexão, entender as dinâmicas de atuação do capital na região. Sendo assim, entende que a nova questão agrária na Amazônia é resultado da imposição e incorporação aos interesses das empresas e dos projetos de expansão a sua biodiversidade. O conflito muda de qualidade, o aspecto da reflexão e ação não é apenas o latifúndio, o inimigo cada vez mais

[30] Viagem empreendida por Izabel Rodrigues, Francisco Moura (Tito) e Charles Trocate, a convite do Frei Florêncio e do CITA, Conselho Indigenista Tapajós Arapiuns.

central a ser enfrentado é o imperialismo e sua dominação ideológica, ao que exige métodos e táticas de lutas cada vez mais amplas e unitárias em toda a região.

A viagem à região de Santarém, que é a principal cidade do oeste paraense (política e economicamente) espaço territorial reservado sob a tutela das imposições internacionais para a prática do agronegócio fortemente aceito pela burguesia local, vão impondo à região mais um castigo de proporções inimagináveis. A viagem e os contatos estabelecidos representaram em grande medida atestarmos essas novas características do atual momento, por um lado, marcado pela perca da soberania brasileira sobre a Amazônia em seus diferentes níveis e o forte impacto sobre as populações originárias que sem proteção jurídica do estado Brasileiro e sem unidade de ação, vacilam às táticas do inimigo.

1. Questões Centrais

a) A região vem sendo historicamente sitiada por grandes projetos (agora numa nova fase) que na sua ofensiva vão instituindo sua própria legislação, político, econômico e ambiental, criando impactos agrários e trabalhistas sobre as populações indígenas, trabalhadores rurais e ribeirinhos.

b) A ideologia do "progresso rápido" impõe sobre a sociedade local perca da identidade e da soberania sobre o espaço territorial (hábitos, saberes e mecanismos de autoproteção e defesa) gerando assim uma consciência protelada aos interesses externos.

c) Há um número considerável de Ong´s que atuam de forma exemplar na região, formulando e disseminando objetos de participação que anulam o embate ao inimigo principal, este, ao contrário, as financia. As novas igrejas protestantes representam este poder em toda a região.

d) Do sindicalismo combativo do final da década de 80 (os lamparinas) hoje encontramos um movimento Camponês em profundo descenso, os pequenos agricultores interrompidos pela reconcentração fundiária e a perca do imaginário das lutas sociais.

e) Ainda que profundamente sozinhos, os indígenas são a este momento, os que melhor têm analisado e ensaiado um sentido de luta, nos últimos sete (7) anos buscaram construir uma organização capaz de aglutinar, recriar a identidade política e a unidade e estabelecer formas de lutas, como prejuízo histórico (não dominam uma teoria política organizativa) possuem poucas lideranças e dificuldades de conceber táticas de enfrentamentos fora do alcance do inimigo.

2. Limites das organizações (a nosso ver)

Pelo que ouvimos e conversamos o momento na região é extremamente confuso não há maturidade política o suficiente para alterar a correlação de força, há certo esvaziamento ideológico das questões centrais.

Há muitos ensaios de organizações sociais, porem presos ao debate de um projeto para a "Amazônia" profundamente débil na idéia e sem força política decisiva na sociedade. Há no entanto militantes populares em diversos níveis que expressam uma clareza política do momento e começam a propagar e a organizar as tarefas ainda que em nível apenas conjuntural. Com esses buscamos conversar!

a) Há muitas ong´s, muitos assessores que impedem o surgimento das lideranças populares.

b) No geral falta clareza em conceber o inimigo clássico, o capital, o latifúndio!

c) As alternativas estão limitadas, a tática é insuficiente diante da capacidade de cooptação e esmagamento do inimigo.

d) Há limitações no trabalho de base, no método.

3. A nossa atuação

Inicialmente nos aproximamos dos indígenas, (onde tem o maior potencial de luta) participamos das suas reuniões e fizemos análise política da conjuntura e aos pouco foi ficando mais claro o que fazer. No geral todos conhecem o MST e aprovam nossas formas e táticas de luta manifestaram profundo interesse em se articular com o MST.

Os Indígenas estão articulados pelo CITA (Conselho indigenista Tapajós Arapiuns, e o GCI Grupo Consciência Indígena) Eles mobilizam o universo de dez mil indígenas organizados em 45 comunidades ao logo dois rios Tapajós e Arapiuns. A comunidade mais próxima deles é duas horas de barco da cidade de Santarém e as mais longe três dias.

Nas reuniões, tinham entorno de 40 caciques ou lideranças como são chamados e um grupo significativo de índios jovens, futuras lideranças do movimento ao que se percebeu profundamente responsáveis, todos entusiasmados e querendo estudar teoria política nos cursos do MST.

4. São vários os seus problemas como indígenas

a) As terras das reservas só poderão ser demarcadas pelo Estado se os índios que a reivindicam forem submetidos a um estudo antropológico pelos funcionários da FUNAI.

b) Há um ataque à identidade indígena que passa agora por um estudo antropológico, caso a comunidade seja considerada não índia, perde o direito do uso fruto da terra, passando agora para o Estado e consequentemente para o saque das madeireiras etc... Os principais requerentes.

c) Sofrem com o autoritarismo e o descaso das instituições; Funai, Funasa, Ibama e Incra, estes verdadeiros aliados do capital.

d) Sérios problemas com as prefeituras na questão de uma educação diferenciada.

e) Violência e ameaça de morte por parte das empresas madeireiras e dos sojeiros, os “gaúchos” como são conhecidos. Porque algumas comunidades começaram a fazer autodemarcação de suas terras.

5. Entendimentos e tarefas

As questões aqui colocadas ajudam melhor situarmos em que nível deve ser a nossa intervenção organizada na região.

a) Na organização indígena, desenvolver a formação política e ideológica, organizar o método e trabalhar a mobilização.

b) Ir construindo um programa pela Via Campesina que dê unidade aos indígenas e ao campesinato em geral.

c) Devido à complexidade da região, precisamos estudar e encaminhar uma brigada de quadros políticos para o trabalho que será intenso. Mas a questão da distância implica na decisão e nos nomes. O que faremos na próxima reunião da DE.

Obs: Outros encaminhamentos para os deslocamentos já estão sendo feitos, casas, estrutura e etc...

Charles Trocate
Marabá, 22 de maio de 2004

Seminário de formação de quadros da Via Campesina/ Amazônica

Inicio essa pequena carta aos companheiros e companheiras para destacar algumas ideias sobre esse momento de organização e articulação e principalmente sugerir o quanto é importante esse Seminário de Formação de Quadros dias 14 e 15 de agosto, que está se articulando.

Por isso:

1. O que fizemos até aqui não pode ser visto de forma isolada do momento que vivem nossas organizações, nem tão pouco menosprezada do ponto de vista político e pedagógico. Por quê? Porque estamos fundando um novo bloco histórico de organizações Camponesas na Amazônia, basta olhar o que nos propomos fazer, e o conjunto de tarefas que devemos executar para também reformular no seu estrito sentido, nossos princípios, nossos métodos e nossas formas de lutas.

2. Um novo bloco histórico (se estou certo de chamar assim) não surgirá do nada, muito menos do idealismo de uns, do subjetivismo de outros e tal, o surgimento do novo bloco histórico deve ser a combinação de fatores, deverá haver terreno para o seu desenvolvimento, mas, sobretudo formulação teórica, analítica, o que já estamos chamando de 'projeto de análise', que seja ao mesmo tempo expressão da nossa capacidade de olhar adiante, na frente, de vislumbrar o que devemos ir fazendo primeiro e etc... É esta análise que nos submete a uma segunda questão, de que tipo de organização e unidade de ação devemos esforçar-nos para criar.

3. A unidade de ação deve ser fruto de uma meta síntese, do que queremos no fazer imediato e também ter ressonância num plano estratégico. Sou de antemão muito otimista, na perspectiva política que conseguimos abrir, que fizemos surgir, dada a nossa capacidade

de diálogo, de entendimentos com o qual estamos encarando todo esse processo.

4. No plano mais imediato fomos formulando quatro grandes desafios, eles são exigências históricas e que, portanto, não podem ser negligenciados, devem ter prioridades nas organizações se o que diagnosticamos expressa também uma necessidade concreta. Dos quatro desafios que já expressamos em outras análises, o da formação de quadros ganha relevância, tem importância vital, porque significa construir perspectivas na educação política dos nossos militantes e dirigentes, mas, sobretudo, construir métodos que nos permitam desvendar e transformar a nossa realidade, tão complexa e diversa.

5. Por que fazer formação de quadros? Por que construir um programa mínimo de formação de quadros na Amazônia? São perguntas que fomos ajuizando nas nossas ideias até planejarmos esse seminário que se converte numa atividade importante, sobre várias perspectivas que procuraremos responder com ele.

6. Primeiro, ainda que seja a essa altura apenas um sentimento pessoal, respeitando todas as organizações presentes na Amazônia, parece que teremos no melhor sentido, realizarmos uma experiência de luta, de ações políticas contra o capital que soem como atos políticos e pedagógicos para os pobres na Amazônia. Ainda que precariamente, penso assim, - quem estiver mais lúcido na conjuntura política, no momento histórico, sempre carregará a parte mais pesada do piano.

7. O seminário representa exatamente um fechamento de ciclo ou de um período dos nossos debates na articulação da Via Campesina Pará e a abertura de um novo processo, que deve ser o da materialização, da ação organizada no sentido de responder e interagir com a pergunta que fizemos anteriormente. Teremos nós tempo e condições de formar um militante, um dirigente, quadro político com a dimensão da luta que a Amazônia necessita? Eis ai o que o

seminário procurará responder e organizar, e devemos fazer de forma conjunta, na preparação das ações de formação e que estimule uma reorganização dos processos de luta e resistência.

8. Por último, as condições de realização do seminário não são das melhores, -não estamos em tempos de vacas gordas- mas também não são das piores. Chamo atenção para olharmos com cuidado o que nos propomos a fazer para não sermos incoerentes com o processo já em curso. Os assessores Marildo Menegat, Adelar João Pizeta e Gilmar Mauro, Birá e Aluízio Leal, já estão confirmados, e o local do seminário será em Belém, na Escola Selesiana do Trabalho. As passagens já estão encaminhadas, mas nos ajudarmos nessa hora é atitude importante, primeiro articulando os dirigentes de cada organização, temos que preencher a nossa cota por organização, segundo, construindo as condições, na animação e na seriedade para cumprir o que decidimos.

Abraços,
Charles Trocate
São Paulo, 9 de agosto de 2006

Assembleia dos Movimentos Sociais da Amazônia

Estimados companheiros e companheiras.

A carta circular que escrevemos a vocês é fruto de uma reflexão coletiva de um conjunto de organizações que hoje compõem a Via Campesina Pará, Tocantins e Maranhão.

Escrevemos para juntos propormos um espaço de debate e reflexão mais amplo do que esse por nós vivenciado nesse último período que é a construção da Via Campesina no Pará, Maranhão e Tocantins. Estamos avançando na compreensão dos desafios e no estímulo organizativo que as lutas devem ter, como forma de politizar a questão da Amazônia e os desafios atuais a serem enfrentados por cada organização.

Sobretudo queremos sugerir uma metodologia de trabalho organizativo para o ano de 2.008 como um esforço conjunto para a realização da Assembleia dos Movimentos Sociais da Amazônia. Um espaço de debate e deliberação que extrapole o que já estamos construindo em nossos estados e em nossas organizações.

Que seja um espaço da diversidade Amazônica, político, étnico e cultural, mas seja também um espaço da construção da unidade e da formulação das lutas. A rigor, o inimigo é único em todas as partes, possui diversas características, mas o projeto de dominação é o mesmo.

O nosso entendimento é que as Assembleias ajudarão a compreender os dilemas enfrentados na organização da luta dos trabalhadores frente aos inimigos centrais que hoje atuam deliberadamente no esmagamento dos interesses dos trabalhadores e da biodiversidade da região. Estão se tornando hegemônicas políticas e práticas de saque pelos governos e pela força brutal do capitalismo selvagem e imperialista em marcha na Amazônia.

Como também as Assembleias ampliarão através do debate e reflexão, o sentido da luta nesse momento conjuntural que estimule uma ofensiva, debatida e organizada em todos os níveis. A luta da terra, da água, da floresta e da sociedade em geral.

Certamente um segundo elemento que nos alertou para essa possibilidade é a realização do Fórum Social Mundial e a Realização do Fórum Social Pan Amazônico em Belém do Pará em janeiro de 2.009, daí, nossa preocupação de nos mobilizarmos para construirmos uma linha de enfrentamentos, hoje ignorados por amplos setores da sociedade.

Temos como preferência reunir diversas organizações, Fóruns específicos, localizados ou não. Dirigentes, intelectuais militantes homens e mulheres e etc... que pautam suas lutas e tarefas no enfrentamento concreto, diário, ao modelo dos grandes projetos e do capital imperialista na região.

O esforço que iremos fazer é impulsionar um espaço para aprofundarmos a análise política e a construção da estratégia e táticas coletivas. A esse espaço estamos chamando "Assembleia dos Movimentos Sociais da Amazônia" para irmos acumulando para além do Fórum Social Mundial que ocorrerá em 2.009 na nossa região.

1. Entendimentos imediatos

O nosso cuidado primeiramente foi de formular uma linha de raciocínio, em que pudéssemos responder duas perguntas fundamentais: o que é a Amazônia para os Amazônidas? E que tarefas políticas devem desenvolver de forma permanente, a sociedade e os movimentos sociais da Amazônia?

Dessas perguntas e outras tantas questões colocadas pelo padrão da luta política nessa região nos ajudarão a formular os desafios mais imediatos. A necessidade de construirmos um projeto de análise

coletiva, do que somos e representamos; Onde estamos e quais são os bloqueios políticos que nos impedem de avançar na formulação teórica e construção de táticas de lutas que responda o atual nível de enfrentamento político e jurídico na região.

Em síntese, formulamos essas questões como ponto de partida:

• Toda luta política na Amazônia, independentemente da nossa vontade, se transformará numa luta antiimperialista, o modelo de desenvolvimento agrário, mineral exportador hegemonizado pelo grande capital não permitirá o avanço de outra pauta, de outro modelo de desenvolvimento econômico, político e social.

• As diversas frentes desse modelo, a pecuária, a soja, a madeira, o mineral, siderúrgica e hidro negócio estão impondo um novo comportamento jurídico sobre a região. Alimentam a ideia de que são a direção moral política e intelectual desse novo ciclo econômico da Amazônia.

• Que parte significativa da sociedade amazônida está cooptada e embrutecida por esse novo ciclo de desenvolvimento. Imobilizada por não portar uma visão utópica de si mesma, alienada do que poderia ser.

• E por último, em marcos mais gerais, é que o campesinato, entendendo suas diversas vertentes, indígena, quilombola, ribeirinha e etc foram rebaixados da luta política, pelo excessivo grau de violência que sofreram. Ou porque suas organizações, suas táticas de lutas foram alcançadas pelo estado ou porque se retiraram do conflito, opcionado ou não.

Os camponeses, na sua ação política cotidiana, construíram com esforço e desprendimento enorme, suas organizações sindicais, suas federações e etc, assistiram nesse último período essas organizações passarem da negação do inimigo ao consentimento do inimigo.

A natureza institucional que essas organizações foram assumindo, de luta coorporativa e economicista, freou o projeto político

emancipador, deixando-os órfãos no terreno do enfrentamento. Isso fez com que a burguesia agrária dessa região aliada ao capital impusessem-lhes sucessivas derrotas, rebaixando-os da centralidade da luta política da Amazônia.

2. Entendimentos em curto prazo

Nessa perspectiva, a análise que estamos formulando é que a nossa tarefa principal nesse novo período histórico *é* formar um novo bloco histórico de organizações camponesas na Amazônia. Um novo bloco histórico pressupõe a organização de três questões: a) Unidade de análise histórica e conjuntural; b) Unidade nas linhas políticas e de ação; c) Princípio de ação – que toda a luta produza conquistas econômicas, culturais e sociais, que produza organização da classe trabalhadora e acúmulo de força política para o projeto de sociedade que queremos construir.

Porém, não se trata de travar lutas ideológicas e metodológicas com outras organizações camponesas, indígenas, quilombolas e ribeirinhos, partimos do princípio que é necessário fugir a esse preceito, porque estamos em um vasto território geográfico e político e que estamos fundamentando uma tática e uma estratégia já negada por determinados grupos e organizações.

Pra que serve um novo bloco histórico? Para disputar a centralidade da política, com lutas e uma nova concepção de desenvolvimento político, econômico e social na nossa região. O outro bloco histórico formado anteriormente e que hegemonizou a luta camponesa nessa região não tem mais disponibilidade para continuar o processo. Acham inclusive que já cumpriram sua missão histórica.

O novo bloco histórico que se propõe, tem a tarefa de estimular uma análise política e histórica da nossa região e inaugurar novas formas de lutas. O esforço de gerirmos a construção desse espaço de debates e encaminhamentos que é a Assembleia dos Movimentos Sociais da Amazônia

vem da clareza de que não podemos avançar sozinhos e mais do que em outros momentos as condições estão dadas. Percebe-se a disponibilidade das organizações e seus dirigentes, a clareza do nível de enfrentamento, por fim, o momento histórico conjuntural que estamos vivendo.

3. Métodos da assembleia dos movimentos sociais da Amazônia

Olhando nossa região, a Amazônia Brasileira, percebemos as distâncias que possuímos mais claramente, por isso estamos estimulando um calendário de reuniões primeiramente regionais e depois uma data para a realização da grande assembleia. As reuniões regionais têm a tarefa de estimular reflexões e encaminhamentos políticos. Por isso, construímos os seguintes objetivos e aprofundamentos dos desafios.

Objetivos:

• Cada assembleia regional tem que ser massiva (em torno de 300 participantes).

• Representativa das organizações das diversas regiões.

• Que estimule a análise política e encaminhamentos concretos das lutas.

Desafios:

• O desafio da territorialização das organizações.

• O desafio da organicidade das organizações, das novas formas de lutas.

• O desafio da formação de quadros, dirigentes e militantes, para fazer avançar a luta política.

• O desafio das lutas em defesa da Amazônia por outro modelo de desenvolvimento econômico e social.

O calendário de reuniões que definimos segue a lógica das grandes regiões; a primeira reunião será em Imperatriz do Maranhão de 22 a 24 de fevereiro de 2.008, participarão as organizações do Sul e Sudeste e Nordeste do Pará, Tocantins e o Maranhão. A segunda reunião será em

Santarém de 25 a 27 de abril de 2.008; participarão as organizações do Baixo-amazonas, Transamazônica e do Estado do Amazonas. A terceira reunião será em Rondônia de 27 a 29 de junho de 2.008, participarão as organizações de Rondônia, Acre, Roraima e Amazonas e Mato Grosso.

E por último a grande Assembleia dos Movimentos Sociais da Amazônia com (500 participantes) em Belém de 28 a 30 de novembro de 2008, que será resultado dos debates anteriores nas regiões.

Observações:

Em cada região, as organizações locais têm a tarefa de assumir a construção das Assembleias, a infraestrutura e todo o material pedagógico. Um coletivo de dirigentes e militantes acompanharão todas as Assembleias regionais, como forma de ajudar a dar organicidade aos debates e os encaminhamentos gerais de cada assembleia regional.

Esperamos sinceramente que com essas ideias expostas possam avançar na construção dessa jornada de debate, que julgamos importante para a articulação da luta política na nossa região.

Contra o Imperialismo; Soberania Popular na Amazônia!

Marabá 15 de novembro de 2007

Charles Trocate MST/PA
Elias Araújo MST/MA
Inês Andrade MST/TO
Silvio Cardoso MPA/PA
Ana Laide MPA/PA
Rogerio Hohn MAB/PA
Daiane Hohn MAB/PA
Airton Pereira CPT/PA
Raimundo Gomes CEPASP/PA
Luiz Rodrigues CIMI/PA

IALA Amazônico – Projeto camponês de construção permanente!

Apresentação

As ideias que ora apresentamos é fruto das reflexões realizadas no âmbito da experiência do curso de especialização do IALA Amazônico (2011-2012) e do seminário "Relação Universidade e Movimentos Sociais na construção do pensamento crítico na Pan Amazônia" realizado de 28/11 a 01/12/2012.

Objetiva fomentar novas reflexões numa perspectiva de aprofundar os elementos expostos e, sobretudo, indicar os desafios coletivos de construção do IALA Amazônico.

1. Contexto de formação do IALA Amazônico

• Nasce em um período fecundo de articulação da Via Campesina no Pará, entendido como um período de densos processos de reflexão, de formação política da militância e de mobilizações que ora expressava o caráter reivindicatório de nossas Organizações ora indicava e denunciava os impactos do processo de expansão do capital em nossa região.

• É parte das experiências de escolas/institutos de agroecologia da Via Campesina internacional, fomentadas desde 2005 no âmbito da ALBA (Alternativa Bolivariana das Américas); portanto se insere na rede que engloba a ELAA (Paraná); IALA Paulo Freire (Venezuela) e o IALA Guarani (Paraguai).

• Constituiu-se em uma região que nutre uma relação histórica entre movimentos sociais do campo e sujeitos pesquisadores/professores da Universidade na consolidação de experiências de educação do

campo e que por essa razão – mesmo não estando completamente claro a que veio -, se somaram na construção do IALA Amazônico.

Apesar desse contexto que contribuiu para a formação do IALA Amazônico, vale apontar alguns elementos que limitaram o processo de desenvolvimento do mesmo, no qual destacamos:

a) Os limites da Via Campesina Pará incidiram diretamente na ausência de um espaço coletivo de reflexão, acompanhamento e de articulação dos demais Estados e até mesmo países que compõem o bioma Amazônico; centrando essa responsabilidade em poucos sujeitos.

b) As dificuldades de materialização da ALBA em uma perspectiva de ampla articulação de governos progressistas sul-americanos com setores organizados da sociedade (sobretudo do campo) limitou por incompreensões e por aspectos financeiros a consolidação das escolas/institutos de agroecologia, uma vez que em sua fase inicial o que mais se demandou foi condições para deslocamentos (estudantes e dirigentes para acompanhar os processos); para implantação das estruturas físicas para a formação e experimentações agrícolas com ênfase na agroecologia e para construir instrumentos de comunicação (produção de livros, cartilhas, boletins, página na internet, blog, dentre outros).

c) A dificuldade de aproximar a primeira experiência de formação do IALA Amazônico a sujeitos e regiões que compõem o bioma amazônico; desafiando-nos a sempre nos perguntar, uma vez que não encontramos nas demais experiências essa abrangência territorial, é possível, a partir do IALA, nos relacionar com tantas realidades dos Estados e países da Amazônia?

2. O IALA Amazônico e os desafios para sua consolidação

As reflexões produzidas em distintos momentos de construção do IALA Amazônico, nos apontou que o mesmo é: a) um espaço de

articulação da Via Campesina e demais sujeitos/Organizações que atuam em distintos espaços e vivem processos de lutas e resistência na Pan Amazônia; b) sem abdicar dos processos de formação política e ideológica, é um espaço de escolarização/profissionalização em agroecologia dos camponeses organizados; c) É um espaço de produção de novos conhecimentos que eleve as condições dos sujeitos em luta e que supere as atuais relações capitalistas.

Neste sentido, para dar conta dos elementos explicitados acima, o IALA Amazônico:

a) Deverá aglutinar diferentes sujeitos e experiências que estão nos movimentos sociais da Via Campesina, nas universidades e pesquisadores independentes, mas que comungam de uma mesma perspectiva contra-hegemônica;

b) Deverá experimentar práticas agrícolas/agroecológicas no e para além do espaço físico do IALA Amazônico, potencializando o diálogo com os saberes acumulados historicamente, com as tecnologias produzidas e com as pesquisas científicas no sentido de estabelecer as bases do projeto que queremos;

c) Com base nas experiências e não em conjecturas, deverá produzir materiais que sirvam de instrumento irradiador de novos conceitos, de novas técnicas, de múltiplas práticas que seja capaz de revolucionar o que está posto como verdade ou como dúvida propositalque nada acumula em nossa sociedade;

d) Deverá expressar os valores humanistas, ecológicos e socialistas que defendemos o que implica repensar: *1.No âmbito dos cursos:* os currículos, as metodologias, as parcerias, as pesquisas, os apoios financeiros em um esforço de romper com certas tendências absolutas e potencializar o diálogo com os sujeitos; *2. No âmbito da Via Campesina internacional/pan amazônica:* Ir além dos limites financeiros, construindo conexões/Intercâmbio com as distintas experiências dos IALAS/ELAA envolvendo sobretudo nossa juventude (para estudar e

para se inserir nas brigadas de cada escola/instituto). *3. No âmbito do IALA Amazônico:* Seguir em sua construção por meio da consolidação de uma brigada (que não seja a expressão de apenas uma Organização, que tenha gosto pelo estudo, pelo trabalho, gosto pelo diálogo e pertença ao projeto revolucionário da classe trabalhadora); na relação com o Assentamento Palmares II (tornando-se referência em práticas e conhecimentos agroecológicos) e; na construção da estrutura física levar em conta os elementos estéticos; a acessibilidade aos portadores de deficiência física/mental e; os princípios permaculturais/sustentáveis, dando em grande medida todo o charme amazônico.

Diante dos elementos que foram acumulados, nos indagamos das tarefas futuras e a necessidade de irmos estabelecendo nosso planejamento que dê em responder: Para que queremos o IALA Amazônico? Para quem? E que conhecimento?

17 de janeiro de 2013.
IALA Amazônico/Assentamento Palmares II-

Desafios atuais na construção do IALA-Amazônico[31]

Subsídio para debate

Apresentação

Neste ano de 2014 o IALA Amazônico entrará em seu terceiro ano de atividades de formação e de produção. Ao longo desse período 600 pessoas de 08 países, representando 30 Organizações e Instituições participaram de reuniões, encontros, cursos, seminários e trabalhos voluntários de produção agrícola.

Essas práticas foram decisivas para consolidar um coletivo de profissionais militantes encarregados em acompanhar e desenvolver essas ações e, para transformar o espaço físico, estético e produtivo do IALA Amazônico. Mas, fundamentalmente foi decisivo para colocar o IALA Amazônico no cenário regional e pan amazônico e nas reflexões das Organizações sociais da Via Campesina e Instituições parceiras.

Neste processo muitas idéias foram debatidas e algumas foram sistematizadas. No entanto, a sistematização se coloca como desafio a ser encarado para melhor seguirmos na construção do IALA Amazônico. Esse subsídio surge com essa intenção: recolher o conjunto de debates acerca do IALA Amazônico, no esforço de apresentarmos o que acumulamos nestes três anos e, elencar os desafios colocados para o momento atual. Não pretende esgotar essas reflexões, ao contrário, propõe instigar novas idéias e, conseqüentemente envolver novos sujeitos neste projeto que já é realidade e que veio contribuir

[31] Subsidio preparado pela Brigada Permanente do IALA-Amazônico, Mamede de Oliveira.

na elevação das condições de vida dos sujeitos em processos de lutas e resistência na Pan Amazônia.

1. Contexto de formação do IALA Amazônico

O IALA Amazônico se insere na estratégia desenhada pela Via Campesina Sul Americana em criar uma rede de escolas ou institutos de agroecologia. A primeira experiência foi construída em 2005 a ELAA (no Paraná), em 2006 o IALA Paulo Freire (na Venezuela), e em 2008 e 2009 respectivamente o IALA Guarani (no Paraguai) e o IALA Amazônico (no Pará).

Compreendido nos moldes de uma "universidade dos camponeses" essa rede de escolas e institutos teriam que desenvolver na Via Campesina processos de educação de caráter formal e não-formal em agroecologia; visto que para a Via Campesina a agroecologia é compreendida a partir de dois aspectos fundamentais: o enfoque na busca de soluções na escala dos sistemas de produção familiares e dos sistemas técnicos locais e, na luta pela hegemonia de um projeto de desenvolvimento popular e emancipatório que enfrenta forte oposição de outros projetos de desenvolvimento articulados pelas forças do Capital em escala regional, nacional e mundial.

Além dessa questão mais geral que contextualiza a criação da rede de escolas/institutos de agroecologia da Via Campesina Sul Americana, dois outros elementos contribuíram para a formação do IALA no contexto Amazônico: um é o aspecto político e organizativo e outro é o pedagógico e metodológico.

No que tange ao *aspecto político e organizativo*, o IALA Amazônico é resultado de um período fecundo de articulação da Via Campesina no Pará, que desde início dos anos 2000 estabeleceu densos processos de reflexão, de formação política e ideológica da militância, de lutas e mobilizações, para fundar um "novo bloco de

organizações camponesas". Por que razão constituir a Via Campesina na Amazônia paraense e buscar ampliar para as outras Amazônias?

A principal razão estava em estimular uma análise coletiva da sociedade amazônica. Essa análise permitiu construir um entendimento que a Amazônia está na mira dos interesses nacionais e internacionais do Capital e que no estágio neo-desenvolvimentista tem "imposto a espoliação, a mercantilização da natureza e a destituição de direito das sociedades nativas". O Estado é tido como um dos principais aliados e, em nome desses interesses, assume um papel de intolerância às reivindicações populares e o único cenário que se apresenta é o da "barbárie do Capital".

Por parte das forças populares a leitura não é das mais alentadoras. Não há espaço para as pautas progressistas. O Estado e a sociedade como um todo, absorveu a ideologia do desenvolvimento e do progresso e, os setores populares quando não cooptados pela ideologia do Capital enfrentam perseguições por meios jurídicos ou mesmo assassinatos. Levados ao limite pela falta de conquistas e impactados pelos desdobramentos da política agrária, agrícola e ambiental, E energetica setores camponeses assumem para si a programática eleitoral, rebaixando conseqüentemente a perspectiva de outro projeto.

Sobre o *aspecto pedagógico e metodológico,* o IALA Amazônico vem ao encontro do acúmulo do Movimento de educação do campo na região sul e sudeste do Pará, de relação histórica entre Movimentos sociais camponeses e pesquisadores/professores da Universidade na consolidação de experiências de educação do campo. Por meio dessa relação, foi possível construir o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFPA/Campus Rural em um Assentamento de reforma agrária[32] definindo colegiadamente um avançado projeto

[32] A Coordenação Estadual do MST/PA junto as famílias assentadas no

político e pedagógico e, desenvolver cursos visando elevar o nível de escolarização dos sujeitos do campo, fortalecendo dessa forma os princípios políticos e pedagógicos que norteiam o Movimento de educação do campo que é o de reconhecimento da luta e da organização camponesa, das práticas agrícolas com ênfase na agroecologia e de reconhecimento da especificidade do modo de vida camponês pela adoção de conteúdos e metodologias que leve em consideração essa realidade; agregando um novo elemento que é articular por meio da educação e formação os sujeitos envolvidos em outros processos de lutas de resistências na Pan Amazônia.

2. Objetivos do IALA Amazônico

Os processos educativos e as experiências produtivas contribuíram para criar momentos de reflexão coletiva acerca da finalidade de um instrumento como o IALA Amazônico. Portanto não vieram prontos, foram se construindo e em grande medida terão que ser elementos de reflexão permanente.

Neste sentido o IALA Amazônico:

• É um espaço de articulação da Via Campesina e demais sujeitos e Organizações que vivem processos de lutas e resistência na Pan Amazônia;

• É um espaço de formação e escolarização dos camponeses organizados, por meio dos cursos formais (níveis médio, graduação e pós-graduação), e não-formais (cursos livres, mutirões de trabalho voluntário e encontros de camponeses para trocas de experiências produtivas e organizativas).

---

assentamento 26 de março, doaram em 2009, 340 hectares de terra para a implementação da Escola Agrotécnica, Campus Rural de Marabá.

• É um espaço de produção de novos conhecimentos, por meio da convergência dos processos de ensino, pesquisa e extensão, capaz de elevar as condições dos sujeitos em luta e que supere as relações de subordinação Capitalistas.

No que tange aos objetivos específicos, destacamos:

• Deverá dialogar com diferentes sujeitos e experiências que estão atuando nos movimentos sociais da Via Campesina, nas universidades e nas Organizações ambientalistas, que comungam uma mesma perspectiva de fortalecer processos produtivos e sociais de organização dos camponeses na Pan Amazônia.

• Deverá experimentar práticas produtivas com ênfase na agroecologia no e para além do espaço físico do IALA Amazônico, assim como dialogar com as práticas sociais e produtivas desenvolvidas pelo acúmulo histórico dos camponeses na região amazônica;

• Deverá expressar os valores humanistas, ecológicos e socialistas o que implica pensar e recriar: *1.No âmbito dos cursos:* os currículos, as metodologias, as parcerias, as pesquisas e os apoios financeiros, primando por processos verdadeiramente emancipatórios; *2. No âmbito da Via Campesina Internacional e Pan- Amazônica:* Construir conexões/Intercâmbio com as distintas experiências dos IALAS/ELAA envolvendo, sobretudo a nossa juventude (para estudar e para se inserir nas brigadas de cada escola/instituto). *3. No âmbito do IALA Amazônico:* Seguir na construção político, pedagógico e produtivo, assumindo o desafio permanente de compor um coletivo de militantes que não seja a expressão de apenas uma Organização, que tenha gosto pelo estudo, pelo trabalho, pelo diálogo permanente com as famílias do Assentamento Palmares II que em um gesto de solidariedade de classe dispuseram a área que tornou realidade o IALA Amazônico.

3. Desafios

Retomando a idéia desse subsídio – apontar os desafios atuais do IALA Amazônico -, elencamos alguns elementos que foram aparecendo nessa construção e, que demanda serem encarados para dar passos mais seguros na construção do IALA Amazônico. Alguns diz respeito a própria brigada permanente do IALA Amazônico outros são para a Via Campesina nas relações políticas, organizativas, produtivas e formativas construídas em muitos espaços onde estão inseridos. São eles:

a) Diálogo permanente com os camponeses:

A tarefa do IALA Amazônico é massificar o movimento de agroecologia. É convencer os camponeses da possibilidade de desenvolver a agricultura sob outras bases que não seja a do pacote tecnológico da revolução verde da década de 1960. Aprendemos com a experiência da metodologia "camponês a camponês" que o camponês realiza quando ver na prática acontecendo. Neste sentido o desafio primeiro do IALA Amazônico é pensar processos de formação vinculados às práticas agroecológicas.

Seguimos acumulando que o IALA Amazônico não poderia se transformar em um centro de experimentação desconsiderando o universo de assentamentos e acampamentos circunvizinhos ao Instituto. As unidades camponesas poderiam ser incorporadas, transformando-se em espaços das práticas produtivas e de diálogos entre camponeses, educadores e educandos.

Além do mais, o desafio do IALA Amazônico é reconhecer aqueles camponeses que a sua maneira tem desenvolvido experiências com princípios em agroecologia, evidenciando essas experiências, mas, sobretudo aprendendo com as mesmas.

b) Consolidar um coletivo de profissionais militantes para atuar na brigada do IALA:

O IALA Amazônico só se concretizará se tiver condições de manter um coletivo de profissionais militantes dispostos a desenvolver as mais diferentes tarefas. Extraindo lições de outras experiências, esse coletivo deverá ser a expressão da diversidade regional e organizativa; ter a capacidade de dirigir os processos e se colocar na condição de ser dirigido; ter gosto pelo trabalho e pelo estudo; e, sobretudo, ter a mística e a pertença ao projeto da classe trabalhadora.

O desafio colocado é de superar a condição de ser uma brigada "aglomerado de pessoas" e se transformar em uma brigada que funcione como um "organismo vivo", em que vários sujeitos cumprem uma função sem perder de vista a totalidade em que estão inseridos os processos. Para tal, três elementos são fundamentais nessa formação da brigada: a divisão de tarefas; o planejamento; e a avaliação permanente.

c) Garantir a auto-sustentação financeira:

Esse é um aspecto que sempre acompanhou os momentos de reflexão acerca do IALA Amazônico; embora não tenha sido o principal elemento das discussões, pois o entendimento era de que as finanças deveriam vir acompanhadas das discussões políticas, pedagógicas e organizativas do IALA Amazônico.

Dito isso, a auto-sustentação terá que dar conta de: a) manter a brigada; b) viabilizar as iniciativas de produção no espaço físico; c) garantir o calendário de atividades formativas; d) garantir a construção física do IALA Amazônico.

Existem várias possibilidades: aquelas que são por meio de projetos (uns administrados pelos aliados, outros por meio do instrumento jurídico próprio); e outras pelas iniciativas produtivas. A pergunta é como colocar em movimento essas possibilidades?

d) Articulação pan Amazônica:

O IALA Amazônico nasceu com esse propósito: articular por meio dos processos de formação e de produção os sujeitos na Pan Amazônia. Territorialmente somos grandes, culturalmente maiores ainda, então onde nos unificamos? Na identidade de classe, única capaz de construir o projeto contra-hegemônico a lógica do Capital.

Neste sentido o IALA Amazônico não pode se restringir a ser somente um espaço, terá que ser uma concepção que as pessoas poderão portar onde quer que esteja. Nessa perspectiva, a juventude tem um papel decisivo, por serem aqueles que melhor reúnem condições de se deslocar, de aprender, de ensinar e, sobretudo de fazer as tarefas com alegria, determinação e coragem de romper com as ordens.

Fevereiro de 2014
IALA-Amazônico
Assentamento Palmares

Pequena contribuição para a compreensão do momento político da Via Campesina no Pará[33].

Estimados companheiros e companheiras

Desculpem-me a maneira escolhida para manifestar minha opinião sobre as articulações que estamos envolvidas em maior ou menor grau nesses últimos anos, e que agora adquirem tons decisivos. São pelos menos dois os motivos que me fazem tomar essa atitude, a primeira que estou distante e portanto sem nenhum espaço para debater estas questões que tanto provocam e são mesmo impasses consideráveis, e a segunda, é que estamos iniciando o ano e que todos nós precisamos planejar o que fazer. Mas é apenas opinião bem resoluta, ainda que tomada de responsabilidade política e de uma preocupação tática, a cerca do que deveria ser a linha programática do que devemos debater, só pode ser isso mesmo, indicação, não quer nada mais que isso, assim como o que deveríamos priorizar nos dias que se seguem sobre o nível de luta política em curso na grande região.

A advertência de que serão dias difíceis é um tanto desnecessária, mas a tendência é clara e que devemos agir sem vacilação, sem ingenuidade e, sobretudo, sem subestimação. Nada está decidido no tabuleiro dos enfrentamentos, embora impactados estejamos pela dinâmica esmagadora que vai dando materialidade à lógica de exploração capitalista sem precedentes na nossa história.

A meu ver, ainda que atentos aos movimentos do capital e suas interpelações políticas sobre a sociedade, e jurídica no seu ordena-

[33] Esta carta evocava uma conjuntura política e os temas nela tratados representam um acúmulo coletivo dos debates da Via Campesina Amazônico.

mento prático, este é talvez o período mais dramático desta luta, e que vamos sempre correr o risco político ou de sermos aniquilados pela violência que se estrutura, independente do governo, nos impondo uma derrota desligitimadora, que significa o rebaixamento da nossa pauta mínima a patamares insuficientes de reivindicação, ou amadurecemos nas forças políticas e na sociedade o programa mínimo, mas de caráter estratégico para dar unidade às varias correntes políticas (da esquerda partidária a ambientalistas) e que resulte em acúmulo de força e que imponha por sua vez algum nível de inflexão às forças hegemônicas do capital, via seus mega investimentos, que acredito ser a força da mobilização popular.

O tempo é também o limite sempre decisivo. Independente à nossa vontade, a realidade objetiva é esta e não existe luta social apartada dessa confirmação analítica, desse modelo de exploração e produção de barbárie social e alienação da natureza. Não existe pauta política e social que não parta dessa atual dinâmica, pois ela afeta todo o desenvolvimento político, econômico, social e cultural da sociedade.

Seria importante fazer um pequeno destaque: o Estado possui muitos mecanismos para frear essa lógica de exploração mercantil da natureza, dos ecossistemas e da biodiversidade, sobretudo via Ministério Publico Federal, mas também tem instrumentos jurídicos para confirmar este potencial negativo de desenvolvimento, e eles estão ativados, é suficientemente conhecido que nessa conjuntura, o Estado é o indutor do desenvolvimento, uma aposta única e exclusiva de que as disputas jurídicas vão ser o único responsável por alguma vitória ainda que simbólica, me parece contraproducente.

A pauta política é muito complexa e devemos priorizar várias linhas de aliança, sem abrir mão da nossa estratégia, devemos priorizar uma política de alianças. Claro, evitando os conhecidos

oportunismos, mas que amplie o nosso poder de crítica social e ao mesmo tempo de mobilização, sobretudo saber evitar polêmicas desnecessárias. Isto significa que devemos saber captar toda e qualquer contradição com a lógica de exploração e também com a sua governabilidade. Admito que seja movimento de auto risco, mas saber dar capilaridade à pauta de reivindicação e ao mesmo tempo potencializar a contestação popular através de um programa mínimo, deve ser tratada como prioridade, como forma de irmos polarizando o debate e as ações e acumulando forças.

Para ser mais claro, recupero de modo sucinto, o que acumulamos na análise e que indica caminhos. Pelos debates que já fizemos temos essas clarezas ou uma identificação mais precisa que:

1) Imperialismo ambiental em desenvolvimento e que impacta o capital natural da região amazônica e em especial o Pará. A lógica do desenvolvimento é predatória.

2) As formas dessa exploração são sempre por espoliação, saque, mortes, roubo marcando o tipo de conflito, de *desterritorialização* dos camponeses em suas vertentes indígena, ribeirinha, cabocla e quilombola e de fronteira.

3) Os governos das mais diferentes matrizes ideológicas são na região apenas gerentes modernos desse capital e operam seu avanço pelas instituições e que qualquer pauta política mais avançada de reivindicação e superação será ignorada se não tiver força social mobilizada e rebaixada pela repressão onde for possível.

4) Monopólio do pensamento da ideologia do desenvolvimento sustentável, tornado referência a partir dos (centros acadêmicos e de pesquisas) na prática política e social das organizações não governamentais e sindicatos na região, influenciando assim, colaboração com o capital ao invés de lutas e mobilização social.

5) E de maneira geral a sociedade está cooptada por esse modelo de desenvolvimento econômico, a ideologia do progresso e sua barbárie social. Os programas de assistencialismo do grande capital buscam preservar a passividade diante das contradições gerais do modelo.

6) Refluxo nas organizações sociais e suas formas de lutas em especial no movimento sindical, sobretudo pelo nível de capitulação em relação ao atual governo. Mesmo quando as ações do capital nos impõem outra geografia de luta e resistência.

7) Por último, fomos desenvolvendo a análise da necessidade de construção de uma frente política e social dotada de capacidade de mobilização e enfrentamentos a médio e em longo prazo. E que deveríamos desenvolver processos de alianças com que estivesse em contradição com o capital, esforço que fizemos nesse primeiro momento e que agora se abre novamente.

Diante disso, o que o momento político indica:

O momento político para os movimentos sociais e em especial os da Via Campesina se apresenta dessa forma, em tarefas de identificação do inimigo, organização social, mobilização de massa e, nas reflexões que supere este atual estágio de impasses políticos e de formulação teórica. Levando-nos a construir plataforma política comum que indique a superação ao atual modelo de desenvolvimento econômico e social do Estado.

1) A grilagem da terra.

Essa é uma questão que afeta a todos e que devemos priorizar em forma de campanha no Estado para pressionar a Assembleia legislativa por uma CPI da Grilagem, o TJE pela anulação dos títulos via baixo assinado (?!) e o governo por programa de Reforma Agrária imediato, e que fortaleça as iniciativas que estão em curso, mesmo

as governamentais, mas dá a elas um caráter popular que contivesse pelo menos esses três aspectos a) anulação dos títulos falsos e penalização dos cartórios, b) limitação da propriedade, aqui recuperar a campanha nacional pelo limite da propriedade, e c) programa de Reforma Agrária, inserido dentro de um plano de desenvolvimento econômico e social, de tudo não podemos perder o momento. Como elaborar as ideias?

2) A questão indígena e energética.

Parecem-me emblemáticos os impasses de Belo Monte, embora o MAB e o CIMI, e Movimento Xingu Vivo estejam atuando a partir de uma estratégia e que de certa forma têm acumulado, mas o evento desta dimensão precisa ganhar maior participação popular, que os esforços não estejam nessa direção. Mas precisamos torná-la ação comum nos movimentos da Via, talvez organizássemos uma campanha "Não Passará", somadas as iniciativas que estão em curso. Ou nos esforçássemos para construir uma jornada de luta em caráter emergencial com o movimento indígena, (buscar suas diversas organizações) ribeirinhos e demais organizações, devemos nos manifestar e precisamos encontrar o que pode ser unitário entre todos aqueles que estão envolvidos (?!).

3) A questão dos direitos humanos.

A lógica de exploração capitalista em curso na região leva de maneira inevitável à violação sistemática dos direitos humanos e estão sempre interligados em fenômenos políticos e sociais do tipo, a) barbárie social provocado pela falta de poder civilizatório do Estado, trabalho, saúde, educação e moradia, b) o aumento da violência estatal como forma de impedir encarcerando o - banditismo social - em especial da juventude, está muito presente a ideia de diminuição da maioridade penal, e) criminalização (pela disputa de poder) das ações e dos movimentos

sociais, outro fenômeno que se apresenta e com maior densidade nessa conjuntura é a do trabalho escravo e suas formas modernizadas, isto porque a campanha sistemática da CPT produziu mudanças de qualidade nessa área, o que implica que devemos estar atentos a essas mudanças, sobretudo com o que diz respeito aos operários, trabalhadores dos mega investimentos. E por último, o que fazer de maneira conjunta que leve a condenações exemplares dos mandantes e assassinos de camponeses e dirigentes, o tempo está passando (?!).

4) A questão mineral.

A iniciativa de organização dos atingidos pela mineração vem da definição de que os nossos aliados prioritários eram os que estavam em contradição permanente com o capital, o surgimento de fóruns, articulações municipais e regionais e até a criação do MTM nos ajudou a vislumbrar diferentes perspectivas, mas agora precisamos recolocá-la numa estratégia, a) a primeira que devemos nos articular de maneira estadual, essa é uma condição de fazermos enfrentamentos em bloco contra quem nos ataca em bloco, b) que devemos ter um programa que dê unidade às mais diferentes realidades e momentos, c) que devemos resolver o sentindo da articulação, ela está sempre entre a pauta de reivindicação e a de superação, por exemplo, o que fazer em relação ao código de mineração, qual é a nossa compreensão dos *royat´s,* sobre a lei Kandir e qual a nossa compreensão do projeto político de monopólio mineral da Vale e as formas de seqüestro do estado político e, d) por último como disputar o território mineral com a Vale, devemos responder essa questão porque ela nos ajuda a resolver outros dilemas, por exemplo, é correta a linha política do MTM de construir cooperativas agro minerais? Queremos ter direito de subsolo?

5) A política agrícola.

Devemos priorizar construir alianças para produzir uma nova "carta do campo" em relação á política agrícola do governo do Estado e do governo federal, que tem sido só de "semente, Emater e trator" e ainda via prefeituras, muito a quem das necessidades prioritárias das organizações que é (de fomento e desenvolvimento do campo, a partir de outra lógica de agricultura, produção de alimentos, agroindústria e organização social das famílias) que seja expressão de uma ofensiva política sobre essa nova questão agrária e agrícola do Estado.

6) A questão das monoculturas.

Sobre paradigma desse governo estadual que ninguém esteja iludido, acabou de transformar o seu programa de um bilhão de árvores, em um programa de floresta industrial de eucalipto e outros. Reabre-se assim, com a mesma força o *Distrito Florestal de Carajás,* que em sua política é subordinar territórios camponeses, a mão de obra dos camponeses à lógica das empresas do capital mineral. As iniciativas da ABEEF e FEAB em relação aos monocultivos e aos transgênicos precisam ser ampliados nessa conjuntura. Ademais, devemos ter a contra proposta, pois junto a isso, vem também a flexibilização das leias ambientais e, mais, a medida de regularização fundiária.

7) A questão da criação do Estado do Carajás.

Embora nunca nos reuníssemos para debater e nos posicionar acerca dessa questão e as opiniões são apenas pessoais a respeito do tema. O que realmente não quer dizer que estejamos retardatários no debate, mas que precisamos ao longo dessa ano priorizar o momento de reflexão, de identificação, a saber, a quem realmente interessa a criação do Estado e que força dispõe na conjuntura. Embora algumas questões estejam claras a uns precisamos, se necessário, unificar uma posição. Mas é identificável que a força política dirigente é ideologi-

camente de direita e que tem estratégia claramente parlamentar, mas, até o momento sem força social aglutinada. Em todo caso, estamos sob a perspectiva de um plebiscito popular oficial pela criação do Estado, porém cheio de impasses. E que devemos posição para além de postura sectária e imediata de criação do Estado. Há aspectos que precisamos melhor refletir e aproveitar o momento para colocar outra pauta em disputa. Por isso, a necessidade de um cuidado com o tema nessa conjuntura, para além dos interesses imediatos. Vai em anexo (carta a Ribamar), pequena contribuição a esse debate.

8) A questão das eleições.

Sem ser a tarefa mais importante de todas é certamente a que mais requer posicionamento nessa conjuntura. É a que mais confunde e divide nesse momento. A pergunta é como vamos participar dela colocando o nosso programa, sem ilusão de que ela produzirá outra conjuntura histórica e mesmo programática e de rupturas. Aqui, é como vamos participar politizando as questões acima levantadas ao invés de rebaixá-las ou de torná-las sem efeito nesse momento. Que crítica social faremos e o que apresentaremos como força social que precisa ser debatida, sentida no âmbito do período eleitoral e que tenha influência nos posicionamentos políticos partidários, ai residem os dilemas da eleição que ocorrerá esse ano para os movimentos e organizações sociais.

Uma única observação: devemos saber combinar todas essas questões com as lutas e as jornadas nacionais e nos planejamentos das organizações.

Abraços,
Charles Trocate
Assentamento Mártires de Abril
Mosqueiro, Pará, Janeiro de 2010

Pela construção do movimento nacional pela soberania popular frente à mineração - MAM

A construção de qualquer movimento social combativo que se insere na luta de classes da sociedade brasileira é constituída sempre por três aspectos fundamentais:

I. Concepção política

Que se refere aos seus objetivos programáticos, sua doutrina, seus ideais.

II. Lutas de massa

Refere-se **à** compreensão de que a força política do povo, da classe trabalhadora, está representada por sua capacidade de realizar mobilizações de massa. E, portanto, só haverá movimento real se houverem lutas de massa.

III. Articulação e organização

Compreendida como a necessidade de haver uma articulação da organização de base da população envolvida, para que ela tenha capacidade de se articular com outros grupos similares e com outras forças da sociedade brasileira, de forma organizada.

I. Concepção política

1) Objetivos do movimento

• Mobilizar-se contra o atual modelo de exploração mineral em vigor que beneficia apenas o capital, através de grandes empresas brasileiras e transnacionais, com participação do Estado.

• Defender os interesses e direitos das populações que são atingidas por projetos de mineração em todo território brasileiro.

• Por populações atingidas entendemos aquelas dos perímetros próximos aos projetos; as atingidas pela cadeia da transformação dos minerais e pelo escoamento da produção, e, ainda as populações urbanas, atingidas pelo atual modelo de exploração mineral.

• Construir paulatinamente a proposta de um novo modelo de utilização dos recursos minerais, na forma de propriedade social e em benefício de todo povo brasileiro, que represente a soberania popular e nacional sobre todos os recursos minerais.

• Articular-se com outros movimentos de atingidos a nível internacional, e que lutam com os mesmos objetivos.

• O MAM deve se constituir para além dos limites dos movimentos e entidades que hoje dedicam esforços para constituí-lo e ter autonomia em relação às organizações partidárias, governos, estado, Igrejas.

2) **Bandeiras unitárias de luta**

A luta de classes na disputa atual pelos recursos minerais no Brasil estabelece alguns condicionantes sobre os quais devemos construir nossas bandeiras de mobilização e luta em todo país.

• Defesa intransigente dos direitos de todas as famílias e populações atingidas socialmente atingidas pelo modelo de exploração mineral.

• Contra o saque dos minérios de nosso país, baseado em um modelo de exportação de bens primários que fere nossa soberania nacional e popular.

• Contra a exploração mineral pelo capital estrangeiro, sozinho ou associado a empresas brasileiras.

• Pela construção de territórios livres de exploração mineral no Brasil.

• Pela reestatização da empresa VALE.

• Pela mudança dos critérios de taxação e aplicação de impostos e de royalties sobre a exploração mineral.

• Fim da lei Kandir, que isenta de impostos sobre exportação de matérias primas agrícolas e minerais.

• Como última alternativa, lutar para que as populações atingidas recebam áreas equivalentes de seu território em outra localização, sem perdas econômicas e sociais e com possibilidades de realizar sua reprodução

Em cada local/estado podem surgir outras demandas pontuais e/ ou localizadas em que seja necessário mobilizar o povo e fazer lutas para resolvê-las.

3) Composição de forças sociais

Nosso movimento deve ter um caráter popular, nacional e anti-imperialista. O movimento deve articular as mais diferentes forças sociais envolvidas com o problema e construir alianças a nível regional, nacional e internacional.

• Nossa base fundamental são as famílias socialmente atingidas pelos projetos de exploração mineral, e os trabalhadores do setor da mineração.

• Articular todas as forças populares do país, que defendem outro projeto de mineração para a sociedade brasileira.

• Articular-se com os sindicatos de trabalhadores na mineração e na indústria de transformação, para construir uma aliança de classe, por um novo modelo de desenvolvimento econômico em relação aos nossos recursos minerais.

• Articular-se com movimentos ambientalistas.

• Articular-se com outras de entidades que atuam junto às populações atingidas.

4) Formas de comunicação social

• Fomentar um método de comunicação permanente, destinado a nossa base, às cidades que estão próximas dos projetos e à sociedade brasileira em geral.

• Estimular todas as formas de comunicação: rádios comunitárias, programas em rádios comerciais, boletins, panfletos, agitação e propaganda (pixações, stencil, grafites, batucadas, lambe-lambe).

• Estabelecer estratégias de relacionamento com a grande imprensa.

5) Nome do movimento

O nome Movimento Nacional pela Soberania Popular Frente à Mineração, cuja sigla é MAM, foi consolidado na II Reunião Nacional, em junho de 2013. É fruto da discussão sobre o caráter do movimento, que busca a dupla dimensão de organizar as comunidades atingidas pelos projetos e lutar contra o atual modelo de exploração mineral. Por soberania popular entendemos que o povo brasileiro deve ter o controle sobre a exploração e destinação dos seus minérios.

II. Mobilização e lutas de massa

1) Formas de luta

• Estamos vivendo um período e contexto histórico de uma correlação de forças adversas para a classe trabalhadora em todo país. O movimento deve desenvolver todas as formas de luta possíveis, para atingir seus objetivos e obter conquistas relacionadas com nossas bandeiras de luta. Portanto, devemos:

a) Resistir ao modelo de espoliação exercido pelo capital:

b) Obter conquistas reais, que melhorem as condições de vida das populações atingidas; eleve a consciência e o espírito de luta.

c) Barrar os projetos onde for possível.

• Desenvolver ações de massa. Nossa força social está condicionada à nossa capacidade de mobilizar muitas pessoas.

• Combater as relações entre Estado e empresas que garantem apenas ganhos econômicos para uma minoria da sociedade.

• Articular lutas locais, regionais e nacionais para garantir direitos e conquistas reais.

• Articular-se com outros movimentos a nível internacional.

2) **Onde devemos atuar**

Devemos levar em conta os pontos fracos do modelo do capital, denunciá-los e atuar sobre eles.

• Barrar os avanços dos projetos de exploração através das medidas judiciais.

• Denunciar a espoliação do grande capital, como forma de gerar indignação na população, como a iniciativa da campanha "Contra o saque dos minérios" feita no eixo Carajás e a nível nacional.

• Denunciar permanentemente as graves conseqüências de saúde para toda população.

• Denunciar a poluição e os desequilíbrios ambientais causados pelo impacto e pela forma predatória de exploração mineral.

• Denunciar e pressionar para o fim dos financiamentos com recursos públicos para o setor os projetos de mineração.

• Revogar a Lei Kandir.

• Impedir o avanço da exploração mineral nos territórios.

• Desconstruir junto à opinião pública a imagem das empresas e suas falácias compreendidas nos seus meios publicitários.

• Denunciar permanentemente os casos de não cumprimento das leis trabalhistas com os trabalhadores diretos ou terceirizados do setor.

• Pressionar para que se façam leis municipais e estaduais de controle dos projetos minerais.

• Obrigar que as empresas de mineração arquem com as suas dívidas de impostos com a sociedade e as esferas municipais, estaduais e federais.

• Expor a composição acionária de cada empresa, revelando sempre os interesses de capital estrangeiro que estão mesclados em empresas falsamente brasileiras.

III. Questões organizativas e formas de se articular

1) **Orientações gerais**

• Priorizar o trabalho de base com as populações atingidas.

• Organizar a população na forma de comissões representativas e eleitas pela base, para coordenar os processos de articulação.

• Envolver e potencializar ao máximo a participação da juventude.

• Liberar militantes nos territórios para que eles se dediquem com tempo completo a esse trabalho de base e de articulação da população.

• Realizar assembléias da população a nível local, procurando envolver a todos.

• Construir um plano de formação de militantes.

• Realizar encontros de formação a nível estadual, regional e nacional.

• Participar de diversos eventos da classe trabalhadora e camponesa.

• Viabilizar articulação do MAM em nível internacional, em especial na América Latina.

• Fortalecer a construção da CLOC e da Via Campesina, em nível estadual, regional e nacional.

2) Linhas políticas que devemos ter na construção do movimento

• Debater todos esses pontos da concepção política do movimento, dos objetivos, do programa, da natureza e de suas formas de lutas com toda a sua base social.

• Ser um movimento autônomo em relação aos partidos, governos, instituições e empresas.

• Mapear as regiões prioritárias onde devemos atuar.

• Territorializar nacionalmente o MAM.

• Tornar o movimento uma referência nacional para a população socialmente atingida e para a sociedade em geral.

• Devemos ser generosos para aglutinar todas as formas de luta e todas as forças sociais que estão envolvidas com os problemas. Sem sectarismos, mas ao mesmo tempo manter a linha e a concepção política do movimento.

• Articular-se com os trabalhadores das empresas de mineração e seus sindicatos, federações e centrais sindicais.

• Participar da plenária nacional pela reforma política.

• Participar da coalização de entidades e movimentos por mudanças no código de mineração de acordo com os interesses dos trabalhadores e da nação.

3) **Estrutura Organizativa**

• A estrutura organizativa do movimento deve basear-se em:

a) Organizar comitês de base do MAM, por mina ou região, composto por lideranças eleitas pela população em geral, e sempre ter equidade de gênero e de jovens na sua composição.

b) Organizar comissões regionais dentro do estado, quando tiver várias áreas de mineração.

c) Organizar comissões estaduais, compostos por representantes das várias áreas.

d) Haverá três grandes regionais (interestaduais) amazônica, nordeste e sudeste.

e) Construir uma coordenação nacional, amplamente representativa de todos estados e das principais regiões mineradores.

• Estrutura Operativa

a) Em cada comitê de base e comissões deve ter uma secretaria, com um local de referência para a base e articulações políticas.

b) Devemos fazer um esforço para liberar pessoas que priorizem as articulações a partir das secretarias.

c) Constituir comissões de trabalho em cada âmbito, como: comissão de formação de militantes, comissão de agitação e propaganda, comissão de negociação, comissão de estudos e pesquisas, etc.

d) Procurar produzir materiais didáticos em diferentes níveis, para a base e para a sociedade, como cartilhas, folhetos, audiovisuais, programas de rádios e jornais.

e) Constituir comissões de assessoria jurídica, para aqueles casos que há espaços de luta judicial contra as empresas e suas injustiças.

Carta ao CBA[34]

Nós, movimentos sociais que compõem a Via Campesina no estado do Pará, denunciamos o modelo de produção de *commoditwritten* no campo, baseado no uso intensivo de agrotóxicos, na destruição da fauna e da flora, na apropriação indevida de vastas áreas de terras que estão nas mãos de grandes grupos econômicos e que colocam a força de trabalho sob a forma de trabalho escravo. Esse modelo hegemônico, expulsa milhares de camponeses e camponesas de suas terras e submete as populações urbanas a consumir esses produtos altamente nocivos à saúde pública.

Nossa forma de questionar esse modelo está na pressão popular, para colocar nas mãos dessa população o direito a produzir, de reconstruir sua identidade e sobretudo, de poder alimentar suas famílias e garantir um futuro para seus filhos. Além disso, temos demonstrado que a produção de alimentos saudáveis só é possível a partir da ruptura desse modelo, com a defesa da soberania alimentar a partir da produção de alimentos da agricultura camponesa. E é nesse horizonte que viemos pautando as nossas ações e nossas afirmações políticas.

É nesse sentido que viemos acumulando teorias e práticas voltadas para a realidade da Amazônia. Entendemos e temos a convicção de que a agroecologia, em seu mais amplo sentido, vem no sentido de romper com a estrutura hegemônica do agronegócio e o da construção de novas bases sociais, culturais, éticas e de produção no território.

Várias são as experiências que nos possibilitam essas afirmações. São experiências de resistências aos grandes projetos, a luta pela retomada dos territórios, a produção em assentamentos e comunidades

[34] Congresso Brasileiro de Agroecologia, 9º Edição, Belém do Pará, 28 de setembro a 01 de outro de 2015.

ribeirinhas, os processos de comercialização, as escolas de formação das organizações, como é o caso da IALA Amazônico, fruto do esforço coletivo e do momento histórico que vivemos.

Diante disso, entendemos a importância de continuarmos no debate e muito nos ajuda, o processo de articulação com outras organizações, que atuam tanto dentro do território, como também para fora dele.

Por isso, viemos a público manifestar nosso interesse em sediar o Congresso Brasileiro de Agroecologia, que vai acontecer em 2015, pela importância do processo de articulação, bem como para reforçar a nossa luta em defesa da soberania alimentar, pela produção de alimentos saudáveis e por uma sociedade mais justa e igualitária.

Contra o Imperialismo; Soberania Popular na Amazônia!